

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

ROSEMARY RIBEIRO

**MUDANÇA CURRICULAR E PRODUÇÃO ACADÊMICA:
a escrita monográfica dos graduandos em História da Universidade Federal de
Uberlândia (1987-2017)**

UBERLÂNDIA

2018

ROSEMARY RIBEIRO

**MUDANÇA CURRICULAR E PRODUÇÃO ACADÊMICA:
a escrita monográfica dos graduandos em História da Universidade Federal de
Uberlândia (1987-2017)**

Monografia apresentada na disciplina Monografia III do Curso de História da Universidade Federal de Uberlândia, como exigência parcial para obtenção do título de Bacharel e Licenciada em História.

Área de Concentração: História

Orientador: Prof. Dr. Gilberto César de Noronha

UBERLÂNDIA

2018

FICHA CATALOGRÁFICA

RIBEIRO, Rosemary, 1975.

Mudança curricular e produção acadêmica: a escrita monográfica dos graduandos em História da Universidade Federal de Uberlândia (1987-2017). / Rosemary Ribeiro – Uberlândia, 2018.

164 f.

Orientador: Gilberto César de Noronha.

Monografia (Bacharelado) – Universidade Federal de Uberlândia, Curso de Graduação em História.

Inclui Bibliografia.

1. Curso de História. 2. Mudança curricular. 3. Produção monográfica. 4. Universidade Federal de Uberlândia. I. NORONHA, Gilberto César de. II. Universidade Federal de Uberlândia - Graduação em História. III. Título.

ROSEMARY RIBEIRO

**MUDANÇA CURRICULAR E PRODUÇÃO ACADÊMICA:
a escrita monográfica dos graduandos em História da Universidade Federal de
Uberlândia (1987-2017)**

Monografia apresentada na disciplina Monografia III do Curso de História da Universidade Federal de Uberlândia, como exigência parcial para obtenção do título de Bacharel e Licenciada em História.

Área de Concentração: História

Uberlândia, 28 de junho de 2018.

Banca examinadora:

Prof. Dr. Gilberto César de Noronha (Orientador – UFU)

Prof. Dr. Antônio de Almeida (Examinador – UFU)

Prof^a. Dra. Mara Regina do Nascimento (Examinadora – UFU)

Ao meu companheiro, Adriano.

AGRADECIMENTO

Aos meus pais, por aceitarem o desafio de minha educação.

Ao Professor Gilberto, meu orientador, pela paciência, persistência e sabedoria em guiar meus passos hesitantes rumo à finalização deste trabalho.

Ao Professor Sérgio Paulo, que me apresentou os trabalhos de conclusão de curso de meus colegas na Disciplina História Regional e Local contribuindo para a centelha da dúvida que levou a esta pesquisa.

Aos Professores Antônio e Mara Regina, pelo exemplo de docência e humanidade e por aceitarem contribuir com este trabalho.

À Professora Luciene que me cedeu generosamente algumas monografias de seus orientandos para contribuir com minha pesquisa.

Aos Professores Jean, Maria Elizabeth e Mônica por todo apoio dado aos projetos que desenvolvi junto ao CDHIS e ao LEAH.

Aos Orientandos Rafael, Daniel, Karina, Camila, Jean, Lucas Daniel, Marcus Vinícius, Fabrício, Milena, Beatriz, Ana Carolina, Cristiano, Gyovanna e Mohara pelas contribuições nos projetos que desenvolvemos juntos.

Aos Colegas do INHIS João Batista, Cristina, Flávia, Malu, Luciana, Luís, Aline, Velso, Márcia, Josy, Stenio e Jeferson, e aos Colegas do Instituto de Geografia e do SEARQ, pelo apoio durante esta pesquisa.

Aos Companheiros de trabalho do LEAH. Sem nossas conversas de desabafo e apoio não teria conseguido.

Aos Amigos Jaqueline, Nilva, Edvânia, Vítor, Lucas, Ana Maria, Luciana, Angélica, Thuanne, Mirela, Fabiana e Beatriz. Muito obrigada por compartilharem suas vidas comigo.

Às Colegas de Trabalho e Supervisoras da Unidade Neonatal do Hospital de Clínicas da UFU pelo apoio durante minha luta para organizar o tempo necessário para esta pesquisa.

Aos Bibliotecários Rejane, Gizele, Paulo, Rosilaine, Iara e Ildeu, do Repositório Institucional do Sistema de Bibliotecas da UFU pela gentileza com que contribuíram com a divulgação das pesquisas de meus colegas do Curso de História.

Aos Professores do Instituto de História e seus Discentes de ontem e hoje. Que seu legado continue a estimular sempre novas questões e novos problemas...

O fato de me perceber no mundo, com o mundo e com os outros me põe numa posição em face do mundo que não é de quem nada tem a ver com ele. Afinal, minha presença no mundo não é de quem a ele se adapta, mas a de quem nele se insere. É a posição de quem luta para não ser apenas objeto, mas sujeito também da História.

(FREIRE, 2004, p. 54).

RESUMO

RIBEIRO, Rosemary. *Mudança curricular e produção acadêmica: a escrita monográfica dos graduandos em História da Universidade Federal de Uberlândia - (1987-2017)*. 2018. 164 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2018.

O presente trabalho pretende investigar a relação entre as mudanças curriculares sofridas pelo Curso de História da Universidade Federal de Uberlândia e a produção acadêmica (monográfica) de seus graduandos. Primeiramente, revisito as diversas conformações curriculares do Curso de História através da análise das monografias de seus discentes, da legislação vigente e de demais documentos produzidos ao longo de sua história como projetos pedagógicos, livro de atas e cadernos comemorativos. Em seguida, apresento o resultado de um estudo serial das 846 monografias defendidas entre os anos de 1987 e 2017, guardadas no Centro de Documentação e Pesquisa em História (CDHIS). Esta pesquisa construiu alguns perfis dos trabalhos acadêmicos do curso de História da UFU atentando para as escolhas temáticas, recortes espacial e temporal. A partir de então, analiso as possíveis relações entre a mudança curricular e a escolha temática dos autores através do resultado da catalogação realizada para responder à pergunta: “os currículos interferem nas escolhas feitas pelos discentes de História quando estes exercitam a pesquisa historiográfica?” Também observo o papel que os trabalhos de conclusão passam a desempenhar na história do curso, como coroamento da formação do profissional de História enquanto pesquisador. A monografia teria servido como elo entre bacharelado e licenciatura ou aprofundaria a dicotomia ensino-pesquisa, na formação em história?

Palavras-Chave: Curso de História. Mudança curricular. Produção monográfica. Universidade Federal de Uberlândia.

RESUMEN

El presente trabajo pretende investigar la relación entre los cambios curriculares sufridos por el Curso de Historia de la Universidad Federal de Uberlandia y la producción académica (monográfica) de sus graduandos. En primer lugar, reviso las diversas conformaciones curriculares del Curso de Historia a través del análisis de las monografías de sus discentes, de la legislación vigente y de otros documentos producidos a lo largo de su historia como proyectos pedagógicos, libro de actas y cuadernos conmemorativos. A continuación, presento el resultado de un estudio serial de las 846 monografías defendidas entre los años 1987 y 2017, guardadas en el Centro de Documentación e Investigación en Historia (CDHIS). Esta investigación construyó algunos perfiles de los trabajos académicos del curso de Historia de la UFU atentando para las elecciones temáticas, recortes espacial y temporal. A partir de entonces, analizo las posibles relaciones entre el cambio curricular y la elección temática de los autores a través del resultado de la catalogación realizada para responder a la pregunta: "los currículos interfieren en las elecciones hechas por los discentes de Historia cuando éstos ejercitan la investigación historiográfica? También observo el papel que los trabajos de conclusión pasan a desempeñar en la historia del curso, como coronación de la formación del profesional de Historia como investigador. ¿La monografía habría servido como eslabón entre bachillerato y licenciatura o profundizaría la dicotomía enseñanza-investigación, en la formación en historia?

Palabras clave: Curso de Historia. Cambio curricular. Producción monográfica. Universidad Federal de Uberlandia.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Escudo da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Uberlândia	34
Figura 2 - Decreto nº 55.848, de 19 de Março de 1965.....	41
Figura 3 - Fotos de algumas Monografias sob a guarda do CDHIS.....	99
Figura 4 - Fotos das Listas de Monografias Encadernadas (1987 e 1988).....	100
Figura 5 - Folha Rosto Monografia de João Augusto de Freitas (1987) e Folha nº 1 Projeto de Pesquisa de Wolney Honório Filho (1988)	101
Figura 6 - Dedicatória da Monografia de Cláudia Costa Guerra (1992) e Folha nº 6 da Monografia de Maues Santana Pinheiro (1993).....	102
Figura 7 - Folha Rosto Monografia de Alessandra Garcia Marques e Capa Monografia de Luiz Humberto Martins Arantes, de 1994	122
Figura 8 - Ficha Catalográfica Monografia de Álvaro Domingos Copetti e Sumário/Resumo Monografia de Rubens Humberto Costa Teixeira, ambas de 2002.....	124
Figura 9 - Plano de Curso de Métodos e Técnicas de Pesquisa em História aprovado em 21/09/1987.....	134
Figura 10 - Ficha de Disciplina – História do Brasil VII s/d	136
Figura 11 - Lista com Possíveis Orientadores de Monografia I para 2º semestre de 1994 ...	146

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Currículo Curso de Licenciatura em História prescrito Regimento da FAFIU enviado ao CFE em 10/11/1965	43
Quadro 2 - Disciplinas Oferecidas Todos os Currículos Analisados entre 1964 e 1974	44
Quadro 3 - Conteúdos Disciplinares Oferecidos ao 3º Ano de História da FFCLUU	46
Quadro 4 - Quadro Disciplinas Cursadas Discentes Curso de Licenciatura em História - 1968	47
Quadro 5 - Pré-Requisitos – Currículos dos Regimentos de 1971 e 1974.....	48
Quadro 6 - Quadro Disciplinas Cursadas Discentes do Curso de Licenciatura em História - 1973	49
Quadro 7 - Quadro Disciplinas Curso de Licenciatura em Estudos Sociais - 1º Grau de Acordo com Processo de Reconhecimento do Curso de Estudos Sociais - 1973.....	54
Quadro 8 - Comparação entre as Disciplinas de Didática Geral.....	55
Quadro 9 - Grade Curricular de Licenciatura em Estudos Sociais (s/d).....	57
Quadro 10 - Currículo Licenciatura em Estudos Sociais - Maria Helena Gondim Almeida (1983-1985).....	59
Quadro 11 - Currículo Licenciatura em História - Maria Helena Gondim Almeida (1986-1988).....	59
Quadro 12 - Grade Curricular Currículo Licenciatura Plena em História (4648) s/d	60
Quadro 13 - Versão 4648 Curso de Licenciatura em História – Noturno (Pré-requisitos).....	69
Quadro 14 - Versão 4691 - Bacharelado em História (Disciplinas Obrigatórias)	75
Quadro 15 - Versão 4692 - Licenciatura em História (Disciplinas Obrigatórias)	76
Quadro 16 - Grade Curricular Curso de Graduação em História: Licenciatura e Bacharelado – Diurno e Noturno.....	85
Quadro 17 - Disciplinas Núcleo de Formação Específica Curso de Graduação em História: Licenciatura e Bacharelado	88
Quadro 18 - Disciplinas Núcleo de Formação Pedagógica e Atividades Complementares Curso de Graduação em História: Licenciatura e Bacharelado.....	89
Quadro 19 - Número Monografias por Ano X Estrutura Obrigatória da Monografia	119
Quadro 20 - Lista Monografias Escritas por Discentes Curso de História (1987-1995)	132

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Matrículas 1º Ano Cursos História/Geografia/Estudos Sociais (1973-1975).....	52
Gráfico 2 - Número de Monografias Produzidas nas Versões 4646/4648 Curso de Licenciatura em História X Orientador (1987-1995)	72
Gráfico 3 - Número de Matrículas Versão 4891 Bacharelado em História - Diurno	78
Gráfico 4 - Número Monografias Produzidas/Defendidas (CDHIS) X Número de Graduados em História pela UFU (1987-2017).....	96
Gráfico 5 - Recorte Temporal.....	104
Gráfico 6 - Recorte Espacial.....	106
Gráfico 7 - Dimensões X Monografias CDHIS.....	108
Gráfico 8 - Domínio História e Educação X Número Total de Monografias do CDHIS.....	110
Gráfico 9 - As Dezesete Palavras-Chave mais Recorrentes nas Monografias do CDHIS...	113
Gráfico 10 - Monografias quanto às Áreas do CNPq.....	115
Gráfico 11 - Monografias quanto às Áreas do CNPq, dentro de História do Brasil	117
Gráfico 12 - Número Monografias do CDHIS com Palavras-Chave e/ou Resumo (1987-2017)	126
Gráfico 13 - Palavras-Chave mais Recorrentes nas Monografias de 1988	138
Gráfico 14 - Número Monografias do CDHIS X Número de Bacharéis em História (1994-2017).....	144

LISTA DE SIGLAS

ABNT	- Associação Brasileira de Normas Técnicas
CDHIS	- Centro de Documentação e Pesquisa em História
CEBIM	- Centro de Ciências Biomédicas
CEHAR	- Centro de Ciências Humanas e Artes
CETEC	- Centro de Ciências Exatas e Tecnologia
CFE	- Conselho Federal de Educação
CNPq	- Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
DUCERE	- Repositório Institucional do Sistema de Bibliotecas da UFU
FAFIU	- Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Uberlândia
FAPEMIG	- Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais
FFCLUU	- Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de Uberlândia
INHIS	- Instituto de História
LEAH	- Laboratório de Ensino e Aprendizagem em História
MEC	- Ministério da Educação
NEGUEM	- Núcleo de Estudos de Gênero
NUHCIS	- Núcleo de Pesquisa em História e Ciências Sociais
PIBEG	- Programa Institucional de Bolsas de Graduação da UFU
PIBIC	- Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica
PIBIC EM	- Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica no Ensino Médio
PIBID	- Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência
PIPE	- Projeto Integrado de Práticas Educativas
PIVIC	- Programa Institucional Voluntário de Iniciação Científica
PPC	- Projeto Pedagógico do Curso
PPGHIS	- Programa da Pós-Graduação em História da UFU
PROGRAD	- Pró-Reitoria de Graduação
SEARQ	- Setor de Arquivo Geral
SG	- Sistema de Gestão da UFU
SIE	- Sistema de Informações para o Ensino
TCC	- Trabalho de Conclusão de Curso
UFU	- Universidade Federal de Uberlândia
UnU	- Universidade de Uberlândia

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	12
1 O CURSO DE HISTÓRIA DA UFU	25
1.1 Universidade Federal de Uberlândia: criação e federalização	26
1.2 A Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Uberlândia	33
2 UMA HISTÓRIA DOS CURRÍCULOS DE HISTÓRIA.....	37
2.1 Licenciatura em História (1964): ser professor de História.....	39
2.2 Licenciatura Curta em Estudos Sociais (1973) ou Licenciatura em História?	49
2.3 Licenciatura Plena em História (1985)	64
2.4 Bacharelado em História com opção para Licenciatura (1991).....	73
2.5 Graduação em História: Bacharelado e Licenciatura integrados (2006)	83
3 O LUGAR DA MONOGRAFIA NOS CURSOS DE GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA	92
3.1 A Monografia: um gênero acadêmico e uma estratégia de formação.....	92
3.2 A Monografia no Curso de Graduação em História da UFU.....	94
3.3 A Monografia na formação do Professor de História	130
3.4 A Monografia como condição para a formação do Historiador	143
CONSIDERAÇÕES FINAIS	150
REFERÊNCIAS	153
Fontes.....	153
Bibliografia	156
APÊNDICE A - Quadro Comparativo dos Currículos de Licenciatura em História entre os anos de 1965 e 1974.	161
APÊNDICE B - Currículo de Licenciatura em História de Maria Helena Gondim Almeida (1983-1988).....	163
ANEXO 1: Carta de renúncia do vice-prefeito de Tupaciguara, Ademar Batista da Costa, encaminhada à Câmara Municipal, em 20/01/1976	164

INTRODUÇÃO

Não é raro ouvirmos declarações de docentes gabando-se de terem reprovado elevada porcentagem dos seus alunos sob a alegação de tratar-se de estudantes com baixo nível cultural o que, muito frequentemente, seria admitido pelos próprios discentes. Tais professores acreditam com isto contribuir para a elevação da qualidade do ensino por eles ministrado. Os referidos estudantes, na grande maioria oriunda da classe proletária, chegam à Universidade e são rejeitados por professores, alguns dos quais se autodenominam “progressistas” e, frequentemente, têm a mesma origem de classe que seus alunos. Recusam-se ou não foram suficientemente preparados para tratá-los em conformidade com sua história e a iniciar seu trabalho didático-pedagógico a partir do nível cultural onde se encontra sua clientela. O modelo de aluno que tais docentes desejam é o “padrão burguês” que pode frequentar escola privada, de boa qualidade, embora no seu discurso digam-se favoráveis à escola pública, gratuita, de bom nível e universal.¹

Geraldo Inácio Filho, 2003

Foi em condição análoga à dos alunos referenciados acima por Inácio Filho (2003), que ingressei no Curso de História da Universidade Federal de Uberlândia, pela primeira vez em 2002, no turno diurno. Nessa época, o curso já era ofertado em dois turnos (diurno e noturno) e prestei vestibular para o primeiro para fugir à maior concorrência no vestibular, após longa greve dos professores universitários. Minhas dificuldades eram as mesmas denunciadas pelo autor: terminara o Ensino Médio (1993), cursado todo em escola pública estadual, apesar de uma passagem brevíssima por cursinho economicamente mais acessível, nos meses anteriores ao ingresso. Ao chegar à universidade, o desafio de ser discente trabalhadora de uma instituição federal foi se tornando obstáculo intransponível para prosseguir no curso. Não conseguia me dedicar de forma a acompanhar meus colegas nas leituras obrigatórias. Além disso, parecia-me que o curso de História da época não se interessava tanto pelos alunos que traziam as marcas do ensino básico público.

Na época em que ingressei, o currículo vigente era o que fora implantado em 1991², que pretendia formar o bacharel em História com complementação para Licenciatura em História. Segundo o próprio documento, o curso objetivava formar

o historiador [...] preparado, teórica e psicologicamente, para assumir suas funções sociais. Espírito crítico objetivo, referenciais teórico-metodológicos coerentes, iniciação à pesquisa científica e consciência histórica devem constar essencialmente de sua formação para que ele possa cumprir, profissional e efetivamente a sua função social, pois enquanto ser histórico tem um

¹ INÁCIO FILHO, Geraldo. *A monografia nos cursos de graduação*. 3. ed. Uberlândia: Edufu, 2003, p. 7.

² Esta proposta curricular é analisada no Trabalho de Conclusão de Curso de Joice Gonçalves Gomes. Cf. GOMES, Joice Gonçalves. *Curso de História/UFU: formação acadêmica e profissionalização*. 2001. 38 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2001.

compromisso inadiável com sua realidade e seu tempo. Deve, portanto, estar consciente e preparado para por suas capacidades profissionais a serviço das tarefas sociais que se impõem a sociedades onde vive. Deve estar qualificado para atuar, enquanto professor, no processo de formação da consciência histórica coletiva; enquanto pesquisador, nas atividades de organização e preservação da memória social, atuando junto a arquivos e centros de documentação, bem como prestar assessoria a órgãos públicos, entidades sindicais, associações de bairros e outras formas de organização da sociedade civil. Tendo formação suficiente que o conscientize de seu papel profissional e histórico espera-se que o historiador aprofunde seus estudos; contribua para a produção científica de novos conhecimentos e consolide o seu compromisso de ser histórico – agente e objeto, ao mesmo tempo, da História.³

O texto da proposta curricular implantada em 1991 é explícito: o curso de História tinha como objetivo formar o historiador preparado para a pesquisa, embora fosse notório, como ainda o é, que o campo de atuação para os historiadores era, sobretudo, o magistério. Tal aparente descompasso nos faz recordar dos termos de Selva Guimarães Fonseca, quando esta observa que “o indivíduo que faz a opção pelo curso de história na realidade social brasileira, se defronta com o seguinte dilema: ser historiador ou ser professor de história?”⁴

Nesse afã de se preparar o futuro pesquisador, a maioria dos períodos do curso era composta de quatro a cinco disciplinas, cada qual exigindo que se preparasse o estudo de um texto para ser discutido em sala de aula. Era praticamente impossível realizar as leituras em tempo hábil e trabalhar para meu sustento. Então o sentimento de inadequação àquele ambiente acadêmico só foi crescendo: via meus colegas (os poucos que trabalhavam não dependiam da remuneração para se sustentar) se envolverem em pesquisas com os docentes do curso enquanto eu nem conseguia realizar as leituras básicas. Só os alunos que não tivessem vínculo empregatício podiam concorrer a bolsas de iniciação científica, que eram muito poucas na época. Estes, ao concluírem a graduação, eram quase que imediatamente aceitos no Programa de Pós-Graduação em História, tal era o grau de exigência da graduação, que consistia numa espécie de “escola de consumo do conhecimento”.⁵ Como na escola básica, os demais discentes, mediante aulas expositivas,

³ UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA. Centro de Ciências Humanas e Artes. Colegiado do Curso de História. *Proposta de reformulação Curricular do Curso de Graduação em história, com Bacharelado e Licenciatura*. Uberlândia, 1990, p. 6-7.

⁴ FONSECA, Selva Guimarães. *Didática e Prática de Ensino de História*. 2. ed. Campinas: Papyrus, 2003. p 66.

⁵ Tomo de empréstimo a expressão de PAOLI apud NOVA, Carla Carolina. O currículo e a relação entre ensino e pesquisa na formação inicial de professores: tensões para a docência universitária. *Espaço do Currículo*, João Pessoa, v. 8, n. 3, set./dez. 2015, p. 351.

“receberiam” o resultado das pesquisas realizadas na pós-graduação, só tendo o trabalho de “absorvê-lo” e repeti-lo nas avaliações.

Como trabalhava na área hospitalar da própria Universidade da qual era aluna como técnica em enfermagem, minha carga horária me obrigava a trabalhar em fins de semana, inclusive à noite; o que me exauria não permitindo que me dedicasse como queria à formação acadêmica. Insisti nessa graduação com reprovações, abandonos de semestre e trancamentos, até 2007. Nesse ano, me tornei mais um número a contribuir para o crescimento das estatísticas de evasão: em 2007, vinte e oito discentes abandonaram o Curso de História. Destes, dezessete pertenciam ao turno noturno – inclusive eu que, em tentativa desesperada de conseguir permanecer no curso, havia solicitado a mudança de turno. Vinte e quatro dos desistentes cursavam a Licenciatura em História em que as disciplinas pedagógicas eram oferecidas a partir do 6º período. Os outros quatro discentes pertenciam à primeira turma do currículo implantado em 2006 que pretendia integrar Bacharelado e Licenciatura.

Reingressei no Curso de História em 2011. O currículo vigente já era outro. Desde a reforma curricular de 2005, Bacharelado e Licenciatura tinham sido integrados. Logo no primeiro semestre senti as diferenças em relação ao curso anterior, a começar pelo perfil socioeconômico dos meus novos colegas. Estava cursando o turno noturno, em que a maioria dos discentes, como eu, pertencia à classe trabalhadora, além de a turma ser composta por pessoas com faixas etárias muito diferentes. A conjuntura nacional oferecia mais possibilidades para o graduando permanecer na Universidade: mais bolsas de permanência, iniciação científica e programas de incentivo à pesquisa (PIBIC, PIVIC, PROGRAD, CNPq, FAPEMIG⁶), além do incentivo à Licenciatura, com o PIBID⁷. O Laboratório de Ensino e Aprendizagem em História (LEAH) havia sido reaberto no ano anterior ao meu retorno pelas professoras Mara Regina do Nascimento e Ana Paula Spini. Ambas me aceitaram como colaboradora do projeto que visava a manter o laboratório funcionando para atender à graduação. Também houve uma renovação do corpo docente: só na década de 2000, ingressaram dezenove professores, via concurso público, no Instituto de História (INHIS).

⁶ PIBIC: Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica; PIVIC: Programa Institucional Voluntário de Iniciação Científica; PROGRAD: Pró-Reitoria de Graduação; CNPq: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico; FAPEMIG: Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais.

⁷ PIBID: Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência.

Nesta nova fase de minha vida acadêmica comecei a me sentir incluída e acolhida na instituição, mesmo com as dificuldades e contingências proporcionadas por minha condição de estudante trabalhadora. Havia mudado de setor em meu trabalho e obtive apoio das novas colegas e das supervisoras para retomar minha formação acadêmica através da flexibilização de meu horário de trabalho. Então pude me dedicar, como bolsista PROGRAD, às atividades no LEAH, durante o ano de 2012. Minha atribuição era oferecer suporte para as atividades de pesquisa em docência, disciplinas pedagógicas do Curso de Graduação em História, bem como em cursos de educação continuada aos professores da rede pública de ensino. Essa vivência me proporcionou o contato com muitos professores do INHIS, da rede de educação básica, bem como com vários colegas de curso.

Notei que havia mais professores decididos a trabalhar a partir do que seus alunos traziam de positivo sem se preocupar tanto com suas dificuldades e deficiências de formação. Aquela vozinha que sussurrava o tempo todo em meu ouvido que eu não merecia estar aqui, que eu não tinha competência para estar numa universidade, pouco a pouco cedeu lugar à esperança de fazer o melhor com o pouco que se tinha.

Deste modo, se as angústias pessoais se acalmavam, distanciando-me das impressões enunciadas por Inácio Filho em 2003, elas se transformaram em novas formas de questionamento sobre a formação de historiadores, em especial relacionadas aos dois períodos distintos em que frequentei o curso. Percebendo que os dois currículos do Curso de História, em dois momentos distintos de minha vida, contribuíram para minha (des)motivação em permanecer e concluir a graduação, comecei a indagar se o mesmo não poderia ocorrer com meus colegas quanto às suas escolhas de pesquisa. Em outros termos, entre a minha primeira entrada no curso (2002) e a segunda (2011), teria mudado apenas o currículo ou também teriam se modificado as concepções e práticas da relação entre ensino e pesquisa? Haveria tensão entre pesquisa e ensino nos currículos propostos e aplicados ao Curso de História da UFU? Será que estes currículos influenciariam nas pesquisas de seus discentes?

Essas questões ficaram mais prementes durante o exercício de leitura de monografias produzidas no próprio curso, como parte das atividades da disciplina *História Regional e Local: Metodologia de Ensino*⁸ e nas discussões de texto que ocorreram durante o projeto *Experiências de ensino e aprendizagem em História nos espaços do LEAH*⁹, do

⁸ Disciplina ministrada pelo Professor Sérgio Paulo Morais no segundo semestre de 2012.

⁹ Projeto coordenado pela Professora Mara Regina do Nascimento no ano de 2012.

qual eu era discente bolsista: seria possível identificar um padrão na produção das monografias do Curso de História da UFU? Seria possível identificar recorrências e repetições de temáticas estudadas em intervalos temporais relacionados às reformas curriculares? Enfim, o currículo poderia interferir na motivação de uma pesquisa acadêmica? Perguntas que me levaram a questionar a importância da proposta curricular na formação dos historiadores.

Para tentar responder a essas questões, na condição de servidora da instituição, coordenei o projeto *PROGRAD Memória e Historiografia: os 50 anos do Curso de História/UFU*¹⁰ entre 2013 e 2014. Esse projeto propunha a análise das produções monográficas dos alunos do Curso de História/UFU, desde 1987. Essa produção acadêmica está representada pelos Trabalhos de Conclusão de Curso sob a guarda do Centro de Documentação e Pesquisa em História (CDHIS). Através de levantamento, separação, agrupamento, criação de um vocabulário controlado, elaboração de catálogo crítico e confecção de banco de dados informatizado visávamos mapear tendências de investigação acadêmica desenvolvidas nos cursos de graduação do Instituto de História.

As monografias que estão no CDHIS são catalogadas na ordem em que são entregues pela Coordenação do Curso de História. Elas estão guardadas no centro de documentação desde 2003, ano em que o LEAH fora transferido para lá junto com seu fundo. Naquela instituição, os trabalhos de conclusão de curso são separados de acordo com sua temática: aqueles que tratam de Gênero e História da Mulher estão agrupados sob o título de NEGUEM¹¹ (em referência ao Núcleo de Estudos de Gênero). Aqueles que se referem ao Ensino de História e Educação foram compilados sob o título de LEAH (em referência ao Laboratório de Ensino e Aprendizagem em História) e as demais temáticas foram reunidas sob o signo de CDHIS (referindo-se ao próprio Centro de Documentação e Pesquisa em História).

A presente monografia, em grande medida, aprofundou as questões que me intrigavam através da análise documentária dos dados coletados entre 2013 e 2018 com o projeto supracitado e com projetos similares que o sucederam visando à continuidade do

¹⁰ A professora Mara Regina do Nascimento era colaboradora nesse projeto em que contei com a participação de seis colegas da Graduação em História: Daniel Gervasio Urbinatti e Rafael Augusto Fachini como bolsistas; Camila Lino da Silva, Lucas Daniel Vieira da Silva, Jean Sulyvan Silva Alves e Karina Rodrigues Santos da Silva como colaboradores.

¹¹ Para mais informações sobre o núcleo: <<http://www.neguem.inhis.ufu.br/>>.

trabalho, envolvendo professores e estudantes da graduação e do ensino médio.¹² As análises contemplam categorias como dimensão histórica, abordagem e domínio historiográfico. Trata-se de um trabalho inédito no âmbito deste curso visando à construção do perfil, ou perfis, da pesquisa discente analisados em suas relações com as mudanças curriculares. É uma pesquisa de caráter descritivo, porém com uma abordagem mista entre a pesquisa serial e qualitativa, advinda de um trabalho de arquivo e catalogação. Também recorri à análise do conteúdo de algumas monografias cujo objeto é o próprio Curso de História.

No Dicionário Priberam, um dos significados de perfil é a “descrição ou relato em que se faz a traços rápidos o retrato moral e físico de uma pessoa.”¹³ Ao tratar da produção monográfica discente do curso de História da UFU, entendo por perfil um conjunto de escolhas - recortes temáticos mais utilizados por seus autores - que se repetem ao longo de anos ou períodos determinados, observados a partir de um trabalho de catalogação.

Durante a construção desse perfil, identificando as posturas teórico-metodológicas e escolhas temáticas mais recorrentes presentes nas monografias, foi necessário ultrapassar o próprio corpus documental pesquisado em busca da história do curso de História no qual ele foi produzido, revisitada pelas mudanças curriculares por que passou entre as décadas de 1970 e 2010, verificando possíveis relações entre tais mudanças e as escolhas teórico-metodológicas de seus discentes. Minhas questões podem ser resumidas em três perguntas: o currículo interfere nas motivações ou escolhas teórico-metodológicas dos discentes do

¹² Projeto PROGRAD 2016/2017 *Historiografia e pesquisa discente: as monografias dos graduandos em História da UFU* - promoveu a digitalização das monografias dos discentes do Curso de História da UFU, defendidas entre 1987 e 2015, que compõem o acervo CDHIS. O professor Gilberto César de Noronha foi colaborador nesse projeto em que contei com a participação de seis colegas da Graduação em História: Marcus Vinicius Natário Naufel e Fabrício Silva Parmindo como bolsistas; Milena Zahr, Gilliard Antônio Pereira da Silva, Carolina Ribeiro Gonçalves e Eduardo Santinor Severino do Prado, como colaboradores. E Projeto PROGRAD 2017/2018 *(Per)cursos da graduação em História: entre a iniciação científica e a conclusão de curso* - efetuou a submissão das monografias do Curso de História da UFU, defendidas entre 1987 e 2017, no Repositório Institucional do Sistema de Bibliotecas (DUCERE) disponibilizando-as para pesquisa online bem como a sua catalogação e agrupamento por temáticas comuns a fim de produzir um catálogo temático e um banco de dados que facilite o mapeamento das tendências de investigação dos discentes do curso. O professor Gilberto César de Noronha também foi colaborador nesse projeto em que contei com a participação de sete colegas da Graduação em História: Beatriz Cristina Gonçalves e Cristiano Batista Alvarenga Junior como bolsistas; Ana Carolina Elias Moreyra, Eduardo Santinor Severino do Prado, Bruna Braga Tenaglia, Lucas Rafael Rosa Ferreira e Janilson Rodrigues da Costa como colaboradores. Trabalharam na mesma empreitada, as bolsistas júniores Mohara Horrara Martins e Gyovanna Rodrigues de Oliveira do Projeto PIBIC EM CNPq/UFU 2017-2018 *Entre a iniciação científica e a conclusão de curso: a produção monográfica dos cursos de graduação em História da UFU*, coordenado pelo Professor Gilberto César de Noronha. Alguns dos resultados alcançados pelos quatro projetos podem ser visualizados no blog “30 anos de História”. Disponível em: <<https://monografiashistoriaufu.wordpress.com/>>. Acesso em: 10 jun. 2018.

¹³ PERFIL. In: DICIONÁRIO Priberam. Disponível em: <<http://www.priberam.pt/dlpo/perfil>>. Acesso em: 14 fev. 2015.

Curso de História da UFU quando estes empreendem suas pesquisas monográficas de conclusão de curso? Se interferir, de que forma o faz? Quais outras variáveis devem ser consideradas na discussão das motivações das escolhas temáticas? Para respondê-las, entretanto, foi necessário realizar um trabalho de catalogação para identificar, ordenar e quantificar as “motivações e/ou escolhas teórico-metodológicas” ao mesmo tempo em que investigava a história do curso em busca das diversas propostas curriculares que já o orientaram.

Em 2014, o Curso de História completou 50 anos de existência e foram realizadas várias atividades comemorativas e reflexivas quanto à sua trajetória. O currículo também tem passado por demandas para nova reformulação desde 2010. No sentido de contribuir com este momento reflexivo, o presente trabalho tem como objeto de pesquisa a relação entre os currículos do Curso de História da Universidade Federal de Uberlândia e a produção monográfica dos graduandos, hoje egressos, dos Currículos implantados em 1973, 1985, 1991 e 2006, que totalizam, aproximadamente, 30 anos de produção monográfica na graduação.

Lucien Febvre (1946), em seu manifesto por uma nova forma de se escrever a História, exorta os historiadores a procurarem o passado com uma hipótese em mente: “[...] que jamais se comportem alegremente como colecionadores de fatos, como antes, quando bancavam os caçadores de livros às margens do Sena. Que nos deem uma história, não uma História automática, mas, sim, problemática.”¹⁴ E a história desta pesquisa é “problemática” em vários aspectos, no sentido em que o historiador francês emprega o termo, a começar pelo tema-problema principal, qual seja, a *mudança curricular interfere na escolha teórico-metodológica e temática das pesquisas dos discentes do curso de História da UFU?* Outra questão fundamental enfrentada foi a dificuldade de encontrar fontes ou indícios que me permitissem “rascunhar” os currículos implantados antes de 1991. Não menos problemático foi o empreendimento principal que se propunha a criar critérios que me permitissem construir os perfis da pesquisa discente no curso.

Febvre inaugura a história-problema, forma de trabalho historiográfico em que o pesquisador busca o passado através de questões/hipóteses, que podem, ou não, ser comprovadas durante o desenvolvimento de sua pesquisa. Minha hipótese fundamental era

¹⁴ FEBVRE, Lucien. Contra o vento: manifesto dos novos Annales. In: NOVAIS, Fernando A.; SILVA, Rogério F. da. *Nova História em perspectiva*. São Paulo: Cosac Naify, 2011, p. 84. Vol. 1.

a de que alterações curriculares podem interferir nas escolhas de pesquisa discente na graduação em História.

A história-problema já é hegemônica na academia, tanto que, uma das primeiras perguntas que os docentes de História fazem aos discentes que os procuram para orientação é se já têm uma questão ou problemática definida. A justificativa para a necessidade de focar um “problema” pode ser mais bem demonstrada na fala de Durval Muniz de Albuquerque Júnior:

Sem o problema, sem a tese, sem um argumento central a expor e defender, a narrativa historiográfica não perderá seu caráter fragmentário, não passará de uma crônica, de um arrolar de eventos e de suas datações, um amontoado de fatos coloridos, dispersos e dispostos aleatoriamente.¹⁵

Ao analisarmos as motivações para a produção de uma monografia de final de curso, sabemos que as questões a serem respondidas, muitas vezes, podem ter motivações pessoais e refletem o *lugar social* ocupado pelo discente. As escolhas temáticas, por exemplo, podem refletir a sua condição social e cultural, bem como sua posição política. É o que nos diz Michel de Certeau (2008):

Toda pesquisa historiográfica se articula com um lugar de produção socioeconômico, político e cultural. [...] Ela está, pois, submetida a imposições, ligada a privilégios, enraizada em uma particularidade. É em função deste lugar que se instauram os métodos, que se delineia uma topografia de interesses, que os documentos e as questões, que lhes serão propostas, se organizam.¹⁶

Neste sentido, este trabalho se interessa, sobretudo, por este lugar social de produção das monografias em análise na complexidade de suas relações que envolvem formas distintas de propor e executar as propostas curriculares em vigor. Jenkins (2001) acrescenta que o trabalho do historiador é baseado em questões de seu tempo e que o ofício do trabalho historiográfico é conduzido de maneiras reconhecíveis para os seus pares:

A história é um discurso cambiante e problemático, tendo como pretexto um aspecto do mundo, o passado, que é produzido por um grupo de trabalhadores cuja cabeça está no presente (e que, em nossa cultura, são na imensa maioria historiadores assalariados), que tocam seu ofício de maneiras reconhecíveis uns para os outros (maneiras que estão posicionadas em termos epistemológicos, metodológicos, ideológicos e práticos).¹⁷

¹⁵ ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. O tecelão dos tempos: o historiador como artesão das temporalidades. *Revista Eletrônica Boletim do Tempo*. Rio de Janeiro: ano 4, n. 19, p. 3, 2009.

¹⁶ CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008, p. 66-67.

¹⁷ JENKINS, Keith. *A História repensada*. São Paulo: Contexto, 2001, p. 52.

No caso dos graduandos em História, seus pares são os professores, colegas e técnicos num contexto mais estrito. Como aprendizes de historiador, quando propõem uma pesquisa para a monografia, têm suas escolhas afetadas por inúmeras variáveis que compõem o seu *lugar social*. Seria o currículo (o prescrito ou o praticado) uma destas variáveis? Será este aspecto específico o objeto relacional a ser investigado nesta pesquisa.

Para tentar responder a estas questões “problemáticas”, o objeto imediato e nossa principal fonte foram as monografias. Ao analisá-las, tivemos em mente as seguintes precauções, segundo Noronha e Zahr (2017):

[...] refletir sobre o papel da monografia na formação dos estudantes de graduação em história, buscando compreender como e se ela contribui para a formação de professores e/ou pesquisadores e qual a validade de se fazer uma monografia como Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) para os estudantes de História da UFU.¹⁸

Além disso, procuramos situar os contextos de suas produções e suas especificidades como um corpus documental formado de acordo com escolhas determinadas. Ou seja: trata-se de um tipo de literatura acadêmica, produzida como primeiro exercício de pesquisa para muitos graduandos, cujo fim era servir de avaliação para a obtenção do diploma de bacharel em História. Após essa etapa, o produto da pesquisa, impresso e/ou em formato digital foi entregue a uma instituição de guarda da memória – o CDHIS, e catalogado conforme a política de acervo desta instituição, sendo disponibilizado para consulta para diversos objetivos, entre os quais inspirar e servir de apoio a novas pesquisas acadêmicas.

No que se refere à tentativa de pensar a relação do currículo com a produção monográfica, outra problemática se enuncia. Segundo Tadeu Tomaz da Silva, em sua apresentação da obra de Ivor F. Goodson (1995), “diferentes currículos produzem diferentes pessoas, mas naturalmente essas diferenças não são meras diferenças individuais, mas diferenças sociais, ligadas à classe, raça, gênero.”¹⁹ Logo, o currículo pode contingenciar e/ou propor atividades que estimulem determinadas questões entre os graduandos, constituindo uma das variáveis que interferem nas motivações e posturas

¹⁸ NORONHA, Gilberto Cezar de; Zahr, Milena. Entre a iniciação científica e a conclusão de curso: a monografia como fonte para o estudo da formação de professores de história. In: CONGRESSO DE PESQUISA EM ENSINO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO EM MINAS GERAIS. 9., 2017, Uberlândia. Anais... Uberlândia: Edufu, 2017. p. 2.

¹⁹ SILVA, Tomaz Tadeu da. Apresentação. In: GOODSON, Ivor F. *Currículo: teoria e história*. Petrópolis: Vozes, 1995, p. 10.

teórico-metodológicas dos discentes no processo de produção monográfica. Esta é a nossa principal hipótese, colocada à prova durante o percurso desta pesquisa.

Para problematizar a relação entre mudança curricular e produção monográfica discente do curso de História da UFU, além da Proposta de Reformulação Curricular do Curso de Graduação em História de 1990 e dos Projetos Pedagógicos dos Cursos implantados em 1991 e 2006, as próprias monografias do Curso de História que analisam as suas várias conformações curriculares constituíram as fontes principais. São quatro trabalhos monográficos que, junto à dissertação de mestrado de Aguinaldo Rodrigues Gomes (2000) me ajudaram a analisar os currículos. Para a confecção do perfil monográfico catalogamos (mediante os projetos PROGRAD) as monografias defendidas entre 1987 e 2017 - todas sob a guarda do CDHIS. Ou seja, 846 trabalhos de conclusão de curso. Aqueles produzidos em 1987 se referem à *Versão 4646* do Curso de Licenciatura em História, que era um complemento do Curso de Licenciatura em Estudos Sociais. As monografias produzidas entre 1988 e 1995 estavam sob a vigência da *Versão 4648* do Curso de Licenciatura Plena em História, implantado a partir de 1985. Os Trabalhos de Conclusão de Curso (TCCs) defendidos entre 1994 e 2014, fornecem um panorama das pesquisas desenvolvidas pelos discentes do Curso de Bacharelado em História – Noturno e da Graduação em História - Bacharelado - Diurno, ou seja, aqueles que estudaram sob a vigência de um Currículo que visava formar um bacharel que poderia optar pela docência.

Desde 2010, há egressos do currículo implantado em 2006, Graduação em História: Licenciatura e Bacharelado – Matutino e Graduação em História: Licenciatura e Bacharelado – Noturno. Este currículo pretendia promover “a integração de Bacharelado e Licenciatura em um único curso”²⁰.

Para construir esboços curriculares dos currículos os quais não tive acesso direto, utilizei Livros de Atas de Matrícula e Notas Anuais da Faculdade de Filosofia, Ciências de Letras de Uberlândia e Regimentos desta Instituição que estão no Arquivo Geral da UFU (SEARQ). Consultei ainda os livros comemorativos de 10 e 25 anos que fazem parte do acervo do SEARQ e do CDHIS, além de relatórios gerados no Sistema de Gestão²¹ (SG) da UFU.

²⁰ UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA. Instituto de História. *Projeto Pedagógico de Graduação em História da Universidade Federal de Uberlândia*. Uberlândia, 2005, p. 9.

²¹ Este sistema substituiu o antigo Sistema de Informações para o Ensino (SIE), que tinha a mesma função, porém era pago e apresentava muitos problemas em sua plataforma, como a questão do não salvamento de dados em formulários. Se o usuário não conseguisse finalizar um formulário, não havia a opção de salvar os dados já preenchidos. Deveria começar o preenchimento novamente.

Com relação ao SG, Genari, Ramos e Alves (2012) nos dizem que se trata de um software que gerencia todo o contexto administrativo da universidade. Ele congrega “tanto funcionalidades dos sistemas legados (SIE e outros) já utilizados pela Universidade Federal de Uberlândia, quanto novas funcionalidades que vêm surgindo com as necessidades dos nossos usuários.”²²

Para Almeida (2001), o “‘documento digital’ é aquele documento codificado em sistema de dígitos binários, implicando na necessidade de uma máquina para intermediar o acesso às informações. Tal máquina é, na maioria das vezes, um computador.”²³ Logo, utilizei o SG como a principal fonte primária eletrônica para me ajudar a compreender alguns currículos do curso de História bem como a dinâmica acadêmica do mesmo: a partir da produção de relatórios em Formato Portátil de Documento (PDF) ou em planilhas eletrônicas, pude contabilizar as entradas e saídas dos discentes do curso ao longo dos anos nas várias versões curriculares e disciplinas. Porém, este sistema foi usado com cuidado por se tratar de um banco de dados que congrega uma gama muito grande de informações, possuindo uma pequena margem de erro. O que não inviabiliza sua utilização como mais uma fonte a dialogar com documentos impressos, contribuindo para maior entendimento sobre as questões relativas aos currículos do Curso de História.

Outra fonte a que recorri é a legislação sobre os currículos de História dos últimos 30 anos. Desde a redemocratização, muitas foram as leis e diretrizes que propuseram mudanças na educação, bem como no perfil do historiador e do professor de História brasileiros. Não poderia deixar de considerar que estas alterações, assim como mudanças conjunturais, poderiam ter influenciado no modo como o curso vem sendo pensado desde então. Por isso, também analisei as Atas do Conselho do Instituto de História - INHIS e dos Departamentos de Estudos Sociais, Ciências Sociais e História, bem como dos Colegiados dos Cursos de Estudos Sociais e de História referentes às alterações curriculares.

Propus-me a realizar uma análise externa das diversas fontes consideradas, interrogando seu contexto, “as relações sociais, econômicas, políticas que estão implicadas

²² GENARI, Alan; RAMOS, Aline Gonçalves Pinto; ALVES, Raul César Maximiano F. *Projeto: Sistema de Gestão – S.G.* 2012, p. 4. Disponível em: <<http://www.cgti.ufu.br/sites/cgti.ufu.br/files/Projeto-Sistema-Gestao-SG-UFU-Dez2012.pdf>>. Acesso em: 10 jun. 2018.

²³ ALMEIDA, Fábio Chang de. O historiador e as fontes digitais: uma visão acerca da internet como fonte primária para pesquisas históricas. *Aedos: revista do corpo discente do PPG-História da UFRGS, Porto Alegre*, v. 3, n. 8, jan./jun. 2011. p.17.

naquele discurso, naquele pronunciamento, em que relações de poder e de saber o autor daquele discurso está envolvido.”²⁴

Quanto à análise interna, procurei seguir as sugestões de Durval Muniz de Albuquerque Júnior, quando este afirma que:

O texto dos discursos tem uma espessura própria, tem uma existência própria, tem regras de constituição e de produção, tem uma estrutura interna que precisa ser analisada. Ele não é apenas reflexo de estruturas que o transcendem, mas possui estruturas imanentes que o sustentam e lhe dão inteligibilidade, lógica, coerência, consistência, singularidade.²⁵

Tais procedimentos incluem as próprias monografias analisadas. Esses documentos possuem estruturas específicas segundo os fins primeiros para os quais foram criados, além de sua composição se adequar às mudanças temporais. Além disso, a análise do contexto de sua criação (análise externa) pode subsidiar descobertas de como o currículo pode ter interferido na produção monográfica dos discentes.

A introdução deste texto monográfico, como tantos outros lidos durante esta pesquisa, se encerra apresentando a forma de estruturação do trabalho. Nossa narrativa foi tramada em três capítulos:

No primeiro, pontuo o contexto de criação do próprio curso de História no seio da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Uberlândia e sua posterior federalização para formar a Universidade Federal de Uberlândia em 1978.

Em seguida, revisito a trajetória dos currículos que já direcionaram a formação dos profissionais graduados pelo Curso de História, desde sua criação em 1964, através das monografias que os analisaram, atentando para o perfil profissional pretendido, enfoques/eixos temáticos e propostas teórico-metodológicas, além da tensão entre a formação do professor e do pesquisador em História.

No terceiro capítulo analiso a monografia como fonte e objeto de pesquisa. Neste ponto também observo o papel que os trabalhos de conclusão passam a desempenhar na história do curso, sua significação para a formação do profissional de história enquanto pesquisador. Nestes trinta anos de produção monográfica, a monografia tem servido mais como elo entre bacharelado e licenciatura ou como instrumento para aprofundar a dicotomia ensino-pesquisa? Também apresento alguns dados quantitativos que nos dão

²⁴ ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. Discursos e Pronunciamentos: a dimensão retórica da historiografia. In: PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tania Regina de (org.). *O historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2011, p. 236.

²⁵ *Ibidem*, p. 237.

uma ideia do que se tem pesquisado, com os recortes espaciais e temporais, além de assuntos que predominam no curso de História.

Na conclusão, procuro retomar as questões principais discutindo como o currículo poderia interferir na formação do professor ou do bacharel em História, como no caso das escolhas temáticas de um trabalho de conclusão de curso. Por fim, sintetizo as principais conclusões deste estudo apontando para questões e outras possibilidades que podem nos levar a novas pesquisas sobre a temática.

1 O CURSO DE HISTÓRIA DA UFU

O currículo, em seu conteúdo e nas formas das quais se nos apresenta e se apresenta aos professores e alunos, é uma opção historicamente configurada, que se sedimentou dentro de uma determinada trama cultural, política, social e escolar; está carregado, portanto, de valores e pressupostos que é preciso decifrar. Tarefa a cumprir tanto a partir de um nível de análise político-social quanto a partir do ponto de vista de sua instrumentação “mais técnica”, descobrindo os mecanismos que operam em seu desenvolvimento dentro dos campos escolares.²⁶

Gimeno Sacristán, 2010

O Curso de História da Universidade Federal de Uberlândia, que antecede a própria federalização da instituição, passou por, aproximadamente, cinco configurações curriculares ao longo de sua trajetória: em 1964 o Curso foi criado como Licenciatura; dez anos depois (1974) ele passa a ser uma complementação do Curso de Licenciatura Curta em Estudos Sociais; de 1985 em diante, sua configuração é a de Licenciatura Plena em História. Com a reformulação curricular, a partir de 1991, apresenta-se como Bacharelado em História com complementação para Licenciatura em História. A partir de 2006, a UFU passa a oferecer o curso integrado de Bacharelado e Licenciatura em História, que é o currículo que vigora atualmente.

Currículos não são textos soltos no tempo e no espaço, surgidos do nada. Assim como qualquer outro documento, têm sua historicidade. São resultado de disputas que existiram e ainda existem nas sociedades e nas instituições que os produziram/produzem. Antes de analisá-los farei uma contextualização da criação do Curso de História. Curso que nasce no interior de uma faculdade confessional, que mais tarde se une a mais quatro faculdades para formar uma Universidade particular que, através de um ato inconstitucional, em um governo de exceção, se federaliza. Todo o caldo cultural, social e político do Brasil dos anos 1960-1980 servirão para compor as grades curriculares dos primeiros currículos do Curso estudado.

Logo, este capítulo revisita o contexto de criação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Uberlândia, da Universidade de Uberlândia (UnU) e de sua federalização nos anos 1950-1970.

²⁶ Sacristán, 2000 apud COSTA, Aryana Lima. *A formação de profissionais de História: o caso da UFRN (2004-2008)*. 2010. 191 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2010, p. 69.

1.1 Universidade Federal de Uberlândia: criação e federalização

Aos meus conterrâneos e à mocidade estudiosa de Uberlândia, mais esta prova de apreço do Presidente Arthur da Costa e Silva.²⁷

Rondon Pacheco, 1970

Lembrar a data de criação do curso de História é perceber sua gênese justamente no ano de 1964. Ano do golpe militar, ano que deu início aos chamados anos de chumbo.²⁸

Maria Clara Tomaz Machado; Vera Lúcia Puga, 2015

Em 2014, o conjunto de professores do Curso de História da Universidade Federal de Uberlândia (UFU) elegeu, no âmbito do Conselho do Instituto de História (INHIS), uma comissão para organizar as comemorações dos “50 anos do Curso de História”. Esta seria apenas mais uma efeméride institucional se observadores mais perspicazes não tivessem se dado conta de que, no ano anterior, a UFU havia acabado de comemorar 35 anos de sua federalização. Como o Curso de História da Universidade poderia ter 15 anos a mais do que a própria Universidade?

Certamente, historiadores esclareceram que esta incongruência ocorrera porque as comemorações oficiais reivindicavam um lugar comum da memória social da comunidade acadêmica que identificava uma continuidade entre o Curso de História que existia antes de sua federalização, na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Uberlândia (FAFIU)²⁹ e o Curso atual que funciona no Instituto de História - INHIS.

Para narrar a sua história, considerou-se necessário retomar o ano de 1964:

O curso de Graduação em História, da Universidade Federal de Uberlândia, foi originalmente criado em 1964, na antiga Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, tendo sido reconhecido pelo Conselho Federal de Educação através do Parecer nº 11/67, decreto nº 62.221, de 05/02/1968, e incorporado à UFU no ano seguinte, pelo decreto-lei nº 762 de 14/08/1969, alterado pela lei nº 6.532, de 24 de maio de 1978.³⁰

²⁷ FACULDADE DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS DA UNIVERIDADE DE UBERLÂNDIA. *Revista Comemorativa do Primeiro Decênio (1960-1970)*. Uberlândia, 1970, p. 40.

²⁸ MACHADO, Maria Clara Tomaz; PUGA, Vera Lúcia. Apresentação. *Cadernos de Pesquisa do CDHIS*, Uberlândia, v. 28, n. 1, 2015 p. 163.

²⁹ A FAFIU funcionou até 1977 no prédio do Colégio Nossa Senhora das Lágrimas – atual Colégio Ressurreição.

³⁰ UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA. Instituto de História. *Projeto Pedagógico de Graduação em História da Universidade Federal de Uberlândia*. Uberlândia, 2005, p. 5.

Este lugar comum tem sido corroborado por trabalhos acadêmicos que realizaram pesquisas históricas sobre o curso. Encontrei três trabalhos³¹ que defendem a necessidade de se fazer uma contextualização da formação da UFU para se compreender o curso em questão. Pretendo respeitá-los enquanto um dado significativo para se conceber o Curso de História, problematizando a escolha de seus autores. Logo, tenciono analisar os currículos do curso de História revisitando o processo de criação da Universidade à luz da história de modernização da cidade de Uberlândia e do Triângulo Mineiro.

Aguinaldo Rodrigues Gomes (2000), em sua dissertação *História, Memória e Educação: uma análise das contribuições do Curso de História da UFU para a formação do professor/pesquisador*, defende que o Curso de História da UFU teria sido criado em 1984 e não em 1964. Sua justificativa:

O corte cronológico estabelecido é de 1984 a 1998 e justifica-se por ser no ano de 1984 que foi criado o Curso de História. Anterior a este ano existia o Curso de Estudos Sociais, que se dividia em História e Geografia: cursava-se dois anos no básico e depois optava-se por História ou Geografia.³²

Discordo de Gomes (2000) quando sua fala sugere que até 1984 existia apenas o curso de Estudos Sociais e que cursava-se dois anos deste para depois fazer a opção por História ou Geografia. Há no Sistema de Gestão (SG) da UFU registros de formados de 1980, em curso semestral de Graduação em Estudos Sociais 1º Grau – Licenciatura – Integral com duração de 2,5 anos. E, como reconhece o próprio autor, no trecho acima, “optava-se por História ou Geografia”, cursos que existiam sim, concomitantes ao de Estudos Sociais e como complementação deste. Para aqueles apenas não havia o ingresso via processo seletivo.

Porém, meu intento neste tópico não é questionar o autor, mas corroborar com sua ideia presente no primeiro capítulo da dissertação, em que trata do *Contexto histórico de criação da UFU*. Nele “objetiva tecer algumas considerações históricas para melhor

³¹ Dissertação de Mestrado de Aguinaldo Rodrigues Gomes, *História, Memória e Educação: uma análise das contribuições do Curso de História da UFU para a formação do professor/pesquisador*, (2000); monografias de Joice Gonçalves Gomes, *Curso de História/UFU: formação acadêmica e profissionalização*, (2001) e de Elisângela Martins Ribeiro, *Histórias da História: narrativas de historiadoras sobre o processo de organização do Curso de História/UFU*, (2005).

³² GOMES, Aguinaldo Rodrigues. *História, Memória e Educação: uma análise das contribuições do Curso de História da UFU para a formação do professor/pesquisador*. 2000. 109 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2000, p. 9-10.

contextualizar a constituição do projeto de criação da UFU, desde suas origens até os anos 90.”³³

Ao apresentar o contexto sobre a criação da universidade, Gomes (2000) fala da cidade de Uberlândia, situada em local privilegiado como entreposto comercial, e que teve seu crescimento, tanto populacional quanto econômico, acelerado com “a expansão da malha de transportes (Mogiana, Ponte Afonso Pena e rede Mineira de Auto Viação Intermunicipal)”³⁴ em fins do século XIX e início do XX. Revela, também, que esse crescimento urbano teria se instituído mediante esforços para o estabelecimento “da disciplina e do controle sobre a cidade e seus habitantes, os quais eram exercidos pela imprensa, os políticos e a polícia.”³⁵ A criação da UFU “se inseriu no interior de antigos projetos políticos da cidade e constava das expectativas desenvolvimentistas da classe dominante local.”³⁶

Luciana Tavares Borges (2007), em seu trabalho monográfico *Universidade Federal de Uberlândia: interesses e conflitos na sua formação (Uberlândia 1957-1978)*, ao analisar o período de formação da Universidade de Uberlândia (UnU) e sua federalização, em 1978, através das memórias de Rondon Pacheco³⁷, também concorda com Gomes (2000):

[...] o empenho na formação de faculdades na cidade vinha de grupos pertencentes à classe dominante local e não da ‘sociedade uberlandense’ [...]. O empresário Genésio de Melo Pereira conseguiu comprar o prédio, que pertencia à comunidade religiosa católica Salesiana, no bairro Santa Mônica e instalou ali a faculdade de engenharia.³⁸

A despeito das dificuldades de se separar “classe dominante local” de “sociedade uberlandense”, parece-me que a autora tem razão ao afirmar que “a obstinação em atrair para a cidade indústrias e investimentos financeiros fez com que as classes dominantes

³³ GOMES, 2000, p. 30.

³⁴ Ibidem, 2000, p. 32.

³⁵ Ibidem, 2000, p. 32.

³⁶ Ibidem, 2000, p. 35.

³⁷ Rondon Pacheco (1919-2016). Advogado e político uberlandense. “Começara em 1946, como deputado estadual e vinte um anos depois se tomara ministro chefe da casa civil do governo Costa e Silva.” (BORGES, Luciana Tavares. *Universidade Federal de Uberlândia: interesses e conflitos na sua formação (Uberlândia 1957-1978)*. 2007. 83 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2007, p. 36).

³⁸ BORGES, Luciana Tavares. *Universidade Federal de Uberlândia: interesses e conflitos na sua formação (Uberlândia 1957-1978)*. 2007. 83 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2007, p. 29.

buscassem formar jovens especializados para dar continuidade”³⁹ a seus projetos progressistas.

Tal interpretação está em aparente desacordo com o que nos diz Gomes (2000) a respeito da FAFIU. Segundo ele, a instituição nascera do “desejo de um grupo de intelectuais, que se preocuparam educacional e culturalmente com a cidade.”⁴⁰ Ele completa sua descrição conjuntural dizendo que, como as universidades brasileiras não comportavam o excedente dos vestibulares classificatórios, o Governo Federal fomentou a “expansão acelerada e desordenada de Faculdades de Filosofia no Brasil a partir de 1960, expansão que se deu principalmente por intermédio da iniciativa privada, como foi o caso das faculdades em Uberlândia.”⁴¹ Seu crescimento se deveu, em grande parte, “por se caracterizarem como faculdades viáveis com poucos gastos para sua criação e manutenção, e, principalmente, por não exigirem equipamentos, justificando, ainda, a criação de cursos basicamente ligados às humanidades.”⁴² Isto teria resultado, segundo ele, “na proliferação de escolas de qualidade duvidosa.”⁴³ Porém o autor não se manifesta quanto à qualidade do ensino promovido pela Faculdade de Filosofia de Uberlândia.

O processo de criação da UFU foi marcado por muitas etapas, a partir de movimentos pró-ensino superior na cidade surgidos na década de 1950, especialmente em defesa da criação dos cursos de Direito e de Medicina. Primeiro surgiram faculdades isoladas: Conservatório Musical de Uberlândia em 1957, Faculdade de Direito de Uberlândia e Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Uberlândia (FAFIU), em 1960. Estas três, juntamente com a Faculdade de Ciências Econômicas (1963) e a Faculdade Federal de Engenharia de Uberlândia (1965) foram unidas em 1969 para formar a Universidade de Uberlândia (UnU), federalizada em 1978.⁴⁴

Ainda segundo Gomes (2000), o projeto para criação da UnU visava, desde o início, à federalização sem a perda do controle político da mesma, “elevando o ‘status’ e o poder de atração da cidade, caracterizando-a como uma cidade universitária e conseguindo, ao mesmo tempo, a injeção de volumosas verbas federais na economia local.”⁴⁵ Para o autor, a criação da UnU seria inconstitucional:

³⁹ BORGES, 2007, p. 30-31.

⁴⁰ GOMES, 2000, p. 36.

⁴¹ Ibidem, 2000, p. 39.

⁴² Ibidem, 2000, p. 39.

⁴³ Ibidem, 2000, p. 39.

⁴⁴ Coraly Gará Caetano e Miriam Michel Cury Dib, na obra *A UFU no imaginário social* (1988), se propõem a contar a história da constituição da UFU através dos depoimentos de sujeitos de sua história.

⁴⁵ GOMES, 2000, p. 42.

[...] os governos militares, eles próprios exceção, governavam o país de acordo com regras muito severas, e neste contexto, fazia-se uma aliança tácita com os donos do poder e Uberlândia soube fazer isto muito bem. A coroação máxima desta aliança foi a federalização da Universidade de Uberlândia.⁴⁶

A obra *A UFU no imaginário social* (1988), de Coraly Gará Caetano e Miriam Michel Cury Dib, publicada em comemoração aos 10 anos de federalização da universidade, e que tinha como objetivo “oferecer à reflexão dos leitores um quadro amplo de imagens, discursos, pontos de vista, semelhantes uns, conflitantes outros, que possibilitem um contato com uma Universidade heterogênea e múltipla”⁴⁷, apresenta a entrevista de Antonino Martins da Silva Júnior, ex-vice-reitor da UFU e ex-diretor da Faculdade Federal de Engenharia que confirma essa ideia:

A Universidade foi criada em 14 de agosto de 1969 pela ação do então Ministro chefe da casa civil, Rondon Pacheco. Criada sem passar no Congresso Nacional, sem ouvir o Conselho Federal de Educação e sancionada pela junta militar, com base no Ato institucional 16.⁴⁸

Segundo Borges (2007), a reforma universitária de 1968 contribuiu para a criação da UnU: a Lei 5.540/68 determinava que “para se constituir uma universidade era preciso existir quatro faculdades particulares e uma faculdade federal, o que para Uberlândia não foi difícil”.⁴⁹ De acordo com a autora, a criação da UnU não foi um caso isolado. O Brasil do período da ditadura civil-militar objetivava “formar profissionais voltados apenas para o mercado de trabalho, proporcionando, dessa forma, um controle ideológico no ensino superior.”⁵⁰ As classes dominantes de Uberlândia “possuíam uma relação de amizade com os governos militares”⁵¹ - e mais do que isso, integravam o alto escalão do governo - o que teria contribuído para a criação da universidade.

De acordo com a autora, apesar da facilidade da criação da UnU, do ponto de vista jurídico, enfrentaram-se muitas disputas internas durante a união das faculdades independentes. Disputas como pela Faculdade de Medicina Veterinária entre as cidades de Tupaciguara e Uberlândia: os alunos de medicina veterinária tinham aula teórica em

⁴⁶ GOMES, 2000, p. 44.

⁴⁷ CAETANO, Coraly Gará; DIB, Miriam Michel Cury (Ed.). *A UFU no imaginário social*. Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia, 1988, p. XXXI.

⁴⁸ SILVA JÚNIOR, 1988 apud CAETANO, Coraly Gará; DIB, Miriam Michel Cury (Eds.). *A UFU no imaginário social*. Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia, 1988, p.110.

⁴⁹ BORGES, 2007, p. 46.

⁵⁰ Ibidem, 2007, p. 46-47.

⁵¹ Ibidem, 2007, p. 47.

Tupaciguara e aula prática em Uberlândia devido à falta de instalações adequadas na primeira. Quando o Conselho Universitário da UnU decidiu transferir a faculdade para Uberlândia, o vice-prefeito de Tupaciguara, Ademar Batista da Costa, renunciou ao cargo, o que “gerou um clima de insatisfação e de tensão em ambas as cidades.”⁵²

Em sua carta de renúncia podemos verificar o tom de denúncia:

O Conselho Universitário de Uberlândia, atendendo solicitação de meia dúzia de alunos e de meia dúzia de professores, em defesa de seus interesses pessoais, resolveu no mesmo dia, transferir a Faculdade [de Medicina Veterinária] para Uberlândia, deixando de considerar, ou melhor, desmoralizando as palavras de autênticos líderes, como Rondon Pacheco, Israel Pinheiro, Homero Santos, João de Araújo Ferraz e muitos outros.⁵³

A própria unificação dos patrimônios das faculdades gerou muitos conflitos: o Colégio Nossa Senhora das Lágrimas⁵⁴ e a FAFIU pertenciam à mesma entidade mantenedora.⁵⁵ O patrimônio da Faculdade de Direito pertencia à família de Jacy de Assis⁵⁶; a Faculdade de Ciências Econômicas não possuía patrimônio, pois pertencia à Fundação Educacional de Uberlândia⁵⁷; a Faculdade de Engenharia já era federal; o

⁵² BORGES, 2007, p. 51.

⁵³ Carta de Renúncia do Vice-Prefeito de Tupaciguara, Ademar Batista da Costa, encaminhada à Câmara Municipal, em 20/01/1976. In: BORGES, 2007, p. 70-71.

⁵⁴ Colégio fundado em 1932 pela Congregação das Irmãs Missionárias de Jesus Crucificado, que ofereceu, inicialmente, só para meninas, os cursos Primário, Adaptação, Ginásial e Normal em regime de internato, semi-internato e externato. Hoje é conhecido por Colégio Ressurreição Nossa Senhora. Localizado na Praça Coronel Carneiro, nº 11; bairro Fundinho. Cf. INÁCIO FILHO, Geraldo; RAMOS, Lucélia Carlos. *História da educação: o cotidiano e representação no Colégio Nossa Senhora Das Lágrimas (Uberlândia, 1932-1947)*. s/d. Disponível em: <<http://www.fae.ufmg.br/portalmineiro/conteudo/externos/3cpehemg/congresso/História da educação - o cotidiano e representação no Colégio Nossa.pdf>>. Acesso em: 09 maio 2016. Ou INÁCIO FILHO, Geraldo; RAMOS, Lucélia Carlos. A atuação da Igreja Católica na educação uberlandense: o Colégio Nossa Senhora das Lágrimas. *Cadernos de História da Educação*, Uberlândia, v. 1, n. 1, p.67-72, jan./dez. 2002. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/che/article/viewFile/309/292>>. Acesso em: 09 maio 2016. Ou ROSINI, Simone. *Colégio Ressurreição Nossa Senhora comemora 80 anos*. 2012. Disponível em: <<http://www.correiodeuberlandia.com.br/cidade-e-regiao/colégio-ressurreicao-nossa-senhora-comemora-80-anos/>>. Acesso em: 09 maio 2016.

⁵⁵ Irmãs Missionárias de Jesus Crucificado, segundo o Histórico do Livro de Atas do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Uberlândia. Este documento está no SEARQ/UFU.

⁵⁶ Jacy de Assis (1901-1995). Jurista brasileiro formado pela USP (1922). Residente em Uberlândia desde a década de 1940. Elegeu-se vereador e foi presidente da Câmara Municipal por três anos (1947-1950). Fundador e ex-diretor da Faculdade de Direito. Também contribuiu para a criação da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Uberlândia: “Fiquei surpreendido ao ver o Presidente me atender naquele momento no gabinete dele. [...] Eu disse: ‘- Juscelino, eu vim aqui trazer os papéis referentes à Faculdade de Direito e à Faculdade de Filosofia e vim pedir ao senhor para assiná-los.’ Ele me disse: ‘-Espere um pouquinho.’ Foi à mesa dele e me mostrou: ‘- Aqui está, na minha mesa, o decreto criando as duas Faculdades de Uberlândia.’ Eu saí de lá muito satisfeito, telefonei para cá comunicando que estava de posse dos decretos criando o Direito e a Filosofia. Então foi assim que a Faculdade nasceu.” (ASSIS, 1988 apud CAETANO, Coraly Gará; DIB, Miriam Michel Cury (Ed.). *A UFU no imaginário social*. Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia, 1988, p. 26.)

⁵⁷ PRIETO, Élisson Cesar. Os 50 anos da Faculdade de Direito no espaço e no tempo da Universidade Federal de Uberlândia. *Revista da Faculdade de Direito de Uberlândia*, Uberlândia, v. 38, n. 2, p.383-406,

Conservatório Musical de Uberlândia⁵⁸ precisou ser transformado em Faculdade de Artes. Logo, cada faculdade era autônoma administrativa e financeiramente. Além disso, “a causa para a divergência em relação a essa questão se baseava no próprio decreto-lei que criou a universidade, pois, o mesmo determinava que essa instituição, em sua natureza jurídica era de caráter privado. E na elaboração do Estatuto este ponto prevaleceu.”⁵⁹ Isto pode ser verificado no artigo 1º do Estatuto:

Artigo 1º - A Universidade de Uberlândia, autorizada a funcionar pelo Decreto-Lei federal nº 762, de 14 de agosto de 1969, é uma entidade mantida pela Fundação Universidade de Uberlândia, pessoa jurídica de direito **privado** com sede na cidade de Uberlândia, Estado de Minas Gerais.⁶⁰

De acordo com Juarez Altafin⁶¹, desde sua criação, em 1969, até sua federalização em 1978, a UnU funcionou como um conglomerado de Faculdades autônomas. “A grande dificuldade consistiu na recusa de muitas Escolas em abrir mão de sua autonomia financeira e administrativa em favor da nova entidade.”⁶² Como reitor, Altafin havia encontrado “uma Universidade onde as escolas eram autônomas e a Reitoria isolada, [...], “um órgão praticamente decorativo.”⁶³ Os dirigentes das faculdades “não queriam abrir mão da comodidade, da autonomia financeira e administrativa.”⁶⁴

Como o Estatuto da UnU prescrevia uma universidade de cunho privado, professores e alunos da Faculdade Federal de Engenharia, temendo a privatização da mesma fizeram passeatas e protestos contra a entidade. Os ânimos só foram pacificados com a sanção da Lei nº 6523, em 24 de maio de 1978, que federalizava a Universidade. A

2010, p. 394. Disponível em: <www.seer.ufu.br/index.php/revistafadir/article/download/18519/9923>. Acesso em: 09 maio 2016.

⁵⁸ Primeira Escola Superior de Uberlândia (1957). “Embora sejamos uma unidade acadêmica jovem dentro da UFU, dentre os cursos que compõem o IARTE está o mais antigo curso superior da cidade de Uberlândia, o Curso Superior em Música criado em 1957, antes mesmo da existência da Universidade Federal de Uberlândia. O reconhecimento em 1967 dos cursos de Instrumentos Piano, Violino e Acordeão e de Canto, integrados ao Curso de Artes Plásticas formaram em 1968 a Faculdade de Artes que integrou a Universidade de Uberlândia, criada em 1969, com o Departamento de Artes (DEART) e o Departamento de Música (DEMUS), no qual deu aulas o Maestro Camargo Guarnieri, um dos principais professores de composição no país.” (INSTITUTO DE ARTES (Uberlândia). Universidade Federal de Uberlândia. *História*. s/d. Disponível em: <<http://www.iarte.ufu.br/Instituto-de-Artes/historia>>. Acesso em: 09 maio 2016.)

⁵⁹ BORGES, 2007, p. 52.

⁶⁰ UNIVERSIDADE DE UBERLÂNDIA. *Estatuto da Universidade de Uberlândia*. Aprovado pela Fundação Universidade de Uberlândia e pelo Conselho Federal de Educação (Parecer nº 212/70 de 25/06/1970). Uberlândia, set. 1970, p. 1. Fonte: SEARQ/UFU. Grifo nosso.

⁶¹ Ex-reitor da UnU (30/12/1971-26/12/1975) e ex-diretor da Faculdade de Ciências Econômicas.

⁶² ALTAFIN, 1988 apud CAETANO, Coraly Gará; DIB, Miriam Michel Cury (Eds.). *A UFU no imaginário social*. Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia, 1988, p. 94-98.

⁶³ *Ibidem*, 1988, p. 94-98.

⁶⁴ *Ibidem*, 1988, p. 94-98.

partir de então “os diretores das faculdades isoladas cederam os seus patrimônios, a faculdade de Engenharia não teve mais receio de ser privatizada.”⁶⁵

Com um orçamento maior que o da Prefeitura de Uberlândia, segundo Gomes (2000), a universidade contribuía com o fator econômico para o crescimento da cidade, porém “a ligação da Universidade com a comunidade educacional pública não foi tão estreita assim. [...] praticamente nenhuma proposta foi efetivada”⁶⁶ entre 1976 e 1980. “E os dirigentes máximos da Universidade não”⁶⁷ desenvolveram “nenhuma política educacional significativa”⁶⁸ em parceria com o poder público estadual e municipal.

Após oferecer-lhes um panorama mais geral sobre o contexto de criação do Curso de História da UFU, faz-se necessário ajustar a nossa lente e adentrarmos o interior da instituição onde o curso de História surgiu – a FAFIU.

1.2 A Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Uberlândia

Olhando-o de frente, você verá à direita, uma TOCHA e um LIVRO. A TOCHA, tomamos como símbolo da FÉ que deverá iluminar a CIÊNCIA, para que o LIVRO que contém as chaves das pesquisas, se abra à sua inteligência, numa continuação integral da VERDADE! Assim, você será esclarecido, contribuindo para o progresso e firmado no centro indestrutível desta VERDADE que nos liberta e nos conduz à prosperidade! À sua esquerda, temos o CALVÁRIO! O CALVÁRIO, presente no nosso Escudo, vem lembrar que a fundação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Uberlândia, foi iniciativa das Missionárias de Jesus Crucificado. Como você já percebeu, Jesus Crucificado, nos lembra imediatamente o CALVÁRIO, cenário sublime da presença da Igreja, dispensadora das Riquezas de Cristo! O CALVÁRIO é o testemunho precioso da missão legada às nossas vidas; difundir no Mundo, na Pátria e na Família, o Amor à VERDADE! Este Amor à VERDADE, nós o esperamos de você, na realização plena do cumprimento do dever! Coroando o nosso Escudo, você vê uma FLOR DE LIS! É o símbolo de Maria Santíssima, a quem confiamos nossa Faculdade, certos de que Ela nos assistirá de perto, para que possamos trabalhar na realização de nosso IDEAL, alicerçando-o no nosso LEMA: "VERITAS LIBERABIT VOS"! Sim, a VERDADE VOS LIBERTARÁ esta VERDADE, nós a encontraremos em DEUS!⁶⁹

Revista comemorativa do Primeiro Decênio (1960-1970), 1970

⁶⁵ BORGES, 2007, p. 54.

⁶⁶ GOMES, 2000, p. 46.

⁶⁷ Ibidem, 2000, p. 46.

⁶⁸ Ibidem, 2000, p. 46.

⁶⁹ FACULDADE DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS DA UNIVERIDADE DE UBERLÂNDIA. *Revista Comemorativa do Primeiro Decênio (1960-1970)*. Uberlândia, 1970, p. 3.

A *Figura 1* nos mostra o escudo da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Uberlândia (FAFIU). Ele foi reproduzido da revista comemorativa do primeiro decênio da faculdade, publicada em 1970.

Segundo Caetano e Dib (1988), esta instituição foi criada em 1960 no Colégio Nossa Senhora das Lágrimas, de orientação católica, onde funcionou até 1977.

Figura 1 - Escudo da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Uberlândia



Fonte: FACULDADE DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS DA UNIVERIDADE DE UBERLÂNDIA. *Revista Comemorativa do Primeiro Decênio (1960-1970)*. Uberlândia, 1970. SEARQ/UFU, 2016.

Pela epígrafe do início do subcapítulo, que descreve os significados do Escudo, percebemos que Ciência e Fé são defendidos como os meios para se chegar à Verdade. Logo, podemos verificar que a História, como escrita sobre um determinado acontecimento ou processo do passado, na época da criação do curso, deveria ter compromisso com a Verdade que, em sentido último, tinha um fundamento divino.

Mas por que uma Faculdade de Filosofia teria sido fundada pela congregação religiosa? Borges (2007) nos oferece uma resposta: “as classes dominantes locais tinham receio que ‘outros grupos’ criassem a faculdade de filosofia com outros propósitos diferentes da tríade apostólica romana: pátria, família e religião.”⁷⁰ Os “outros grupos” seria uma referência àqueles que seguiam ideias socialistas. Desde a década de 1920, estas pessoas eram chamadas pelas classes dominantes de “comunistas”. Logo, o curso de História da UFU nasceu nos anos 1960, em uma faculdade de cunho religioso, sendo administrada pelas Irmãs Missionárias de Jesus Crucificado⁷¹ até a federalização da UnU, em 1978. É este (per)curso que tem sido reivindicado como parte integrante da memória e da história do Curso do Instituto de História da UFU.

De acordo com entrevista dada por Jacy de Assis na obra *A UFU no imaginário social*, a FAFIU foi criada, juntamente com a Faculdade de Direito por intermédio do então Deputado Federal Rondon Pacheco, no gabinete do Presidente da República, Juscelino Kubitschek.⁷²

Irmã Ilar Garotti⁷³, ex-vice-reitora da UnU e ex-diretora da FAFIU, em entrevista para a obra supracitada, disse que os cursos que surgiram com a Faculdade eram oferecidos no turno matutino: Pedagogia, Letras Anglo-germânicas e Letras Neolatinas, com um total de 32 alunos. Novos cursos surgiram entre 1962 e 1977. Entre eles o Curso de História, que entrou em funcionamento em 1964. Entre 1960 e 1970 a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de Uberlândia (FFCLUU)⁷⁴ formara 210 licenciados em Pedagogia, História e Letras.⁷⁵

⁷⁰ BORGES, op. cit., p. 28.

⁷¹ Congregação brasileira fundada em Campinas-SP em 03/05/1928. Cf.: <<http://www.mjc.org.br/site/nossa-historia>>. Acesso em: 06 out. 2016.

⁷² ASSIS, Jacy de apud CAETANO, Coraly Gará; DIB, Miriam Michel Cury (Eds.). *A UFU no imaginário social*. Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia, 1988, p. 24-26.

⁷³ Cf. CARVALHO, Cleide Fátima. *Ilar Garotti: vida, formação e religiosidade*. 2007. 170 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2007.

⁷⁴ Denominação dada à FAFIU quando esta se integrou à UnU a partir de 1969.

⁷⁵ GAROTTI, Ilar apud CAETANO, Coraly Gará; DIB, Miriam Michel Cury (Eds.). *A UFU no imaginário social*. Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia, 1988, p. 30-31.

Segundo Gomes (2000), em 1977 a FFCLUU (pertencente à UnU) se instalou definitivamente nos Campi Santa Mônica e Umuarama, dividindo seus cursos entre os três centros da universidade: Centro de Ciências Humanas e Artes (CEHAR), Centro de Ciências Exatas e Tecnologia (CETEC) e Centro de Ciências Biomédicas (CEBIM). Para o autor, o motivo da fragmentação em campi distintos se deu frente ao “receio de que a proximidade pudesse favorecer uma unificação dos estudantes, aumentando os ‘riscos’ de reivindicações políticas e sublevações contra o regime militar – conforme acontecia no resto do país.”⁷⁶

Após conhecermos um pouco da história da UFU e da faculdade onde surgiu o Curso de História, ou à qual a memória social estabelece suas ligações e reivindica sua origem legítima, chegamos a ele e a seus currículos.

⁷⁶ GOMES, 2000, p. 45.

2 UMA HISTÓRIA DOS CURRÍCULOS DE HISTÓRIA

Se a tradicional dicotomia entre Bacharelado e Licenciatura parecia bastar no começo da década de 1960, ela parece cada vez mais limitada ou acanhada numa época como a nossa, quando, além das tradicionais destinações (ensino de primeiro e segundo grau, por um lado; ensino universitário ao qual se vinculava a pesquisa, por outro), pessoas formadas em História atuam, crescentemente (e a lista a seguir é seletiva, incompleta): em institutos de pesquisa que não desenvolvem atividades de ensino; realizando pesquisas ligadas a questões vinculadas ao patrimônio artístico e cultural, à cultura material (associação Arqueologia/História, atuação em museus) ou a serviço dos meios de comunicação de massa (imprensa, televisão etc.); funcionando em assessorias culturais e políticas também; trabalhando na constituição e gestão de bancos de dados, na organização de arquivos e em outras áreas de um modo geral ligadas à reunião e preservação da informação.⁷⁷

Conselho Nacional de Educação, 2001

Estabeleceu-se no curso de História e não se sabe quem estabeleceu, que o importante é a pesquisa. O ensino é um apêndice, o que acontece é que os professores são menos professores e mais pesquisadores. Hoje, eles pensam mais em si próprios, nas suas pesquisas, nas publicações, nas participações em congressos, do que em seus alunos.⁷⁸

Luciene Ivone de Lima, 1998

Após revisitar a criação da UFU e sua federalização proponho analisar as conformações curriculares por que passou o Curso de História da UFU ao longo dos anos desde sua criação como primeiro passo necessário para, mais tarde, emprendermos a relação currículo-produção monográfica dos discentes do mesmo. Para tanto, contarei com a contribuição de quatro monografias, produzidas no próprio Curso de História, que se propõem à análise de um ou mais desses currículos.

A primeira é de Luciene Ivone de Lima (1998). Intitulada *A formação do professor de História. Uberlândia, 1990-1998*, objetiva oferecer um diagnóstico sobre a formação do professor de História pelo Curso de História da UFU, na década de 1990. Para tanto, entrevistou oito professores de História, formados ou formandos daquele período que já lecionassem na Educação Básica. No segundo capítulo do trabalho, ao discutir *O papel da Universidade na formação do professor*, a autora apresenta críticas ao Currículo implantado a partir de 1991. Retornarei a elas quando nos debruçarmos sobre o mesmo.

⁷⁷ CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Câmara Superior de Educação. *Parecer N° CNE/CES 492/2001*. 03 abr. 2001. Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de Filosofia, História, Geografia, Serviço Social, Comunicação Social, Ciências Sociais, Letras, Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia. Brasília, p. 5-6.

⁷⁸ LIMA, Luciene Ivone de. *A formação do professor de História. Uberlândia, 1990-1998*. 1998. 52 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 1998, p. 25.

O segundo trabalho monográfico, de autoria de Joice Gonçalves Gomes (2001), intitulado *Curso de História/UFU: formação acadêmica e profissionalização*, tem como objetivo analisar a forma como o curso fora concebido, suas alterações curriculares em determinados períodos, para compreender a dicotomia bacharelado-licenciatura. Para tanto cruzou leituras de relatórios de estágio da disciplina Prática de Ensino de três currículos, bem como realizou uma análise dos mesmos. No capítulo *A Trajetória do Curso de História /UFU através das grades curriculares*, o texto apresenta a grade curricular do Curso de Licenciatura Curta em Estudos Sociais com opção para Licenciatura em História ou em Geografia, implantado em 1973; Curso de Licenciatura Plena em História que a autora chama de *Currículo 4648 Curso de História*, de 1985; Curso de Bacharelado em História com opção para Licenciatura em História, que a autora nomeia como *Currículo 4691 Curso de História*, que começou a vigorar a partir de 1991.

Elisângela Martins Ribeiro (2005) é responsável pela terceira monografia, intitulada *Histórias da História: narrativas de historiadoras sobre o processo de organização do Curso de História/UFU*. Visa à interpretação das narrativas de historiadoras sobre o processo de organização do Curso de História da UFU, apontando caminhos e significados desse processo. Para tal a autora entrevistou quatro professoras do curso: Heloisa Helena Pacheco Cardoso, Maria Clara Tomaz Machado, Maria de Fátima Ramos de Almeida e Christina da Silva Roquette Lopreato. Nos dois capítulos que compõem a obra, a autora apresenta um pequeno panorama dos mesmos currículos que Gomes (2001) analisa mais detidamente.

O último trabalho acadêmico é de Michelle da Costa Garcia (2008). A monografia, *Licenciatura em História e a formação do professor na UFU*, se propõe a discutir a formação dos discentes do Curso de História, futuros professores, procurando refletir sobre sua suposta fragilidade teórico-metodológica, através da identificação da relação entre as disciplinas lecionadas pelos docentes do Curso de História da UFU e a didática e metodologia de ensino praticadas pelos professores que ministravam aulas em escolas públicas da cidade de Uberlândia. Para tanto, a autora se utilizou de depoimentos orais e do estudo dos livros didáticos adotados em duas escolas de Ensino Médio de Uberlândia: Escola Estadual João Rezende e Escola Estadual Messias Pedreiro. Este trabalho, apesar de analisar os currículos de História implantados a partir de 1991 e 2006, se detém mais sobre o primeiro, uma vez que, segundo a autora, o currículo de 2006 ainda não possuía egressos, quando de sua pesquisa.

Pude verificar que há pontos em comum nas quatro monografias, para além do objeto – o Curso de História da UFU. Em três monografias, cujas autoras se preocupam com a formação do professor de História, há evidências de que sua preocupação com a temática teria irrompido do contato com a prática na sala da aula durante as disciplinas de estágio supervisionado. Quanto à quarta monografia, Ribeiro (2005) nos diz que seu interesse pelo tema surgiu do contato com o mesmo quando de sua participação no projeto *Atuação do profissional de História: da academia ao exercício cotidiano da profissão. Análise da formação do graduado, diagnóstico e alternativas de mudança. (PIBEG/2004-2005)*⁷⁹, coordenado pelo Professor Leandro José Nunes, do Instituto de História.

Considerando estes quatro trabalhos, passemos à análise dos currículos do Curso de História.

2.1 Licenciatura em História (1964): ser professor de História

O ensino da História, portanto, deve primar pelo esclarecimento sistemático e, na medida do possível, real das ocorrências narradas, buscando isolar o terreno falso das hipóteses, a fim de se evitarem as simples conclusões agradáveis aos pontos de vista pessoais.⁸⁰

Agair de Faria Tannús⁸¹, 1970

Nós não tínhamos ainda a reunião ou todas as Faculdades no campus aqui, tá? Então eu comecei lá e aí logo em seguida nós viemos aqui pro campus, não é? E aí, quer dizer, as coisas meio improvisadas, porque tava discutindo a questão da Universidade Federal.⁸²

Heloisa Helena Pacheco Cardoso, 2004

O primeiro desafio que encontramos para analisar o Currículo de História implantado em 1964 foi o mais elementar ao trabalho do historiador: a falta de acesso à fonte primária. Deste modo, o conhecimento do currículo se deu de forma indireta procurando, não apenas, aqueles trabalhos que se debruçaram sobre ele – e que também não dão indício de terem encontrado o currículo original –, depoimentos orais e

⁷⁹ Cf. RIBEIRO, Elisângela Martins. *A experiência profissional*. Disponível em: <<http://anais.anpuh.org/wp-content/uploads/mp/pdf/ANPUH.S23.0318.pdf>>. Acesso em: 08 nov. 2016.

⁸⁰ TANNÚS, Agair de Faria. *O que é História? Existiria na História algum assunto mais fascinante que os demais? Qual o papel e a importância da História no mundo atual? O que deve caracterizar o ensino da História?* In: FACULDADE DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS DA UNIVERSIDADE DE UBERLÂNDIA. Revista Comemorativa do Primeiro Decênio (1960-1970). Uberlândia, 1970, p. 98.

⁸¹ Professora de História da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de Uberlândia.

⁸² CARDOSO, 2004 apud RIBEIRO, Elisângela Martins. *Histórias da História: narrativas de historiadoras sobre o processo de organização do Curso de História - UFU*. 2005. 64 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2005, p. 27.

documentos como as atas dos conselhos, livros de matrículas e de notas anuais de aproveitamento.

Gomes (2000), ao reproduzir a tabela com os anos de criação dos cursos das faculdades isoladas, em Uberlândia, presente na tese de doutorado de Eleonora Estela Toffoli Ribeiro⁸³ (1995), corrobora equivocadamente com a defesa de que o Curso de História da FAFIU teria sido criado em 1965 e não em 1964, como consta no Histórico do Projeto Pedagógico do Curso de História de 2005⁸⁴. Gomes (2001), por se basear no mesmo trabalho reforça essa assertiva. Para Ribeiro (2005), entretanto, o ano de criação do Curso de História é 1964 e, portanto, “o Curso de História da Universidade Federal de Uberlândia fez 40 anos em 2004.”⁸⁵

A *Figura 2* nos apresenta o Decreto nº 55.848, de 19 de Março de 1965. Como se pode verificar, ele não cria o Curso de História da FAFIU, apenas retifica o Decreto nº 54.093, de 4 de agosto de 1964. Este, em vez de reconhecer o curso de História da FAFIU deveria “declarar que é concedida autorização para o funcionamento do Curso de História da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Uberlândia e não o reconhecimento como constou do referido Decreto.”⁸⁶

⁸³ RIBEIRO, Eleonora Estela Toffoli. *A construção da Universidade Federal de Uberlândia e suas articulações com a Educação Fundamental, através da memória de seus atores*. 1995. Tese (Doutorado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1995.

⁸⁴ UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA. Instituto de História. *Projeto Pedagógico de Graduação em História da Universidade Federal de Uberlândia*. Uberlândia, 2005, p. 5.

⁸⁵ RIBEIRO, Elisângela Martins. *Histórias da História: narrativas de historiadoras sobre o processo de organização do Curso de História - UFU*. 2005. 64 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2005, p. 19.

⁸⁶ BRASIL. Decreto-lei nº 55.848, de 19 de Março de 1965. Retifica o Decreto nº 54.093, de 4 de agosto de 1964. *Diário Oficial da União*, Brasília, 29 dez. 1965. Seção 1, p. 13539.

Figura 2 - Decreto nº 55.848, de 19 de Março de 1965

DECRETO Nº 55.848
de 19/3/1965

Retifica o Decreto nº 54.093 ,
de 4 de agosto de 1964. (1)

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 87, Item I, da Constituição e tendo em vista o que consta no processo nº 70.387-63, do Ministério da Educação e Cultura, decreta:

Artigo único. Fica retificado o Decreto nº 54.093, de 4 de agosto de 1964, para o efeito de declarar que é concedida autorização para o funcionamento do Curso de História da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Uberlândia e não o reconhecimento como constou do referido Decreto.

Brasília, 19 de março de 1965; 1449 da Independência e 779 da República.

H. CASTELLO BRANCO

Raymundo Honiz de Aragão

(1) V. Pareceres nºs. 6/64, de 30/1/1964, 49/65, de 10/2/1965 e 688/65, de 6/7/1965 do Conselho Federal de Educação.

10

No Livro de Matrículas da FAFIU, também encontrei a lista com 19 alunos matriculados no 1º Ano do Curso de História em 1964. Portanto, podemos concluir que o Curso de História teve início em 1964.

Ribeiro (2005) ao analisar as memórias sobre o Curso de História, criado em 1964, verifica que o mesmo se tratava de um Curso de Licenciatura em História. A Professora Heloisa Helena Pacheco Cardoso⁸⁷, sua entrevistada, lembrava: “Eu fiz o curso de graduação em Uberlândia, Universidade Federal de Uberlândia, na época Faculdade de Filosofia, e era apenas Licenciatura, né? Porque nós não tínhamos bacharelado naquele período, então eu fiz Licenciatura em História.”⁸⁸ Esse Curso, segundo a Professora Maria Clara Tomaz Machado⁸⁹, era de cunho positivista e tinha uma biblioteca pobre:

[...] o curso que eu fiz era um curso positivista, mas era um curso de História. Era um curso de causas, consequências e antecedentes. Eu fico brincando com os alunos e falo que na época que eu estudei, além da biblioteca ser muito pobre, que era uma biblioteca da Filosofia, era particular, era das freiras, né? Das Irmãs Missionárias, era um curso que te exigia memória e análise crítica [...].⁹⁰

Encontrei quatro regimentos distintos da FAFIU referentes, respectivamente, aos anos de 1965, 1967, 1971 e 1974. Cada um deles propunha uma grade curricular distinta para o Curso de História: o primeiro Currículo proposto pelo Regimento da FAFIU enviado ao Conselho Federal de Educação (CFE) em 10 de novembro de 1965 pode ser visualizado no *Quadro 1*. Para confeccioná-lo copiei o nome das disciplinas propostas para cada ano, no referido Regimento.

⁸⁷ Professora do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Uberlândia. cursou a Graduação em História entre os anos 1968-1971, período em que a FAFIU se uniu às outras Faculdades isoladas de Uberlândia para formar a UnU. Cf. Plataforma Lattes: <<http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4787882Y0>>. Acesso em: 06 out. 2016.

⁸⁸ CARDOSO, 2004 apud RIBEIRO, Elisângela Martins. *Histórias da História: narrativas de historiadoras sobre o processo de organização do Curso de História - UFU*. 2005. 64 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2005, p. 21.

⁸⁹ Professora dos Cursos de Graduação e Pós-Graduação em História da UFU. cursou a Graduação em História entre os anos 1970-1973, período em que a FAFIU já fazia parte da UnU. Cf. Plataforma Lattes: <<http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4793512T7>>. Acesso em: 06 out. 2016.

⁹⁰ MACHADO, 2004 apud RIBEIRO, Elisângela Martins. *Histórias da História: narrativas de historiadoras sobre o processo de organização do Curso de História - UFU*. 2005. 64 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2005, p. 25.

Quadro 1 - Currículo Curso de Licenciatura em História prescrito Regimento da FAFIU enviado ao CFE em 10/11/1965

Currículo do Curso de Licenciatura em História			
1ª série	2ª série	3ª série	4ª série
História Antiga	Cultura Religiosa	Didática	Elementos da Administração Escolar
História do Brasil	História Contemporânea	Geografia (Geo-história)	História Moderna
Introdução aos Estudos da História	História da América	História Contemporânea	Introdução Geral à Filosofia
Sociologia	História do Brasil	História da América	Prática de Ensino sob a forma de Estágio Supervisionado
	História Medieval	História do Brasil	Psicologia da Educação: Adolescência, Aprendizagem

Fonte: Adaptado do *Regimento da FAFIU enviado para apreciação do CFE em 10/11/1965*, f. 7-8. SEARQ/UFU, 2016.

Como podemos ver, o quadro de disciplinas representado acima (*Quadro 1*) está em conformidade com o Parecer 377/62 do Conselho Federal de Educação que estabelecia o Currículo Mínimo para a Licenciatura em História e pode ser visualizado na resolução abaixo, que:

Fixa o currículo mínimo e determina a duração do curso de História. O Conselho Federal de educação, usando das atribuições que lhe confere a Lei de diretrizes e bases pelos arts. 9º (alínea e) e 70, e tendo em vista o Parecer nº 377/62 que a esta se incorpora. Resolve: Art. 1º - O currículo mínimo do curso de História ficará assim constituído: I. Introdução ao estudo da História - História antiga; História medieval; História moderna; História contemporânea; História da América; História do Brasil. II. Duas matérias escolhidas dentre as seguintes: Sociologia; Antropologia Cultural; História das ideias políticas e sociais; História econômica (geral e do Brasil); História da Arte; Literatura Brasileira; História da Filosofia; Geografia (geo-história); Filosofia da Cultura; Civilização Ibérica; Paleografia. Parágrafo único: para licenciatura serão exigidas as matérias pedagógicas, na forma do Parecer nº 292. Art. 2º - A duração do curso será de 4 (quatro) anos letivos. Art. 3º - A observância dos artigos anteriores é obrigatória a partir do ano letivo de 1962. (a) – Deolindo Couto, Presidente.⁹¹

O Parecer nº 292, citado acima, institui as disciplinas obrigatórias para as Licenciaturas: “Psicologia da Educação: Adolescência, Aprendizagem; Didática; Elementos de Administração Escolar e Prática de Ensino, sob a forma de estágio supervisionado.”⁹²

⁹¹ COUTO, Deolindo. Parecer 292/62 do Conselho Federal de Educação. In: MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. Conselho Federal de Educação. *Documenta 11*. Jan./Fev. 1963, p. 48-49. Modificada.

⁹² CHAGAS, Valmir. Parecer 377/62 do Conselho Federal de Educação. In: MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. Conselho Federal de Educação. *Documenta 10*. Dez. 1962, p. 101.

Porém, através da pesquisa no *Livro de Atas das Notas Anuais da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Uberlândia* e no *Livro de Matrículas* da mesma faculdade, arquivados no Setor de Arquivo Geral (SEARQ) da UFU, pude verificar que as disciplinas oferecidas mudavam, não apenas de acordo com a construção dos regimentos da faculdade, mas de acordo com a disponibilidade de professores para ministrar as mesmas. Houve até experiências, no ano de 1969, na tentativa de oferecer algumas disciplinas em regime semestral, conforme quadro comparativo que pode ser visualizado no *Apêndice A*, que apresenta todos os currículos possíveis entre os anos de 1964 e 1974: currículos prescritos pelos quatro Regimentos da FAFIU e aqueles aplicados de acordo com o *Livro de Atas das Notas Anuais da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Uberlândia* e o *Livro de Matrículas* da mesma instituição.

Nele coloquei as disciplinas propostas pelos Regimentos da FAFIU de 1965 e 1967, da FFCLUU de 1971 e 1974 e oferecidas para as turmas que ingressaram nos anos de 1964, 1965, 1966, 1967, 1968, 1969, 1970, 1971, 1972. Para facilitar a visualização das disciplinas recorrentes em todos os currículos construídos no período fiz o *Quadro 2*.

Quadro 2 - Disciplinas Oferecidas Todos os Currículos Analisados entre 1964 e 1974

Disciplinas presentes em todos os currículos analisados	
Didática Geral	História do Brasil I
História Antiga	História Medieval I
História Contemporânea I	História Moderna I
História Contemporânea II	Introdução aos Estudos Históricos
História da América I	Sociologia Geral
História da América II	História do Brasil II

Fonte: Adaptado de *Livro de Atas das Notas Anuais*, *Livro de Matrículas e Regimentos (1965, 1967) da FAFIU e Regimentos (1971 e 1974) da FFCLUU*. SEARQ/UFU, 2016.

No *Quadro 2*, as disciplinas Didática Geral, História Antiga, História Contemporânea I e II, História da América I e II, História do Brasil I e II, História Medieval I, História Moderna I, Introdução aos Estudos Históricos e Sociologia Geral são as que se repetem em todos os currículos, propostos e efetivados.

Através desse quadro pude verificar que o prescrito pelo Parecer 377/62 do Conselho Federal de Educação quase sempre foi alcançado pelos Currículos, com exceção de Elementos de Administração Escolar; Psicologia da Educação: Adolescência, Aprendizagem; Prática de Ensino sob a forma de Estágio Supervisionado e uma das disciplinas elencadas no Inciso II do Artigo 1º.

Como pesquisadora do século XXI, ao analisar documentos produzidos nas décadas de 1960 e 1970, posso incorrer em erros de leitura devido à caligrafia, ortografia e dificuldades de compreender a cultura administrativa da época, principalmente, levada a equívocos interpretativos, em especial, porque não pude ter acesso às ementas dessas disciplinas. Mesmo assim foi possível construir um esboço do que seria o Currículo de Licenciatura em História da FAFIU em seus primeiros anos de existência. Pelas fontes também pude concluir que se tratava de um curso anual, de quatro anos.

Ao analisar os títulos das disciplinas presentes no quadro acima podemos perceber que não havia preocupação em se formar pesquisadores em História, mas professores para o Ensino Fundamental 2 e Médio, na época, “ensino médio [...] ministrado em dois ciclos, o ginásial e o colegial”⁹³ e, a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1971, Ensino de 1º e 2º graus. Não havia disciplinas que propusessem o exercício da pesquisa por parte do graduando, com exceção de “Métodos e Técnicas de Pesquisa”, proposta nos currículos preconizados pelos Regimentos da FAFIU dos anos de 1971 e 1974. (Cf. *Apêndice A*). Porém havia uma lista de disciplinas que podemos chamar de pedagógicas: Didática Geral, Prática de Ensino de História e Psicologia. Havia até mesmo uma disciplina destinada à Administração Escolar. Logo, não se pode dizer que, na proposta curricular deste curso, existisse tensão entre a formação do professor e do pesquisador, uma vez que não havia a prerrogativa de formar pesquisadores.

Não há eixo temático evidente assim como há apenas uma disciplina prática - Prática de Ensino de História - no final do Curso. Também não foi possível vislumbrar as propostas teórico-metodológicas, pois só tive acesso aos nomes das disciplinas e sua ordenação ao longo dos anos.

Quanto ao conteúdo de cada disciplina, pelo menos para as que foram oferecidas ao 3º Ano (1970), há como conhecê-lo através da análise da *Revista Comemorativa do Primeiro Decênio da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de Uberlândia. (1960-1970)*.

Como se pode ver pelo *Quadro 3* (p. 46), que apresenta os conteúdos disciplinares oferecidos ao 3º Ano de História da FAFIU, o conteúdo de Didática Geral é bem abrangente. Os licenciandos em História compartilhavam a disciplina com os de Letras e de Matemática. A disciplina contemplava até o ensino das operações matemáticas. Já a

⁹³ BRASIL. Lei nº 4.024, de 20 de Dezembro de 1961. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. *Diário Oficial da União*, Brasília, 27 dez. 1961. Seção 1, p. 11429, Artigo 34.

disciplina de História Contemporânea ministrada para o 3º Ano tratava do fim do século XVIII e de boa parte do século XIX. Apesar de não poder ser visualizada pelo *Quadro 3*, a Disciplina de História Contemporânea para o 4º Ano abordava fins do século XIX e o século XX. Logo, posso concluir que se tratava de uma divisão cronológica, que também obedecia ao quadripartismo francês, ainda em voga hoje. Quanto ao conteúdo de História da América para o 3º Ano, este se reportava às Independências na América e à ascensão econômica e política dos EUA no século XIX. História do Brasil – Império, para o 3º Ano, abordava o Brasil no começo do século XIX, em diálogo com a disciplina anterior.

Quadro 3 - Conteúdos Disciplinares Oferecidos ao 3º Ano de História da FFCLUU

CONTEÚDOS DICCIPLINARES			
Didática Geral	História Contemporânea para o 3º Ano	História da América para o 3º Ano	História do Brasil - Império para o 3º Ano
A Educação e a Didática. Concepções de Educação. A experiência educativa. O processo educativo: a educabilidade, o ato educativo, o educador. Conceitos e divisão da Didática. A Didática tradicional e seu fundamento psicológico. Crítica à didática tradicional. A Didática da Escola Ativa. Lay, Dewey, Claparède. Fundamentos psicológicos da Didática Moderna. A imagem e a operação. O hábito e a operação. A investigação, o problema e a construção da operação. Assimilação. A construção das operações e a investigação do aluno. A construção das operações e o problema. Técnicas de ensino. Motivação no ensino. Manejo de classe e o problema da disciplina. Material didático e recursos audiovisuais. Avaliação no ensino. Verificação do rendimento escolar. Planejamento didático. Plano de Curso. Plano de Unidade. Plano de aula. Instrução Programada: bases psicológicas e os “programas”. Integração e coordenação das atividades didáticas.	Concepção de História Contemporânea. A Independência Americana. A Revolução Francesa. Napoleão Bonaparte: seu significado. O Congresso de Viena e a restauração. Unificação Alemã e Italiana. Nacionalismo. O século XIX e suas transformações: no aspecto econômico: Revolução Industrial – 1ª e 2ª Revoluções. As novas doutrinas sociais e econômicas. Liberalismo, capitalismo, socialismo. No aspecto social: a sociedade na era da máquina: crescimento demográfico. No aspecto político: Ascendência da democracia e nacionalismo na Inglaterra e França. O Novo Imperialismo. Formação dos Impérios Coloniais: África e Ásia. Ascensão dos Estados Unidos da América. Decadência Europeia (Uma Europa menor).	A independência do América Inglesa. Sua influência. Independência da América Espanhola: causas, líderes, papel do indígena na independência. Problemas da América depois da independência: problema da raça, problema político, problema da Unidade, problema Econômico. Principais países da América: México, Chile, Uruguai, Argentina, Peru, Colômbia, Venezuela, Cuba. A doutrina de Monroe. Sua significação e projeção. A conquista do Oeste. Formação de fronteiras. Guerra de Secessão. Sua importância na história dos EE.UU. A era Progressista dos EE.UU. O Desenvolvimento Industrial. A Ascensão Econômica e Política.	O Brasil no começo do séc. XIX. A vinda da Corte: Mudança Política. Medidas econômicas. Composição de interesses: brasileiro, português, britânico, agricultor, comerciante, outros. O processo de Emancipação: As independências americanas e o liberalismo no quadro da História Ocidental. A Regência de D. Pedro e os grupos atuantes. Dificuldades internas e externas. O Primeiro Reinado. A Constituinte e a Constituição de 1824. O espírito oposicionista e seu significado. A Regência. A maré liberal: o Código Criminal, o Código do Processo Original e o Ato Adicional. As lutas: exaltados, reacionários, moderados. O Regresso. O 2º Reinado: Periodização. Economia: A Escravidão. A Imigração. O café. Tentativa de industrialização. Política Tarifária. Política externa: As questões platinas. A Guerra do Paraguai. Relações com outras nações. Política Interna. Os partidos políticos. O processo eleitoral. O pensamento político. Administração pública. A Sociedade. O escravo e o imigrante. Vida rural e vida urbana. Os grupos sociais. A Igreja. Educação. Vida intelectual. Desagregação da monarquia. O militar. Crescimento econômico. Propaganda republicana. Brasil em 1889: realidade, potencial, características gerais.

Fonte: Adaptado de FACULDADE DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS DA UNIVERIDADE DE UBERLÂNDIA. *Revista Comemorativa do Primeiro Decênio (1960-1970)*. Uberlândia, 1970. SEARQ/UFU, 2016.

A revista comemorativa não apresenta os conteúdos das disciplinas Antropologia, História das Religiões e Psicologia, que foram oferecidas ao 3º Ano, em 1970. Porém, um dado que poderia nos dar pistas sobre a filiação deste currículo seria a presença da disciplina História Econômica no 4º Ano da Turma que ingressou no ano de 1968, como podemos verificar no *Quadro 4*.

Quadro 4 - Quadro Disciplinas Cursadas Discentes Curso de Licenciatura em História - 1968

Disciplinas cursadas pelos Discentes do Curso de Licenciatura em História que ingressaram em 1968			
1ª Série	2ª Série	3ª Série	4ª Série
História Antiga	Filosofia da Religião	Antropologia	Didática Especial da História
História do Brasil	História Antiga	Didática Geral	Estrutura e Funcionamento do Ensino
História Medieval	História da América	História Contemporânea	Estudo de Problemas Brasileiros
Introdução aos Estudos Históricos	História do Brasil	História da América	Filosofia da História
Português	História Medieval	História das Religiões	História Contemporânea
Sociologia Geral	Sociologia	História do Brasil	<i>História Econômica</i>
		Psicologia	História Moderna
			Literatura Brasileira
Ano de 1968	Ano de 1969	Ano de 1970	Ano de 1971

Fonte: Adaptado de *Livro de Atas das Notas Anuais de Aproveitamento da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Uberlândia de 1964 a 1975*. SEARQ/UFU, 2016.

A disciplina História Econômica dialoga com o nome do Centro de Estudos Históricos *Caio Prado Júnior*⁹⁴, fundado em 16 de maio de 1967, ano da formatura da primeira turma de História. Desde sua criação, até a última atividade anotada, em 14 de novembro de 1973, este centro de estudos promoveu atividades que ficaram registradas na *Revista Comemorativa do Primeiro Decênio (1960-1970) da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de Uberlândia* e no *Livro de Atas de Assembleias* deste centro. Foram cursos de extensão universitária, semanas de estudos históricos e muitas conferências sobre diversas temáticas: industrialização; influência francesa no Brasil; História Econômica; história da Música; Geografia e desenvolvimento; plano social; reforma do ensino de 1º e 2º graus; tendências da Literatura Brasileira; desenvolvimento econômico; Semana de Arte de 1922; Era Vargas; tentativa de periodização; Nordeste;

⁹⁴ Político e historiador brasileiro. Cf. CAIO Prado Júnior. s/d. Disponível em: <<http://www.interpretesdobrasil.org/sitePage/62.av>>. Acesso em: 11 mai. 2016.

Literatura na música popular Sertaneja e Filosofia das Ciências Sociais. Como podemos verificar, apesar da escolha do nome de um estudioso da estrutura econômica do Brasil e pensador marxista, o Centro de Estudos era mais eclético. Logo, os vestígios de sua existência não me permitiram suspeitar de que se tratasse de um centro ou de um curso de caráter marxista. A denominação do Centro de Estudos foi votada pelos alunos, reunidos em Assembleia Geral, em homenagem ao “ilustre historiador e economista de nossa terra”.⁹⁵

Outro ponto importante neste currículo é a presença de disciplinas como Estudo de Problemas Brasileiros a partir de 1971, em consonância com o Decreto-Lei nº 869, de 12 de setembro de 1969, que “dispõe sobre a inclusão da Educação Moral e Cívica como disciplina obrigatória, nas escolas de todos os graus e modalidades, dos sistemas de ensino no País”⁹⁶. Como prescreve o Decreto-Lei, no Ensino Superior a disciplina seria ministrada sob a forma de Estudo de Problemas Brasileiros.

O Currículo de História proposto pelo Regimento da FFCLUU, aprovado pelo Parecer nº 3657/74 do CFE em 14 de julho de 1974, mantinha os mesmos pré-requisitos que o Currículo prescrito pelo Regimento da FFCLUU, aprovado pelo Conselho Universitário da UnU em 14 de julho de 1971. Veja o *Quadro 5*.

Quadro 5 - Pré-Requisitos – Currículos dos Regimentos de 1971 e 1974

Pré-requisitos:		
História Antiga	→	História Medieval
História Moderna	→	História Contemporânea I → História Contemporânea II
História da América I	→	História da América II
História do Brasil I	→	História do Brasil II → História do Brasil III
Sociologia	→	Sociologia Política
Psicologia da Educação	→	Didática Geral

Fonte: Adaptado de Regimentos (1971 e 1974) da FFCLUU. SEARQ/UFU, 2016

No quadro acima é possível observar que História Antiga era pré-requisito de História Medieval. História Moderna era pré-requisito de História Contemporânea I e esta de História Contemporânea II. Para cursar História da América II era necessário cursar

⁹⁵ DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA FAFIU. *Histórico do Livro de Atas do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Uberlândia*. s/d. Uberlândia, 1968, p. 2.

⁹⁶ BRASIL. Decreto-Lei nº 869, de 12 de Setembro de 1969. Dispõe sobre a inclusão da Educação Moral e Cívica como disciplina obrigatória, nas escolas de todos os graus e modalidades, dos sistemas de ensino no País, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 15 set. 1969. Seção 1, p. 7769.

História da América I, antes. História do Brasil I era pré-requisito de História do Brasil II, e esta de História do Brasil III. Para cursar Sociologia Política era necessário ter concluído Sociologia. Só poderia cursar Didática Geral quem tivesse cursado, antes, Psicologia da Educação.

A disciplina *Métodos e Técnicas de Pesquisa* foi oferecida no Currículo da Turma ingressante de 1973, como podemos ver no *Quadro 6*, e nos Currículos prescritos pelos Regimentos de 1971 e 1974.

Quadro 6 - Quadro Disciplinas Cursadas Discentes do Curso de Licenciatura em História - 1973

Disciplinas cursadas pelos Discentes do Curso de Licenciatura em História que ingressaram em 1973		
1ª Série	2ª Série	3ª Série
Filosofia	História da América	Antropologia Cultural
História Antiga	História do Brasil I	Didática Geral
História da Educação	História Medieval	História Contemporânea
Introdução aos Estudos Históricos	História Moderna	História da América II
Língua Portuguesa	Psicologia da Educação	História do Brasil II
<i>Métodos e Técnicas de Pesquisa</i>	Sociologia Política	Literatura Brasileira
Psicologia Geral		
Sociologia Geral		
Ano de 1973	Ano de 1974	Ano de 1975

Fonte: Adaptado de *Livro de Atas das Notas Anuais de Aproveitamento da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Uberlândia* de 1964 a 1975. SEARQ/UFU, 2016.

O ano de 1973 foi emblemático, pois também, fora o ano da criação do Curso de Licenciatura Curta em Estudos Sociais na FFCLUU, que já fazia parte da UnU. Qual seria o objetivo da disciplina *Métodos e Técnicas de Pesquisa* em meio a outras de cunho declaradamente pedagógico num momento em que se está implantando as licenciaturas curtas no Ensino Superior? Tentaremos desvendar essa questão no próximo tópico, quando visitaremos o Currículo de 1973.

2.2 Licenciatura Curta em Estudos Sociais (1973) ou Licenciatura em História?

A alteração curricular aconteceu em 1972 e, a partir dessa época, cursar Estudos Sociais era um pré-requisito para se fazer História, ou seja, primeiro o aluno tinha que fazer o vestibular para Estudos Sociais, após ingressar na faculdade, cursava dois anos, concluindo a denominada Licenciatura Curta. Depois optava

por complementar o curso com História ou Geografia, o que levaria mais dois anos, se formando então, com Licenciatura Plena.⁹⁷

Elisângela Martins Ribeiro, 2005

Os cursos de licenciatura curta surgiram, segundo a Indicação⁹⁸ s/d de Newton Sucupira⁹⁹, para suprir a demanda por professores para o ensino ginásial em caráter emergencial e experimental. Otaíza de Oliveira Romanelli (1991) cita uma pesquisa realizada por Florestan Fernandes que concluiu que, no ano de “1958 dos 4.419 professores registrados no Ministério da Educação para exercício do magistério no ensino secundário, apenas 724 tinham sido diplomados em Faculdades de Filosofia.”¹⁰⁰ Logo, tratava-se de formar professores em pouco tempo para a educação básica.

Esse tipo de licenciatura fora criada nos moldes da visão pedagógica do Regime Civil-Militar. Segundo Thiago Rodrigues Nascimento (2012), significava uma

“Concepção produtivista da educação”, incorporada à legislação do ensino e baseada em alguns pontos principais, como: princípios de racionalidade técnica, eficiência e produtividade, “máximo resultado com o mínimo dispêndio”, valorização dos aspectos quantitativos em detrimento da qualidade do ensino e favorecimento da participação privada nas atividades de ensino.¹⁰¹

Podemos concluir que era a política do mínimo com o menos possível: melhor alguma instrução do que instrução nenhuma. E “a educação é encarada como investimento, geradora de mão de obra para o mercado de trabalho”.¹⁰²

Ainda, segundo a Indicação de Newton Sucupira, o professor polivalente se justificava porque o “professor de ginásial não há de ser um especialista puro”¹⁰³ e o ideal

⁹⁷ RIBEIRO, op. cit., p. 30-31.

⁹⁸ Segundo Thiago Rodrigues Nascimento (2012) a Indicação de Newton Sucupira s/n, intitulada *Sobre o exame de suficiência e formação do professor polivalente para o ciclo ginásial*, aprovada em 9 de outubro de 1964, versava “sobre a carência de professores de determinadas disciplinas e em algumas regiões.”

⁹⁹ Newton Lins de Buarque Sucupira: alagoano, bacharel em Direito e Filosofia. Professor titular de História e Filosofia da Educação e diretor da Universidade Federal de Pernambuco; diretor do Departamento de Assuntos Universitários (DAU) do Ministério de Educação e Cultura; membro do CFE desde a sua fundação em 1962 e presidente da Câmara de Ensino Superior a partir de 1968. Também participou do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) por Pernambuco. (Curriculum vitae publicado na Revista Documenta nº 135 de fevereiro/1972 e reproduzido em MARTINS, Maria do Carmo. *A história prescrita e disciplinada nos currículos escolares: quem legitima esses saberes?* 2000. 263 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2000.)

¹⁰⁰ FERNANDES, 1966 apud ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. *História da Educação no Brasil*. 14. ed. Petrópolis - RJ: Vozes, 1991, p. 124.

¹⁰¹ NASCIMENTO, Thiago Rodrigues. A criação das licenciaturas curtas no Brasil. *Revista HISTEDBR Online*, Campinas, n. 45, p.340-346, mar. 2012, p. 340.

¹⁰² GOMES, 2001, p. 5.

¹⁰³ SUCUPIRA, Newton. Sobre o exame de suficiência e formação do professor polivalente para o ciclo ginásial. *Documenta*, n. 31, 1964, p. 107-111.

para o ginásial era que “o mesmo mestre se ocupasse de várias matérias”¹⁰⁴. Além do que isso contribuiria para suprir a falta de professores. Assim, seriam três licenciaturas: “a de Letras, compreendendo o ensino de Português e uma língua viva; a de Estudos Sociais, habilitando ao magistério de História, Geografia e Organização Política e Social Brasileira; a de Ciências, para o ensino de Ciências Físico-Biológicas, Iniciação às Ciências, e Matemática”.¹⁰⁵ Logo, estas seriam específicas para o ciclo ginásial, “embora seus titulares pudessem ensinar em segundo ciclo enquanto não houvessem (sic) professores de quatro anos em número suficiente.”¹⁰⁶ O conselheiro defendia um tempo de formação de três anos para estes professores.

De acordo com o manual do Vestibular Unificado 1973¹⁰⁷ da Universidade de Uberlândia, enquanto os cursos de História e Geografia ofereciam, cada um, cinquenta vagas para ingressantes, o curso de Estudos Sociais – Licenciatura de 1º Grau oferecia cem vagas. Não tive acesso ao manual do vestibular de 1974, ano a partir do qual o histórico do Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em História da UFU (2005) defende que “o vestibular passou a ser feito apenas para o curso de Estudos Sociais, sendo facultada ao aluno a possibilidade de, ao término do mesmo, cursar a complementação para os cursos de Licenciatura Plena em História ou Geografia.”¹⁰⁸

O texto *História*, presente na página do Instituto de Geografia da UFU, diz que “em 1974, foi criado o Departamento de Estudos Sociais/Licenciatura Curta e o Curso de Geografia/Licenciatura Plena foi extinto. História e Geografia eram habilitações de complementação para licenciatura plena, do curso de estudos sociais.”¹⁰⁹ Aqui devemos fazer referência ao excerto de Ribeiro (2005) que utilizamos como epígrafe no início deste capítulo, que defende que o Curso de História tenha se transformado em Curso de Estudos Sociais em 1972.

¹⁰⁴ Ibidem, 1964, p. 107-111.

¹⁰⁵ SUCUPIRA, 1964, p. 107-111.

¹⁰⁶ Ibidem, 1964, p. 107-111.

¹⁰⁷ UNIVERSIDADE DE UBERLÂNDIA. Serviço de Estatística e Informações Escolares da Universidade de Uberlândia. *Vestibular Unificado 1973*. Uberlândia: Gráfica da Faculdade Federal de Engenharia da Universidade de Uberlândia, 1972, p. 5.

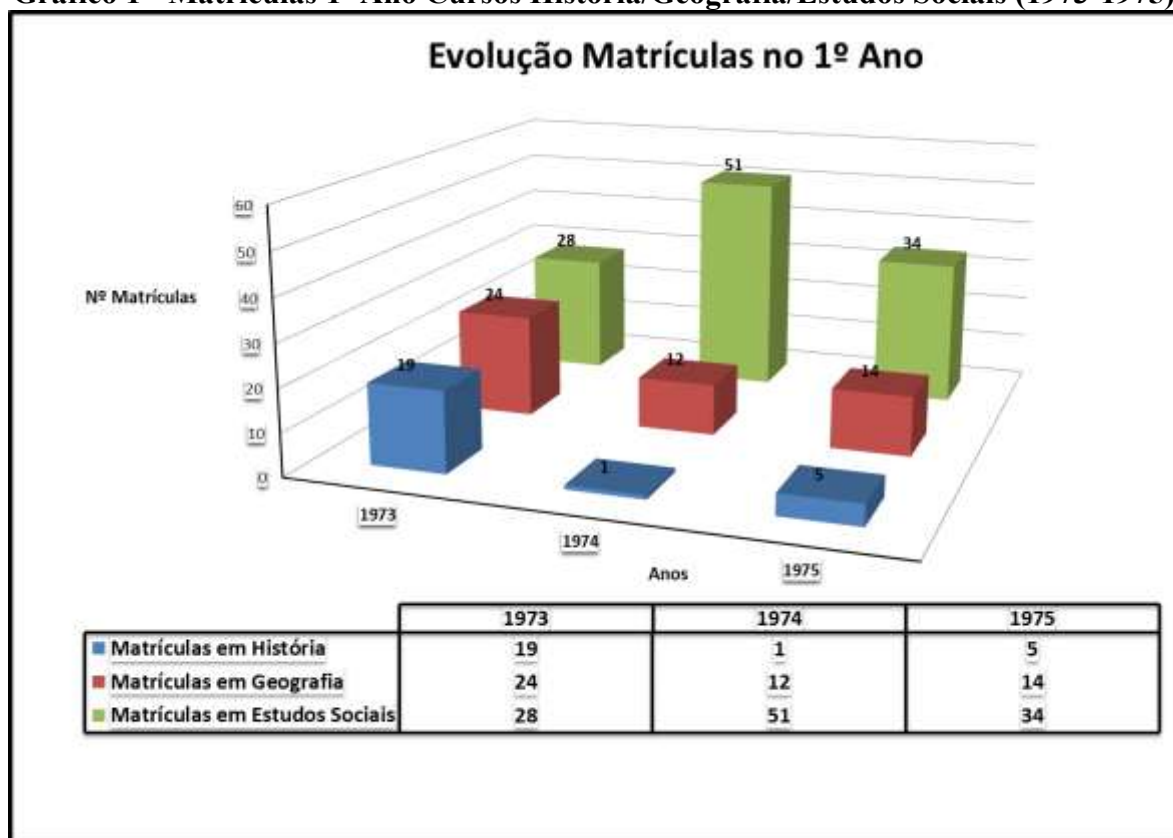
¹⁰⁸ UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA. Instituto de História. *Projeto Pedagógico de Graduação em História da Universidade Federal de Uberlândia*. Uberlândia, MG: Universidade Federal de Uberlândia – Instituto de História, 2005, p. 5-6.

¹⁰⁹ UNIVERSIDADE DE UBERLÂNDIA. Instituto de Geografia. *História*. Disponível em: <<http://www.ig.ufu.br/historia>>. Acesso em: 14 nov. 2016.

Então fica a dúvida: os Cursos de Licenciatura em História e em Geografia criados, respectivamente, em 1964 e 1971 se extinguíram a partir de 1974, transformando-se no Curso de Estudos Sociais, ou ainda, teriam coexistido com este?

Se os Cursos de História e de Geografia se extinguíram ou se transformaram em Estudos Sociais, como podemos explicar a continuidade das matrículas de 1974 a 1975¹¹⁰ como verificamos no *Gráfico 1*? Ele foi construído a partir dos nomes dos matriculados nos cursos de História, Geografia e Estudos Sociais constantes no *Livro de Matrículas da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Uberlândia* de 1964 a 1975.

Gráfico 1 - Matrículas 1º Ano Cursos História/Geografia/Estudos Sociais (1973-1975)



Fonte: Construído a partir do *Livro de Matrículas da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Uberlândia de 1964 a 1975*. SEARQ/UFU, 2016.

Como podemos observar, o gráfico nos ajuda a concluir que os Cursos de História e Geografia não se extinguíram na UnU. Será que a quase inexistência de matrículas em História e Geografia se deveria ao término do vestibular para esses cursos? Não tive acesso a outros documentos, além do histórico do curso presente no Projeto Pedagógico do Curso

¹¹⁰ 1975 – Último ano a que tenho acesso às Matrículas dos cursos da FFCLUU.

de História de 2005, que comprovem que seus vestibulares tenham sido extintos de 1974 a 1984 – nem que houvesse um dispositivo legal que os tenha fechado.

Logo, o que podemos constatar pelo *Gráfico 1* é uma queda drástica nas matrículas, tanto de História como de Geografia. Tendo em vista a redução de matrículas e os próprios textos presentes no site do Instituto de Geografia¹¹¹ e no histórico do Projeto Pedagógico do Curso de História de 2005, podemos concluir que os cursos de História e Geografia se transformaram em complementação ao curso de Estudos Sociais, já que o Departamento de Estudos Sociais, criado em 1974, “congregava docentes das áreas de Geografia, História, Sociologia bem como cursos de Geografia e História”,¹¹² que perdiam em qualidade por oferecerem metade das disciplinas que os compunham, antes de 1974.

Outra fonte que sugere não terem sido extintos os cursos de Licenciatura em História e Geografia, mas sua transformação em complementação de Estudos Sociais é a Ata do Conselho do Departamento de Estudos Sociais, de 19 de maio de 1983, em que “a Professora Rosa Maria Alves Ferreira, pedindo a palavra, apresentou ao Conselho as informações pertinentes ao projeto de reformulação dos Cursos de Geografia e História e extinção do Curso de Estudos Sociais.”¹¹³

Passemos, então, à análise dos currículos propostos para Licenciatura Curta em Estudos Sociais pelo Conselho Federal de Educação (CFE) e os de fato aplicados pela FFCLUU na década de 1970 e, posteriormente, a própria UFU na década de 1980.

Em consulta ao *Processo de Reconhecimento do Curso de Estudos Sociais – 1973* pude verificar que o curso a ser reconhecido era de regime seriado, anual, que oferecia cem vagas em duas turmas e em dois turnos (manhã e tarde).

Esta conformação curricular é a mesma prescrita pela Resolução do Conselho Federal de Educação nº 8, de 09 de agosto de 1972, proposta pelo Regimento da FFCLUU, aprovado pelo CFE em 04 de novembro de 1974, além das realmente cursadas pelas turmas de 1973 e 1974. A única diferença está na disciplina Educação Física, que aparece em algumas grades curriculares que reconstruí e em outras não. Não entrarei no mérito dessa questão, pois esta disciplina tem uma legislação própria que não interfere nas questões que ora levanto.

¹¹¹ UNIVERSIDADE DE UBERLÂNDIA. Instituto de Geografia. *História*. Disponível em: <<http://www.ig.ufu.br/historia>>. Acesso em: 14 nov. 2016.

¹¹² UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA. Instituto de Geografia. *Projeto Pedagógico Curso de Graduação em Geografia - Bacharelado e Licenciatura*. Uberlândia, 2005, p. 4.

¹¹³ UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA. Conselho do Departamento de Estudos Sociais. Campus Santa Mônica. *Ata da reunião realizada no dia 19 mai. 1983*, p. 9-verso-p. 10.

Pude acessar o conteúdo prescrito para algumas das disciplinas, elencadas no *Quadro 7* (p. 54): Geografia Humana, Psicologia da Educação, Estudo de Problemas Brasileiros, Geografia Física, Fundamentos de Ciências Sociais, Organização Social e Política do Brasil, História Antiga, História Medieval, História do Brasil I, Didática Geral, Geografia do Brasil I e II. Com relação à disciplina Estudos de Problemas Brasileiros, ela também decorria do Decreto-Lei nº 869, de 12 de setembro de 1969, como fora dito ao tratarmos do currículo do Curso de Licenciatura em História (1964).

Quadro 7 - Quadro Disciplinas Curso de Licenciatura em Estudos Sociais - 1º Grau de acordo com Processo de Reconhecimento do Curso de Estudos Sociais - 1973

Disciplinas do Curso de Licenciatura em Estudos Sociais - 1º Grau de acordo com Processo de Reconhecimento do Curso de Estudos Sociais - 1973			
1ª Série	Carga Horária	2ª Série	Carga Horária
Estudo de Problemas Brasileiros	60	Didática Geral	60
Fundamentos de Ciências Sociais	60	Estrutura e Funcionamento do Ensino de 1º Grau	60
Geografia Física	60	Filosofia	90
Geografia Humana	60	Geografia do Brasil	90
História Antiga	60	História Contemporânea	90
História do Brasil I	90	História do Brasil II	90
História Medieval	60	História Moderna	60
Organização Social e Política do Brasil	60	Prática de Ensino	90
Psicologia da Educação	60	Teoria Geral do Estado	60

Fonte: Adaptado de *Processo de Reconhecimento do Curso de Estudos Sociais – 1973*. SEARQ/UFU, 2016.

Como podemos ver, o *Quadro 8* (p. 55) compara as Disciplinas de Didática Geral para a 3ª Série dos Cursos de Letras, História e Matemática (1970) com a disciplina de Didática Geral para o 3º ano do Curso de Geografia (1973), que serviu para compor a documentação a ser enviada ao CFE para o Reconhecimento do Curso de Estudos Sociais. A disciplina, apesar de não ser tão restrita ao ensino de Geografia, ainda é mais específica que a ofertada ao 3º ano do Curso de História em 1970. Esta era compartilhada, pelo menos no conteúdo, com os Cursos de Letras e Matemática. No processo de reconhecimento ainda é possível visualizar a metodologia empregada: “aulas expositivas, discussões em grupo e técnica do arquipélago”¹¹⁴. Segundo Celso Antunes (1992), esta

¹¹⁴ UNIVERSIDADE DE UBERLÂNDIA. Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de Uberlândia. Processo de Reconhecimento do Curso de Estudos Sociais – 1º Grau. Uberlândia: FFCLUU, 1973.

última é uma técnica de dinâmica de grupo muito “utilizada em salas de aula e seminários sobre Recursos Humanos”¹¹⁵.

Quadro 8 - Comparação entre as Disciplinas de Didática Geral

Didática Geral (1970): 3ª Série - Cursos de Letras, História e Matemática	Didática Geral (1973): 3ª Série - Curso de Geografia* * Documento anexado ao Processo de Reconhecimento do Curso de Estudos Sociais
<p>A Educação e a Didática. Concepções de Educação. A experiência educativa. O processo educativo: a educabilidade o ato educativo, o educador. Conceitos e divisão da Didática. A Didática tradicional e seu fundamento psicológico. Crítica à didática tradicional. A Didática da Escola Ativa. Lay, Dewey, Cloparede. Fundamentos psicológicos da Didática Moderna. A imagem e a operação. O hábito e a operação. A investigação, o problema e a construção da operação. Assimilação. A construção das operações e a investigação do aluno. A construção das operações e o problema. Técnicas de ensino. Motivação no ensino. Manejo de classe e o problema da disciplina. Material didático e recursos audiovisuais. Avaliação no ensino. Verificação do rendimento escolar. Planejamento didático. Plano de Curso. Plano de Unidade. Plano de aula. Instrução Programada: bases psicológicas e os ‘programas’. Integração e coordenação das atividades didáticas.</p>	<p>I- Pedagogia e Educação: a) Pedagogia como Arte, como técnica, como teoria, como ciência; b) Concepções de Educação; c) A experiência educativa; II- Didática: a) conceito; b) Divisão; c) Importância; III- Componentes fundamentais da situação de ensino: a) O educando; b) O mestre; c) Os objetivos; d) Matérias de ensino; e) O método; IV- Evolução da didática psicológica: a) A didática tradicional; b) A didática da escola ativa; c) tendências da didática contemporânea; V- Planejamento didático: a) importância; b) características; c) Tipos de planejamento; d) elaboração de planos; VI- Motivação: a) Motivos e incentivos da aprendizagem; b) Tipos e fontes de motivação; c) Papel do professor frente à motivação; VII- Apresentação da matéria: a) Linguagem didática; b) Material didático; VIII- Métodos e técnicas de ensino: a) Classificação dos métodos de ensino. Tipos; b) Principais técnicas pedagógicas; IX- Direção de atividades. Problema da disciplina: a) Objetivos e normas de direção; b) Disciplina da classe; c) Indisciplina; X- Avaliação no ensino, verificação da aprendizagem e testes de escolaridade: a) Avaliação; b) Verificação do rendimento escolar; c) Provas subjetivas; d) Tipos de provas objetivas.</p>

Fonte: Adaptado de FACULDADE DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS DA UNIVERIDADE DE UBERLÂNDIA. *Revista Comemorativa do Primeiro Decênio (1960-1970)*. Uberlândia, 1970 e UNIVERSIDADE DE UBERLÂNDIA. Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de Uberlândia. *Processo de Reconhecimento do Curso de Estudos Sociais – 1º Grau*. Uberlândia: FFCLUU, 1973. SEARQ/UFU, 2016.

Ainda, de acordo com Celso Antunes, na técnica do arquipélago, indica-se um pequeno texto que deve ser estudado previamente. Divide-se a turma em grupos. Estes terão alguns minutos para rever o texto. Após a revisão em grupo o professor escolhe um representante de cada grupo. Este troca de grupo. O professor formula de três a seis questões fechadas (falso/verdadeiro ou escolha múltipla). Estas serão respondidas por escrito pelo participante que representa sua equipe. Os demais podem responder, ou não, a essas questões. Após sinal do professor, cada representante retorna a seu grupo com o papel em que colocou suas respostas com a equipe que o acolheu. O professor revela o

¹¹⁵ ANTUNES, Celso. *Manual de técnicas de dinâmica de grupo de sensibilização de ludopedagogia*. Petrópolis: Vozes, 1992, p. 34.

resultado e o valor de cada acerto. Cada equipe confere suas respostas com a apresentada pelo representante do grupo oponente e o valor obtido é informado ao professor que o registra na lousa. Outro texto é entregue aos grupos para leitura e discussão. Agora, todos os membros das equipes responderão às questões formuladas pelo professor que terão um grau interpretativo maior. Após responderem às questões, o professor deve arbitrar o total de pontos obtidos por cada uma das equipes, somá-los ou deduzi-los dos pontos obtidos quando da primeira etapa. Repete-se a primeira etapa com o diferencial que o líder será escolhido pela equipe. A última etapa é a repetição da segunda.¹¹⁶

Em 1977, os Cursos de Estudos Sociais, Geografia e História foram transferidos para o Campus Santa Mônica. Ribeiro (2005) diz que se tratava de uma época do improviso. Os cursos se utilizaram de um barracão cedido pelo Curso de Engenharia, já que não possuíam prédio próprio.

De acordo com a monografia de Joice Gonçalves Gomes (2001), o Currículo de Estudos Sociais tem outra conformação, como no *Quadro 9*, abaixo. Como não é datado fica difícil estabelecer comparações com os que pude sistematizar a partir das fontes encontradas. O regime que apresenta é semestral, com matrículas por disciplina, enquanto aquele sistematizado no *Quadro 7* (p. 54) apresenta um curso anual com duração de dois anos.

¹¹⁶ ANTUNES, op. cit., p. 34-35.

Quadro 9 - Grade Curricular de Licenciatura em Estudos Sociais (s/d)

LICENCIATURA EM ESTUDOS SOCIAIS			
1º PERÍODO		2º PERÍODO	
DISCIPLINAS	CARGA HORÁRIA (HS/AULA)	DISCIPLINAS	CARGA HORÁRIA (HS/AULA)
Português I	30	Português II	30
EPB I	30	EPB II	30
MTP I	45	MTP II	45
Filosofia I	45	Filosofia II	45
Psicologia do Desenvolvimento	45	Psicologia da Aprendizagem	45
História Antiga I	60	História Medieval	60
Teoria Geral do Estado	60	Fundamentos Ciências Sociais	45
3º PERÍODO		4º PERÍODO	
DISCIPLINAS	CARGA HORÁRIA (HS/AULA)	DISCIPLINAS	CARGA HORÁRIA (HS/AULA)
Geografia Física	60	Geografia do Brasil I	75
OSPB	45	Geografia Humana	90
Estrutura I	45	História do Brasil I	90
Didática I	60	Estrutura II	45
História Moderna	60	Didática II	60
5º PERÍODO			
DISCIPLINAS	CARGA HORÁRIA (HS/AULA)		
Geografia do Brasil II	75		
Geografia Regional	60		
História do Brasil II	60		
História Contemporânea	60		
Prática de Ensino	180		

FONTE: Currículo do Curso de Estudos Sociais da UFU

Fonte: GOMES, Joice Gonçalves. *Curso de História/UFU: formação acadêmica e profissionalização*. 2001. 38 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2001, Anexo.

Segundo Ribeiro (2005), maior problema que a formação em curto espaço de tempo era a “negação da pesquisa como atividade necessária ao conhecimento dos alunos.”¹¹⁷ Promovia-se uma divisão do trabalho entre os que deveriam pensar e os que deveriam transmitir o conhecimento. Era a prática de ensino e pesquisa de forma compartimentada como no sistema capitalista. Objetivava-se formar um profissional polivalente, para lecionar Educação Moral e Cívica (EMC), Organização Social e Política do Brasil (OSPB), História e Geografia no Ensino Fundamental. Após a conclusão do curso, quem quisesse lecionar para o Ensino Médio deveria optar pela Licenciatura Plena em História ou em Geografia. Gomes (2001) também problematizou essa fase do Curso de História em sua monografia:

Esses objetivos deixam claras as intenções dos cursos de licenciatura curta: a polivalência, abrangência e superficialidade dos conteúdos. Como não conseguia formar o professor, este era empurrado para o mercado de trabalho, vendo-se

¹¹⁷ RIBEIRO, 2005, p. 32.

“forçado” a utilizar manuais didáticos, reproduzindo-os. A estratégia era a desqualificação.¹¹⁸

Retomando o *Quadro 9* (p. 57), com o Currículo de Licenciatura Curta em Estudos Sociais, podemos verificar que bem poucas disciplinas referiam-se à História: História Antiga; História Medieval; História Moderna; História do Brasil I e II; História Contemporânea. Apenas seis disciplinas específicas da área de formação em História.

Maria Helena Gondim Almeida¹¹⁹ foi uma das estudantes que ingressou no curso de Estudos Sociais – Licenciatura de 1º Grau na UFU, pelo vestibular, no 2º semestre de 1983, graduando-se no 2º semestre de 1985. Em seguida ingressou diretamente, sem vestibular, no curso de Licenciatura em História, concluindo-o em 1988. Analisando seu histórico pelo *Quadro 10*, p. 59, (Currículo Licenciatura em Estudos Sociais - Maria Helena Gondim Almeida – 1983-1985) e *Quadro 11*, p. 59 (Currículo Licenciatura em História - Maria Helena Gondim Almeida – 1986-1988), percebemos que o Curso de Estudos Sociais era integralizado em dois anos e seis meses e que, para concluir o Curso de História, o discente deveria cursar, após Estudos Sociais, mais dois anos e seis meses, constituindo este último, uma complementação do primeiro, assim como enunciado no Histórico do *Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em História da UFU* de 2005. Comparando a grade curricular de Estudos Sociais (*Quadro 9*, p. 57) com o Histórico de Estudos Sociais de Maria Helena Gondim Almeida (*Quadro 10*) podemos verificar que são idênticos.

¹¹⁸ GOMES, 2001, p. 8.

¹¹⁹ Professora Efetiva de História da Escola Municipal Professor Domingos Pimentel de Ulhôa. Graduada em Estudos Sociais – Licenciatura de 1º grau (1985), Licenciada em História (1988) e Especialista em Sociologia (1994) pela UFU. Mestre em História (2017) pela UFG – Catalão. Professora Supervisora de Estágio Supervisionado V da autora desta monografia.

Quadro 10 - Currículo Licenciatura em Estudos Sociais - Maria Helena Gondim Almeida (1983-1985)

Currículo Licenciatura em Estudos Sociais - Maria Helena Gondim Almeida				
1º Período	2º Período	3º Período	4º Período	5º Período
Estudo de Problemas Brasileiros 1	Estudo de Problemas Brasileiros 2	Geo-história = Geografia Física 1	Didática 2	História Contemporânea 1
Filosofia 1	Filosofia 2	História Moderna 1	Estrutura e Funcionamento do Ensino de 1º e 2º Graus 2	História do Brasil 2
História Antiga 1	História Medieval 1	Organização Social e Política do Brasil	História do Brasil 1	Geografia do Brasil 2
<i>Métodos e Técnicas de Pesquisa 1</i>	<i>Métodos e Técnicas de Pesquisa 2</i>	Estrutura e Funcionamento do Ensino de 1º e 2º Graus 1	Geografia do Brasil 1	Geografia Regional
Português 1	Português 2	Didática 1	Geografia Humana 1	Prática de Ensino sob a forma de Estágio Supervisionado
Psicologia do Desenvolvimento	Psicologia da Aprendizagem			
Teoria Geral do Estado	Sociologia 1 = Fundamentos de Ciências Sociais			

Fonte: Adaptado do *Histórico de Licenciatura em Estudos Sociais - UFU* de Maria Helena Gondim Almeida. 2016.

Quadro 11 - Currículo Licenciatura em História - Maria Helena Gondim Almeida (1986-1988)

Currículo Licenciatura em História - Maria Helena Gondim Almeida				
6º Período	7º Período	8º Período	9º Período	10º Período
Antropologia Cultural 1	Filosofia da História 1	Filosofia da História 2	História Contemporânea 2	Antropologia Cultural 2
História do Brasil 3	História Antiga 2	História da América 2	História da América 3	História Contemporânea 3
Introdução à Economia	História da América 1	História do Brasil 5	<i>Métodos e Técnicas de Pesquisa em História</i>	História do Brasil 4
Introdução aos Estudos Históricos	História das Ideias Políticas e Sociais	História Medieval 2		Prática de Ensino sob a forma de Estágio Supervisionado em História (2º Semestre de 1988)
	História Moderna 2	Sociologia 2		

Fonte: Adaptado do *Histórico de Licenciatura em História - UFU* de Maria Helena Gondim Almeida. 2016.

O mesmo não ocorre se compararmos a grade curricular de Licenciatura Plena em História de Gomes (2001), *Quadro 12*, com o Histórico de Licenciatura em História de Maria Helena Gondim Almeida, *Quadro 11* (p. 59). Este último se dispõe como complemento de Estudos Sociais.

Quadro 12 - Grade Curricular Currículo Licenciatura Plena em História (4648) s/d

QUADRO 12 LICENCIATURA PLENA EM HISTÓRIA			
1º PERÍODO		2º PERÍODO	
DISCIPLINAS	CARGA HORÁRIA (HS/AULA)	DISCIPLINAS	CARGA HORÁRIA (HS/AULA)
Antropologia Cultural	90	EPB I	30
História Antiga	60	Psicologia do Desenvolvimento	45
Introdução Estudos Históricos	90	Introdução Estudos Históricos I	90
		História Medieval	60
		Portugues Análise do Discurso	60
3º PERÍODO		4º PERÍODO	
DISCIPLINAS	CARGA HORÁRIA (HS/AULA)	DISCIPLINAS	CARGA HORÁRIA (HS/AULA)
EPB II	30	História da América I	60
Psicologia Aprendizagem	45	Estrutura I	45
Historiografia I	60	Historiografia II	60
História Medieval II	60	História Moderna	60
		História do Brasil I	60
5º PERÍODO		6º PERÍODO	
DISCIPLINAS	CARGA HORÁRIA (HS/AULA)	DISCIPLINAS	CARGA HORÁRIA (HS/AULA)
História da América II	60	História da América III	60
Estrutura II	45	Didática I	60
História Moderna II	60	História Contemporânea I	60
História do Brasil II	60	História Moderna III	60
		História Brasil III	60
7º PERÍODO		8º PERÍODO	
DISCIPLINAS	CARGA HORÁRIA (HS/AULA)	DISCIPLINAS	CARGA HORÁRIA (HS/AULA)
Didática II	60	Prática de Ensino I	120
História Contemporânea II	60	História Contemporânea III	60
Filosofia da História	90	História do Brasil VI	60
História do Brasil IV	60	História do Brasil V	60
9º PERÍODO			
DISCIPLINAS	CARGA HORÁRIA (HS/AULA)		
Prática de Ensino II	120		
História Contemporânea IV	60		
História do Brasil VII	60		

FONTE: Currículo 4648 Curso de História da UFU

Fonte: GOMES, Joice Gonçalves. *Curso de História/UFU: formação acadêmica e profissionalização*. 2001. 38 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2001, Anexo.

A conformação curricular do *Quadro 12*, apesar de não datada já vislumbra outro currículo – o de 1985 que Gomes (2001) denomina 4648. É sobre ele que iremos falar no próximo tópico.

Infelizmente, não tive acesso a documentos que nos mostrem a transição do currículo de Licenciatura em História, de regime anual, implantado a partir de 1974 (quando se torna apenas uma complementação do Curso de Licenciatura Curta em Estudos Sociais) para o que visualizamos no Histórico de Maria Helena Gondim, em 1986, de regime semestral, com matrículas por disciplina. Porém, na página 90 do *Roteiro dos*

*Cursos e Carreiras oferecidos pela Universidade Federal de Uberlândia*¹²⁰ o Curso de Licenciatura em Estudos Sociais já era integralizado em cinco períodos. O Curso de Licenciatura em História, encontrado na página 96 da mesma obra, poderia ser integralizado em dez períodos. Logo, podemos deduzir que, em 1979, o Currículo de Licenciatura em História, complementar ao de Licenciatura em Estudos Sociais já poderia ter a conformação do apresentado no *Quadro 11* (p. 59), do Currículo de Licenciatura em História cursado por Maria Helena Gondim Almeida em complementação ao Curso de Licenciatura Curta em Estudos Sociais. Então, o recorte temporal do qual não possui documentos que me permitam ver a transição de currículos anuais para semestrais está entre 1975 e 1979.

Também não consegui perceber quando *Métodos e Técnicas de Pesquisa* se torna disciplina, tanto de Estudos Sociais quanto de História. Apenas notei sua presença no currículo cursado pelas Turmas de História de 1973 e 1974 e nos Currículos de História prescritos pelos Regimentos da FFCLUU de 1971 e 1974 (*Apêndice A*); no Histórico do Curso de Licenciatura em Estudos Sociais de Maria Helena Gondim Almeida, como MTP I (2º semestre de 1983), MTP II (1º semestre de 1984) e no Histórico do Curso de Licenciatura em História da mesma (2º semestre de 1987) como *Métodos e Técnicas de Pesquisa em História* (*Apêndice B*) e, finalmente no Currículo de Estudos Sociais (s/d) apresentado pelo trabalho monográfico de Gomes (2001), no *Quadro 9* (p. 57). A disciplina, curiosamente, não aparece no Currículo de Licenciatura Plena (4648), s/d apresentado por Gomes (2001), no *Quadro 12* (p. 60). De todo modo, a despeito das críticas insistentes que os autores fazem do currículo de Estudos Sociais, não deixa de ser intrigante que façam parte de sua estrutura curricular disciplinas voltadas para a pesquisa. Se o objetivo era mesmo formar professores reprodutores do conhecimento, qual seria o papel destas disciplinas em sua formação? Seriam elas indício de resistência a esta formação rápida, gestada no seio do próprio curso?

No Setor de Arquivos (SEARQ) da UFU encontrei Planos de Curso referentes a algumas disciplinas. Entre elas estão os planos de *Métodos e Técnicas de Pesquisa I* (MTP I), *Métodos e Técnicas de Pesquisa II* (MTP II), e *Métodos e Técnicas de Pesquisa em História* (MTPH). Ao analisar estes três planos pude verificar que o objetivo geral da disciplina MTP I era “fornecer instrumentos operacionais e técnicas específicas de estudo

¹²⁰ Publicação da UFU para os vestibulandos do ano de 1979. CDHIS, 2016.

para que o discente assuma a sua própria aprendizagem.”¹²¹ Esta foi oferecida pelo Departamento de Pedagogia aos discentes do primeiro período dos Cursos de Estudos Sociais, Pedagogia, Letras e Psicologia. A pesquisa estava voltada para o estudo e não se pode depreender que se tratasse de pesquisa em História, especificamente. Esse plano foi feito pelos professores Geraldo Inácio Filho, Joaquim Antônio de Assis Vilar e Eliane Maria de Paiva Fernandez, e aprovado pela Coordenadora dos Cursos de Estudos Sociais, Geografia e História, Rosa Maria, no dia 06 de novembro de 1984. Os objetivos específicos da disciplina eram analisar textos, passando pelas seguintes fases: análise textual, análise temática e análise interpretativa; fichar os vários tipos de documentação: ficha temática, ficha bibliográfica, ficha de autor, documentação geral; aprender e desenvolver a técnica do seminário; retirar as ideias a partir de pesquisa bibliográfica e redigir texto dissertativo. O plano previa aulas expositivas, estudo dirigido, estudo de texto, fichamento e apresentação de seminários.

A avaliação, prevista no plano, seria realizada através de prova escrita, análise de texto, entrega de fichamento e de texto-roteiro de seminário, além de uma dissertação no fim da disciplina. A bibliografia elencada consistia de obras sobre metodologia científica, métodos e técnicas de pesquisa bibliográfica, metodologia do trabalho científico e obras sobre como fazer uma monografia. A preocupação com a monografia já podia ser percebida no plano de curso.

MTP II também seria oferecida pelo Departamento de Pedagogia aos discentes do segundo período dos Cursos de Estudos Sociais, Pedagogia, Letras e Psicologia e seu plano de curso foi realizado pela mesma equipe de professores e aprovado em 10 de agosto de 1984 pela Coordenadora dos Cursos de Estudos Sociais, Geografia e História. Seu objetivo geral era “fornecer instrumentos teóricos e operacionais para que o discente assuma a prática da pesquisa e o espírito científico”¹²².

Entre os objetivos específicos estão aprender, de modo crítico, o próprio histórico da pesquisa científica; aprender os tipos de pesquisa científica e os passos de um projeto de pesquisa; fazer uma monografia. A metodologia utilizada previa aula expositiva, estudo em grupo, estudo de texto. A avaliação previa prova escrita, trabalho em grupo, e produção de

¹²¹ UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA. Centro de Ciências Humanas e Artes. Departamento de Pedagogia. *Plano de Curso de Métodos e Técnicas de Pesquisa I*. Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia, 06 nov. 1984.

¹²² UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA. Centro de Ciências Humanas e Artes. Departamento de Pedagogia. *Plano de Curso de Métodos e Técnicas de Pesquisa II*. Uberlândia: Universidade Federal De Uberlândia, 10 ago. 1984.

uma monografia. A bibliografia do plano se baseou em textos que tratam de metodologia científica, métodos e técnicas de pesquisa bibliográfica, metodologia do trabalho científico, como fazer uma monografia e de filosofia da ciência.

Pode-se afirmar que estava no horizonte de expectativas do curso de Licenciatura Curta em Estudos Sociais fazer uma monografia – afinal é um plano de ensino – uma projeção, uma expectativa de ação planejada. Se monografias foram feitas no âmbito desta disciplina, em 1984, não se sabe. As primeiras treze monografias de que tenho conhecimento foram realizadas em 1987 e encadernadas em brochura, doadas ao LEAH em 4 de novembro de 1995 e guardadas no CDHIS desde 2003. Todas foram produzidas na disciplina MTPH, disciplina oferecida pela *Versão 4646* do Curso de Licenciatura em História que era complemento do curso de Estudos Sociais.

MTPH, segundo o Plano de Curso feito pela Professora Heloisa Helena Pacheco Cardoso e aprovado pela coordenadora, Professora Rosa Maria, em 20 de agosto de 1984, seria oferecida pelo Departamento de Estudos Sociais aos doze discentes do décimo período do Curso de História. Seu objetivo geral era “desenvolver trabalho de pesquisa, compreendendo a elaboração de projeto e sua execução prática, sobre as condições de trabalho do trabalhador da indústria em Uberlândia, mediante estudo de caso”¹²³.

Seus objetivos específicos eram apontar o que significam relações capitalistas de produção em um sistema de fábrica; analisar a situação do trabalhador fabril dentro e fora da fábrica; elaborar um projeto de pesquisa dentro do tema em estudo, previamente estabelecido no âmbito da disciplina, desenvolver trabalho de pesquisa onde o aluno é o agente coordenador de seu próprio trabalho e de suas conclusões. Pressupõe-se que, ainda que não tenham sido encontrados trabalhos monográficos resultantes da disciplina, as escolhas temáticas dos autores dos trabalhos tinham a interferência direta do currículo, materializado no Plano de Ensino e nas escolhas do professor.

A metodologia ou procedimentos de ensino utilizados seriam seminário, discussão, exposição, elaboração de texto, observação, fichamento de jornais e folhetos, entrevistas e redação da conclusão. A avaliação previa a redação de um projeto de pesquisa, de relatórios parciais e do texto final do trabalho. Na bibliografia específica, além de textos

¹²³ UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA. Centro de Ciências Humanas e Artes. Departamento de Estudos Sociais. *Plano de Curso de Métodos e Técnicas de Pesquisa em História*. Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia, 20 ago. 1984.

que tratavam de metodologia científica, métodos e técnicas de pesquisa em História, havia textos referentes à questão do trabalho e da classe trabalhadora.¹²⁴

Como podemos verificar pelos *Quadros 10 e 11*, ambos na p. 58, Maria Helena Gondim Almeida cursou as três disciplinas: MTP I, MTP II e MTPH. Em dois cursos que, em tese, não visavam a formar o pesquisador em História (Licenciatura em Estudos Sociais e Licenciatura em História como complementação aos Estudos Sociais) foi possível exercitar a pesquisa, principalmente em MTP II e MTPH. Seria esta uma forma de resistência e de contestação desenvolvida pelos professores do Departamento de Estudos Sociais e pelo Departamento de Pedagogia?

De qualquer forma, muitos de meus colegas de curso se ressentem de nosso atual currículo de Bacharelado e Licenciatura em História não oferecer uma disciplina voltada para a orientação do estudo, que nos “receba” no primeiro período e contribua para o esclarecimento sobre atividades corriqueiras da vida acadêmica como fichamentos, seminários, resenhas, entre outras. Esses itens já não eram estranhos de nossos colegas dos anos 1980, pois estes tinham a disciplina MTP I.

Agora iremos tratar da breve Licenciatura Plena em História. Breve, porque a primeira turma deste currículo ingressou na universidade em 1985, ano em que já estavam sendo realizados estudos para a criação do Bacharelado em História.

2.3 Licenciatura Plena em História (1985)

Tinha gente que brincava que era um curso de Marxismo, não era um curso de História. Mas isso fez de nós pessoas bastante preocupadas em ter um compromisso com a transformação do mundo. A gente acreditava que não era uma questão só de estudar História, ver e analisar o mundo, mas sobretudo, transformar o mundo. Trabalhar nessa transformação.¹²⁵

Rosa Maria Pelegrini¹²⁶, 2014

¹²⁴ MARX, Karl. *O Capital* (Crítica da Economia Política). Livro 1, São Paulo: Difel, 1982. ENGELS, Friedrich. *A situação da classe trabalhadora em Inglaterra*. Porto: Afrontamento, 1975. GORZ, André. *Crítica da Divisão do Trabalho*. In: UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA. Centro de Ciências Humanas e Artes. Departamento de Estudos Sociais. *Plano de Curso de Métodos e Técnicas de Pesquisa em História*. Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia, 20 ago. 1984.

¹²⁵ PELEGRINI, Rosa Maria. In: 50 ANOS DO CURSO DE HISTÓRIA DA UFU. Direção: Sheila Nogueira. Brasil: TV Universitária (UFU), 2014. 1 DVD (33 min), son., color.

¹²⁶ Egressa da Versão Curricular 4648 do Curso de Licenciatura em História – Noturno. Licenciada em História pela UFU (1992), especialista em Informática em Educação pela Universidade Federal de Lavras (2000) e mestre em História Social pela UFU (2005). Professora da Rede Municipal de Ensino de Uberlândia. Atua em programas de parcerias públicas institucionais, como a Rede Nacional de Formação Continuada (FNDE/MEC). Tutora do Programa de Formação Continuada dos Profissionais da Escola para as Ações do FNDE - Formação pela Escola. Tem experiência na área de História, com ênfase em ensino de

Assim, como os currículos implantados em 1964 e 1973/1974, também não tive acesso ao Projeto Pedagógico que culminou no Currículo de Licenciatura Plena em História, implantado em 1985, em substituição à complementação em História. Mesmo porque o Projeto Pedagógico surge em meio às discussões da década de 1980 e se torna uma necessidade com a LDB de 1996, que diz caber aos estabelecimentos de ensino “elaborar e executar sua proposta pedagógica”.¹²⁷

O registro disponível sobre o Currículo implantado a partir de 1985 é o que Gomes (2001) chama de *Currículo 4648 Curso de História da UFU*, em sua monografia e que já pôde ser visualizado no *Quadro 12* (p. 60), quando o comparamos com o histórico de Maria Helena Gondim Almeida.

Ao analisar os relatórios do SG da UFU pude verificar que o currículo de Licenciatura em História como complementação de Estudos Sociais cursado por Maria Helena Gondim Almeida (*Quadro 11*, p. 59) é, na verdade, a *Versão 4646 do Curso de Licenciatura em História – Noturno* com a variação na ordem em que as disciplinas foram cursadas. Enquanto o currículo de Licenciatura Plena em História presente na monografia de Gomes (2001) – *Quadro 12*, é a *Versão 4648 do Curso de Licenciatura em História – Noturno*.

Ainda em consulta ao SG pude verificar que há registros da *Versão 4646* desde 1979. Ou seja: desde 1979 podemos falar com certeza, que a complementação do Curso de Licenciatura em Estudos Sociais (ou *Versão 4646*) é um currículo semestral com matrículas por períodos.

A mudança curricular que implantou a breve *Versão 4648*, em 1985, teria sido influenciada, nos termos de Fonseca apud Gomes (2000) pela “renovação na historiografia brasileira, ocorrida nas décadas de 70 e 80”¹²⁸ que promoveu “reestruturações curriculares em vários locais do país. A reformulação ocorrida na UFU, por exemplo, está intimamente ligada a este momento”¹²⁹ político significativo para a educação brasileira e para a formação de professores de História.

História, atuando principalmente nos seguintes temas: História do Brasil, formação continuada de professores, educação, metodologia de ensino de História. Cf. Lattes: <<http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4759286A5>>. Acesso em: 01 dez. 2017.

¹²⁷ BRASIL. Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 23 dez. 1996, Artigo 12, Inciso I.

¹²⁸ FONSECA, 1983 apud GOMES, 2000, p. 72.

¹²⁹ Ibidem, 2000, p. 72.

Para Machado apud Ribeiro (2005), na década de 80, houve uma movimentação em âmbito nacional e interno para se provar a importância do Curso de História, o que poderia nos ajudar a compreender o ambiente que possibilitou o fomento à pesquisa:

Depois, começamos uma discussão enorme na década de 80, brigando por um curso de História específico, tanto a Geografia quanto a História. Então, fizemos um movimento intenso. Fizemos, pra passar dentro da universidade, porque era época ainda da ditadura militar, nós tivemos que provar a importância da História, por que história, que o professor tinha o conhecimento específico.¹³⁰

A luta nacional foi capitaneada pela Associação Nacional dos Professores Universitários de História (ANPUH) que tinha à frente Déa Fenelon. Gomes (2001) também evidenciou essa luta em prol de outro tipo de Ensino de História. Para ela, a redemocratização dos anos 1980 acentuou o processo de diferenciação econômica e social que forçava a mudanças. O profissional polivalente não era mais capaz de atender à demanda. As escolas davam preferência a profissionais com licenciatura plena. A autora citou, também, os vários movimentos, encontros e congressos para se repensar o ensino nos três níveis. A proposta vencedora para Minas Gerais foi a de que o aluno e o professor eram agentes construtores do conhecimento.

Gomes (2001) relata que uma pesquisa realizada em 1983, com 1.482 alunos do 2º grau, detectou que 92,8% queriam ingressar no ensino superior; destes 20% se interessava pelas licenciaturas; dos quais 58% queriam, especificamente, Geografia e História. Ainda, segundo ela, outra pesquisa, realizada no Curso de Licenciatura Curta em Estudos Sociais da UFU, apontou que 83,8% optariam por Licenciatura Plena em Geografia ou em História sem precisar cursar Estudos Sociais, antes. E, entre os candidatos de Estudos Sociais do vestibular de julho/1983, 77% optariam por História ou Geografia. Infelizmente nem as fontes nem a metodologia utilizada para apurar esses dados são citadas pela autora.

No fim de 1984, o Departamento de Estudos Sociais da Universidade Federal de Uberlândia foi desmembrado em dois departamentos – Departamento de Ciências Sociais e Departamento de Geografia. É o que se pode averiguar no Termo de Encerramento do Livro de Atas do Conselho do Departamento de Estudos Sociais:

Termo de Encerramento. Estão lançadas neste Livro as Reuniões do Conselho do Departamento de Estudos Sociais da página 01 a 11, ficando as páginas de 12 a 50 inaproveitáveis, considerando a divisão do referido Departamento, que foi desmembrado em: - Departamento de Ciências Sociais, - Departamento de

¹³⁰ MACHADO, 2004 apud RIBEIRO, 2005, p. 37.

Geografia. Uberlândia, 20 de novembro de 1984. Maria Aparecida Alvim Souza. Chefe do Dpto. de Estudos Sociais.¹³¹

Baseando-se nas pesquisas citadas acima e, tendo como pano de fundo a discussão nacional em torno do Ensino de História, o Colegiado dos Cursos de Estudos Sociais e História decidiu pela extinção gradual do Curso de Estudos Sociais e o primeiro vestibular para História foi definido para janeiro de 1985. Criou-se, pois um currículo condizente com a nova Licenciatura em História. O objetivo do Currículo implantado a partir de 1985, ou *Versão 4648* do Curso de Licenciatura em História - Noturno, de acordo com o relatório gerado pelo Sistema de Gestão (SG) da Universidade Federal de Uberlândia; ou ainda o *Currículo 4648 - História Licenciatura Plena*, segundo Gomes (2001), era a:

formação de profissionais que sejam capazes de desempenhar satisfatoriamente as atividades didático-pedagógicas de forma criativa e crítica diante de seu objeto de estudo e trabalho. Profissionais que diante das atividades pertinentes à sua especialização estejam habilitados a um desempenho adequado aos portadores de diploma em nível universitário.¹³²

Pela Ata da reunião do Colegiado dos Cursos de História e Estudos Sociais do dia 06 de novembro de 1984, pude verificar que, a partir do 1º semestre de 1985, três currículos distintos passariam a funcionar ao mesmo tempo: Graduação em Estudos Sociais 1º Grau - Licenciatura – Integral e Diurno, *Versão 4646* do Curso de Licenciatura em História - Noturno (chamado de “currículo antigo”) e o novo currículo de Licenciatura em História ou *Versão 4648* do Curso de Licenciatura em História - Noturno:

Após ter examinado os diversos aspectos inerentes à questão, o Colegiado decidiu que, em face dos problemas atualmente manifestados, quando um número não especificado de alunos concluintes de Estudos Sociais deverão requerer matrícula no curso de História – currículo antigo – e as vagas decorrentes da implantação do novo currículo deverão ser preenchidas por vestibulandos, não serão oferecidas vagas para transferência ou admissão nos termos acima especificados, no primeiro semestre de 1985.¹³³

Como se pôde ver no *Quadro 12* (p. 60), o currículo era semestral e integralizado em nove períodos; com carga horária de 2.370 h de disciplinas obrigatórias e 180 h de disciplinas optativas.

¹³¹ UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA. Termo de Encerramento. *Livro Atas do Conselho do Departamento de Estudos Sociais – Ago. 1984/Nov. 1984*. Campus Santa Mônica. Termo de Encerramento 20 nov. 1984. Livro Ago. 1984/Nov. 1984, verso p. 50.

¹³² GOMES, 2001, p. 12.

¹³³ UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA. COLEGIADO DO CURSO DE HISTÓRIA. Campus Santa Mônica. *Ata da reunião realizada no dia 06 nov. 1984*. Livro 1, anverso p. 3.

De acordo com Rosa Maria Pelegrini, egressa da *Versão 4648*, o

currículo novo que era o currículo efetivamente de História separado da Geografia. Era um curso que tinha o eixo teórico voltado para o trabalho, baseado no materialismo histórico. E havia uma preocupação grande que a gente formasse conceitos baseados em relações sociais, classe dominante, classe dominada, mais valia, luta de classes. Tinha gente que brincava que era um curso de Marxismo, não era um curso de História. Mas isso fez de nós pessoas bastante preocupadas em ter um compromisso com a transformação do mundo. A gente acreditava que não era uma questão só de estudar História, ver e analisar o mundo, mas sobretudo, transformar o mundo. Trabalhar nessa transformação.¹³⁴

Esta identidade teórica bem definida, alinhada ao materialismo histórico, fica evidente quando um relatório sem data, assinado por seis professores do curso se propõe a fazer uma avaliação do “currículo novo”, nome dado para a *Versão 4648* nas Atas do Colegiado de Curso, sugerindo que fosse oferecido aos primeiros períodos meios para o “conhecimento dos sistemas referenciais básicos relativos à temática”¹³⁵ Trabalho e Poder que perpassava o currículo com relação à Historiografia e à Sociologia. Este mesmo relatório dialoga com a fala de Rosa Maria Pelegrini quando ainda prescreve a “relação da temática – Trabalho e Poder – com a vida, com o cotidiano do aluno, de modo a levá-lo a refletir sobre sua vida, trabalho, etc.”¹³⁶










De acordo com o Fluxograma Curricular da *Versão 4648* do Curso de Licenciatura em História – Noturno, gerado em 01 de abril de 2016, no Sistema de Gestão (SG) da Universidade Federal de Uberlândia, o *Quadro 13* apresenta os pré-requisitos referentes a algumas disciplinas obrigatórias da mesma:

¹³⁴ PELEGRINI, Rosa Maria. In: 50 ANOS DO CURSO DE HISTÓRIA DA UFU. Direção: Sheila Nogueira. Brasil: TV Universitária (UFU), 2014. 1 DVD (33 min), son., color.

¹³⁵ UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA. CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E ARTES. DEPARTAMENTO DE ESTUDOS SOCIAIS. Relatório. Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia, s/d.

¹³⁶ Idem

Quadro 13 - Versão 4648 Curso de Licenciatura em História – Noturno (Pré-requisitos)

Pré-requisitos			
Introdução aos Estudos Históricos 1 	Historiografia 1		
Introdução aos Estudos Históricos 2 	Historiografia 2		
Psicologia do Desenvolvimento 	Psicologia da Aprendizagem		
Estrutura e Funcionamento do Ensino de 1º e 2º Graus 1 	Estrutura e Funcionamento do Ensino de 1º e 2º Graus 2		
Didática 1 	Didática 2 	Práticas de Ensino em História no 1º grau 	Práticas de Ensino em História no 2º grau
História do Brasil 6 	História do Brasil 7 		

Fonte: Adaptado de Relatório do Sistema de Gestão, 01 abr. 2016.

Pelo *Quadro 13* podemos verificar que, das disciplinas específicas da História, Introdução aos Estudos Históricos 1 era pré-requisito para cursar Historiografia 1, enquanto Introdução aos Estudos Históricos 2 era pré-requisito para cursar Historiografia 2. A maioria das disciplinas com pré-requisitos era oferecida por professores do Instituto de Psicologia e pela Faculdade de Educação. Curioso que História do Brasil VI seja pré-requisito para cursar História do Brasil VII. Por que esta vinculação necessária se as outras disciplinas de História do Brasil (I a V) não tinham pré-requisitos?

Minha hipótese era a de que a disciplina História do Brasil VI seria considerada preparatória para a defesa da monografia a ser realizada como parte do programa de História do Brasil VII, já que pude verificar que as onze monografias defendidas em 1988, que estão no CDHIS, foram desenvolvidas como exigência da disciplina de História do Brasil VII.¹³⁷ Observando seus títulos é notável a afinidade temática que apresentam, em acordo com a ênfase do curso nas relações de trabalho e poder: associação de moradores, comunidades eclesiais de base, democracia participativa, disciplinarização do espaço urbano, juventude, meio ambiente, movimentos espiritualistas, movimentos sociais urbanos, sindicalismo e urbanização, industrialização e movimentos sociais.

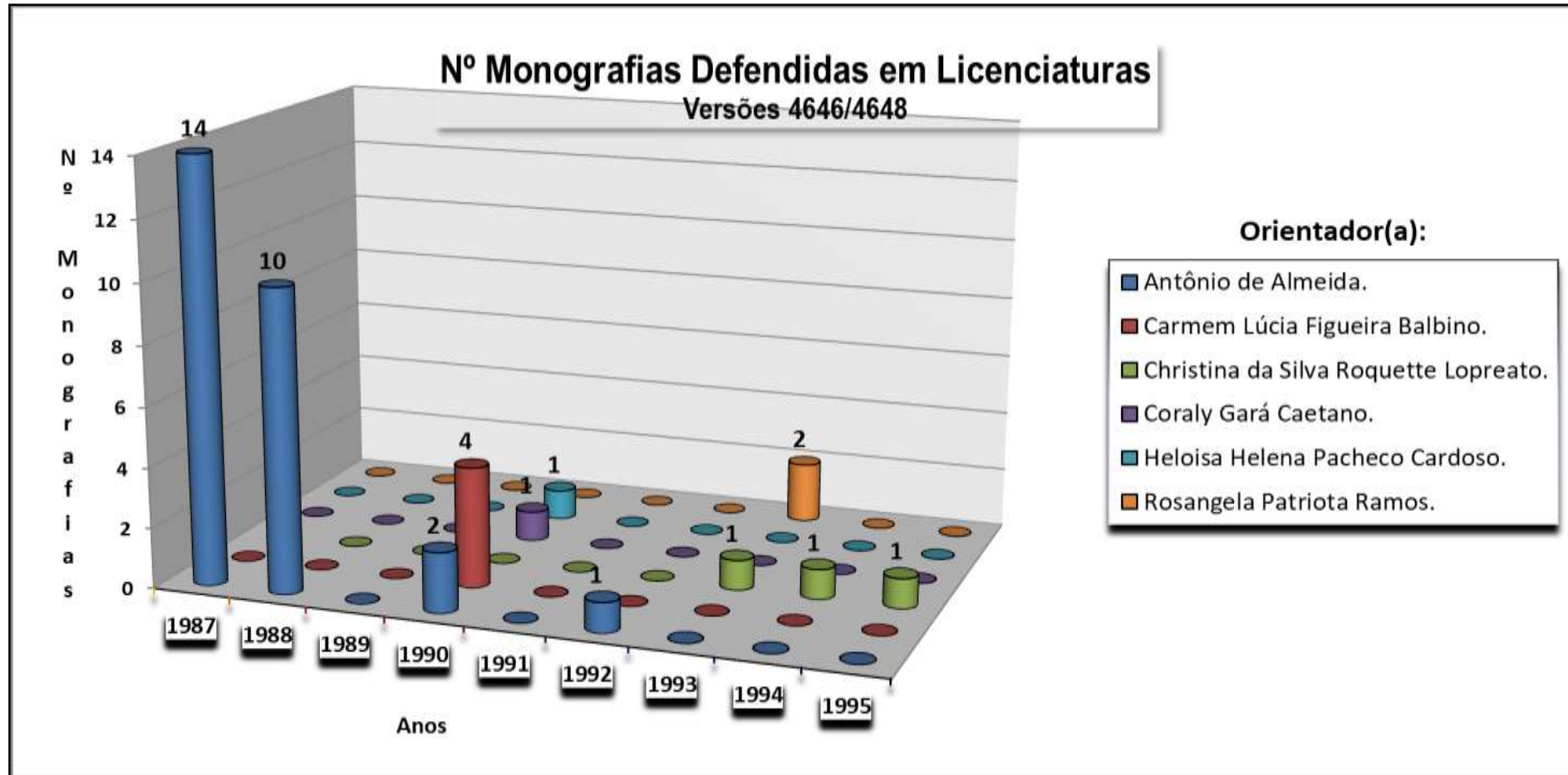
¹³⁷ LIMA, Sandra Cristina Fagundes de. *Urbanização e Associação de Moradores do Bairro Dona Zulmira em Uberlândia – no período de 1979 a 1988*. 1988. 41 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 1988. FONSECA, Luiz Angelo de Faria. *A ideologia disciplinar do espaço urbano: os hansenianos de Uberlândia*. 1988. 22 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 1988. GIRÓLDO, Eliêne. *Urbanização e sindicalismo em Uberlândia - 1979 a 1980*. 1988. 22 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 1988. HONÓRIO FILHO, Wolney. *A juventude dos Movimentos Espiritualistas da Igreja Católica em Uberlândia. 1965-1984*. 1988. 9 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 1988. OLIVEIRA, Rosa Maria de. *Associação de Moradores do Conjunto Habitacional Santa Luzia em Uberlândia*. 1988. 22 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 1988. PEREIRA, Cires Canísio. *“Democracia Participativa”, sua lógica e sua prática*. 1988. 24 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 1988. SANTOS, Ednalúcia Maria dos. *A questão ambiental no contexto urbano de Uberlândia: 1980 a 1988*. 1988. 12 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 1988. SANTOS, Miriam Alves dos. *Urbanismo e meio ambiente: conflito ou harmonia?* 1988. 15 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 1988. SANTOS, Paulo Roberto de Oliveira. *As comunidades eclesiais de base no processo de urbanização de Uberlândia*. 1988. 19 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 1988. SILVA, Adilson Caetano da. *Movimentos sociais urbanos: reivindicações populares das associações dos bairros Jardim das Palmeiras e Tocantins*. 1988. 29 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 1988. Além de HUNGRIA, Ronan. *Espaço urbano: industrialização e movimentos sociais em Uberlândia – 1959/85*. 1987. 11 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 1987. Esta foi encadernada junto com as de 1987, por engano.

Apesar de as *Versões 4646 e 4648* serem de currículos que visavam apenas à formação do professor, professores como Antônio de Almeida, Carmem Lúcia Figueira Balbino, Christina da Silva Roquette Lopreato, Coraly Gará Caetano, Heloisa Helena Pacheco Cardoso e Rosangela Patriota Ramos orientaram monografias que estão sob a guarda do CDHIS nas disciplinas MTPH e História do Brasil VII.

Como podemos observar no *Gráfico 2*, que apresenta o número de monografias orientadas por professor produzidas nas *Versões 4646 e 4648* do Curso de Licenciatura em História – Noturno entre 1987 e 1995, há uma quantidade maior de monografias defendidas nos anos de 1987 e 1988. Creio que seja porque todos os trabalhos de 1987 foram reunidos em um único volume e encadernados em brochura. Das monografias produzidas em 1988, apenas uma não está encadernada junto às outras nove. Todas elas foram orientadas pelo Professor Antônio de Almeida. Embora não saibamos quem, como, por que e para quê foi feita esta reunião, este é o início da constituição do acervo de monografias tomado como objeto imediato deste trabalho.

O *Gráfico 2* (p. 72) respeita a catalogação feita pelo CDHIS. Por esse motivo, a monografia de Ronan Hungria, que deveria estar junto com as demais produzidas em 1988, permanece com as de 1987. Logo, o gráfico mostra quatorze monografias em 1987 e dez monografias em 1988.

Gráfico 2 - Número de Monografias Produzidas nas Versões 4646/4648 Curso de Licenciatura em História X Orientador (1987-1995)



Fonte: Adaptado de Catalogação realizada pelos projetos PROGRAD *Historiografia e pesquisa discente: as monografias dos graduandos em História da UFU. (2016/2017)* e *(Per)cursos da graduação em História: entre a iniciação científica e a conclusão de curso. (2017/2018)*.

Porém, segundo Gomes (2000) a *Versão 4648* não propunha, em relação ao currículo anterior, “grandes mudanças do ponto de vista teórico. A proposta curricular que instituiu a licenciatura plena não permitiu grandes avanços com relação ao ensino e pesquisa e esta questão ainda incomodava os professores.”¹³⁸ Segundo ele, havia constantes reclamações de alunos e professores sobre o currículo, além de excessivo número de trancamentos e abandonos. Apesar desta impressão, ao conferir os dados do Relatório de Evasão por Abandono do SG gerado em 22 de setembro de 2017, pude verificar que a *Versão 4648* do Curso de Licenciatura em História – Noturno apresenta apenas dois abandonos. Logo, a mudança curricular deveria ser almejada e justificar-se por outros motivos, exceto o número de abandonos.

Uma “desvantagem” da *Versão 4648* denunciada por Gomes (2001) era o curso só oferecer a modalidade licenciatura. Acreditava-se que o diploma de bacharel abriria portas: trabalho em arquivos, pesquisa. Questões que apenas esboçavam a problemática das (in)tensas relações entre o currículo e a formação inicial dos professores de História, por sua vez marcadas pelas tensões entre ensino e pesquisa, que se configuram como Projeto Pedagógico, apenas em 2001.

2.4 Bacharelado em História com opção para Licenciatura (1991)

Optou-se por um curso de regime semestral, ministrado no período noturno, com um currículo organizado em torno de três eixos temáticos – Movimentos Sociais, Cultura e Sociedade, Cidade e Poder – que corresponderam, em geral, às linhas de pesquisa dos professores do então Departamento de Ciências Sociais. Ressalte-se também que, em 1991, a monografia foi instituída como requisito obrigatório para a conclusão do Bacharelado, o que consolidou a pesquisa como parte integrante e indissociável do ensino. A estrutura curricular implantada em 1991, ainda em vigor atualmente, sofreu apenas uma pequena alteração para se adequar à Lei 9394/96: foram criadas as disciplinas de Oficina de Prática Pedagógica I e II que, somadas às disciplinas de Prática de Ensino, passaram a compor uma carga horária de 300 horas destinadas à prática de ensino.¹³⁹

Projeto Pedagógico de Graduação em História da Universidade Federal de Uberlândia, 2005

Segundo Gomes (2001), a partir de 1987 o Colegiado do Curso de História começou a discussão para repensar o currículo. Foram levantados questionamentos como: quais as vantagens e as desvantagens de um curso anual ou semestral? Como pensar o

¹³⁸ GOMES, 2000, p. 74.

¹³⁹ UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA. Instituto de História. *Projeto Pedagógico de Graduação em História da Universidade Federal de Uberlândia*. Uberlândia, 2005, p.6-7.

Curso de História? Licenciatura e/ou Bacharelado? Em quatro ou cinco anos? Interdisciplinaridade?

Comissões mistas (alunos e professores) foram compostas para tentar responder a essas questões. As decisões eram tomadas em assembleias com ampla participação. Chegou-se ao consenso para a criação do curso de bacharelado. Este deveria ser obrigatório para se fazer a licenciatura, tendo-se em vista a formação profissional do professor. A formação do licenciado e do bacharel seria uma só, segundo essa perspectiva.

De acordo com a Professora Maria Clara Tomaz Machado, entrevistada por Ribeiro (2005),

a partir de meados de 84, 85, [...] começou um debate intenso sobre ah, é, que tipo de história nós queríamos, se era licenciatura só, né? Começou uma discussão de que o professor pra ser professor tinha que integrar pesquisa e ensino. E eu me lembro que nós fizemos várias reuniões em Assembleias com os alunos e professores, nós íamos lá pra, pro Umuarama [...] passávamos lá, é, o dia inteiro, de manhã e de tarde. E discutimos que curso que queríamos, que perfil de aluno [queríamos]...¹⁴⁰

Gomes (2000) defende que a reformulação curricular ocorrida a partir de 1985, no âmbito do curso de História da UFU, que culminou no currículo implantado a partir de 1991, “esteve claramente relacionada ao movimento de mudança curricular dos anos 80.”¹⁴¹ Em meio a essas discussões externas e internas, segundo Ribeiro (2005), os professores do curso começaram a se titular, em nível de mestrado e doutorado, e a admissão de novos professores, oriundos de outras instituições, contribuiu para mudanças significativas no próprio curso. Havia um esforço efetivo na qualificação dos docentes, concomitante à criação do Laboratório de Ensino e Aprendizagem em História (LEAH), em 1982, e do Centro de Documentação e Pesquisa em História (CDHIS) – na época NUHCIS -, em 1985 para que a documentação e o acervo fossem utilizados na formação do pesquisador.

As discussões sobre a formação do professor pesquisador culminaram nas *Versões 4691 - Curso de Bacharelado em História - Noturno e 4692 - Curso de Licenciatura em História – Noturno*, implantadas a partir de 1991, em que a monografia passou a ser instituída enquanto componente curricular. Com os dados retirados do Relatório do SG, em 15 de setembro de 2017, pude construir mais dois quadros que seguem abaixo. O *Quadro*

¹⁴⁰ MACHADO, 2004 apud RIBEIRO, 2005, p. 43-44.

¹⁴¹ UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA. Instituto de História. *Projeto Pedagógico de Graduação em História da Universidade Federal de Uberlândia*. Uberlândia, 2005, p. 10.

14 apresenta as disciplinas obrigatórias da *Versão 4691* do Curso de Bacharelado em História – Noturno. O *Quadro 15* (p. 76) mostra as disciplinas obrigatórias da *Versão 4692* do Curso de Licenciatura em História – Noturno

Quadro 14 - Versão 4691 - Bacharelado em História (Disciplinas Obrigatórias)

Versão 4691 - Curso de Bacharelado em História – Noturno – Disciplinas Obrigatórias					
1º Período	História Antiga	Introdução aos Estudos Históricos 1	História Medieval	Português - Análise do Discurso	Antropologia Cultural 1
2º Período	Introdução aos Estudos Históricos 2	Tópicos Especiais em História Medieval	Tópicos Especiais em Filosofia da História	História Moderna 1	Antropologia Cultural 2
3º Período	História da América 1	História Moderna 2	História do Brasil 1	Introdução aos Estudos Históricos 3	
4º Período	História da América 2	História do Brasil 2	Historiografia	Tópicos Especiais em História Moderna	
5º Período	História da América 3	História do Brasil 3	História Contemporânea 1	Filosofia da História	
6º Período	História do Brasil 4	História Contemporânea 2	Tópicos Especiais 1 em História do Brasil	Tópicos Especiais em História da América	Estudos Alternativos em História Contemporânea
7º Período	História do Brasil 5	<i>Métodos e Técnicas de Pesquisa em História</i>	História Contemporânea 3	Tópicos Especiais 2 em História do Brasil	
8º Período	Tópicos Especiais em História Contemporânea	<i>Monografia 1</i>	Estudos Alternativos em História do Brasil		
9º Período	<i>Monografia 2</i>	<i>Seminário de Pesquisa</i>			

Fonte: Adaptado de Relatório do Sistema de Gestão UFU de 15 set. 2017.

Quadro 15 - Versão 4692 - Licenciatura em História (Disciplinas Obrigatórias)

Versão 4692 - Curso de Licenciatura em História – Noturno – Disciplinas Obrigatórias					
1º Período	História Antiga	Introdução aos Estudos Históricos 1	História Medieval	Português - Análise do Discurso	Antropologia Cultural 1
2º Período	Introdução aos Estudos Históricos 2	Tópicos Especiais em História Medieval	Tópicos Especiais em Filosofia da História	História Moderna 1	Antropologia Cultural 2
3º Período	História da América 1	História Moderna 2	História do Brasil 1	Introdução aos Estudos Históricos 3	
4º Período	História da América 2	História do Brasil 2	Historiografia	Tópicos Especiais em História Moderna	
5º Período	História da América 3	História do Brasil 3	História Contemporânea 1	Filosofia da História	
6º Período	História do Brasil 4	História Contemporânea 2	Tópicos Especiais 1 em História do Brasil	Tópicos Especiais em História da América	
7º Período	História do Brasil 5	Métodos e Técnicas de Pesquisa em História	História Contemporânea 3	Tópicos Especiais 2 em História do Brasil	<i>Psicologia da Educação</i>
8º Período	Tópicos Especiais em História Contemporânea	Monografia 1	<i>Estrutura e Funcionamento do Ensino de 1º e 2º Graus</i>		
9º Período	Monografia 2	Seminário de Pesquisa	<i>Prática de Ensino em História 1</i>		
10º Período	<i>Didática Geral</i>	<i>Prática de Ensino em História 2</i>			

Fonte: Adaptado de Relatório do Sistema de Gestão UFU de 15 set. 2017.

Essa conformação curricular se justificava pela “necessidade de ampliação da qualificação profissional do historiador e de melhor preparação do professor de História.”¹⁴² O bacharel corresponderia a uma nova realidade regional: “trabalho em arquivos, assessorias a entidades sindicais, organização e elaboração de memória histórica de vários segmentos sociais.”¹⁴³ O próprio Departamento de Ciências Sociais já possuía um Núcleo de Pesquisa e Documentação (atual CDHIS), com acervos ricos e variados e uma infraestrutura básica para a implementação da pesquisa. Tendo em vista estas condições favoráveis, tive acesso a monografias de 1987 que comprovam que a orientação à iniciação científica para estudantes já se constituía em fato concreto e o investimento na pesquisa parecia não apenas um empreendimento viável, mas recomendável.

Segundo o relator do Processo nº 63/90 que versava sobre a Proposta de Reformulação Curricular do Curso de Graduação em História, Carlos Antônio, a mesma pretendia a criação do curso de Bacharelado em História com nove períodos (2220 h mais

¹⁴² UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA. Centro de Ciências Humanas e Artes. Colegiado do Curso de História. *Proposta de Reformulação Curricular do curso de Graduação em História, com Bacharelado e Licenciatura*. Uberlândia, 1990.

¹⁴³ *Ibidem*, 1990.

180 h de disciplinas optativas) e a reformulação do Curso de Licenciatura Plena em História em 10 períodos, ou seja, 2220 h, mais 180 h de disciplinas pedagógicas.

Ainda, segundo o relator, a proposta do Bacharelado em História - Noturno (*Versão 4691*) estava estruturada da seguinte forma: disciplinas de conteúdo específico (História Antiga, Medieval, Moderna, Contemporânea, da América e do Brasil); disciplinas que compõem Introdução aos Estudos Históricos (Introdução aos Estudos Históricos 1, 2 e 3); Tópicos Especiais, formado por disciplinas temáticas; disciplinas eletivas (Filosofia da História e Antropologia Cultural); Estudos Alternativos, disciplinas abertas ofertadas de acordo com a necessidade dos alunos e dos conhecimentos científicos em desenvolvimento na UFU. Além disso, o aluno deveria cursar 180 h de disciplinas optativas dentro de um leque de 58 disciplinas.¹⁴⁴

Segundo o relator do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, Fernando Antônio de Freitas, que emitiu parecer favorável ao processo de reformulação Curricular (279/90), houve uma defasagem de 150 h/a do currículo em vigor à época para o novo com relação ao aproveitamento dos alunos que quisessem aderir ao novo currículo. Instou o Colegiado do Curso de História a resolver o problema. Logo, através da Resolução nº 5/92, aprovada em 28 de fevereiro de 1992 pelo Conselho Universitário, foi autorizada a criação do Curso de Bacharelado em História na UFU.

Podemos concluir que o processo de reformulação curricular foi lento, já que o movimento em prol da mudança remonta a 1985, as discussões ocorreram a partir de 1987, a proposta ficou pronta em novembro de 1990, mas o Conselho Universitário só a aprovou em 1992. Este novo currículo pretendia responder aos desafios e expectativas da formação de professores/pesquisadores em História, compartilhadas nos anos 1980/1990. Foi neste ambiente, a propósito, que surgiu o projeto editorial da revista *Cadernos de História*, vinculada ao LEAH, em diálogo com os professores da Educação Básica, cuja trajetória foi reavaliada, recentemente por Noronha, Peixoto e Ribeiro (2016) no artigo *As carências da educação em revista nos Cadernos de História*.¹⁴⁵

Garcia (2008) diz que, “a partir de 1999, atendendo à proposta apresentada pelo colegiado do Curso de História o currículo foi implantado, também, no período diurno e o

¹⁴⁴ BRANDÃO, Carlos Antônio (relator). *Processo nº 63/90. Proposta de Reformulação Curricular do curso de Graduação em História*. Uberlândia, Universidade Federal de Uberlândia, Centro de Ciências Humanas e Artes, 1990, p. 3.

¹⁴⁵ NORONHA, Gilberto Cezar de; SILVA, Jaqueline Peixoto Vieira; RIBEIRO, Rosemary. As carências da educação em revista nos *Cadernos de História*. *Fato & Versões*, v. 9, p. 30-54, 2016. Disponível em: <<http://seer.ufms.br/index.php/fatver/article/view/2764>>. Acesso em 28 out. 2017.

processo seletivo passou a ocorrer apenas uma vez por ano”¹⁴⁶. Essa assertiva contradiz o que está escrito no histórico do curso presente no Projeto Pedagógico do Curso (PPC) de 2005, em que se registra que “a primeira turma deste novo turno do curso ingressou no ano 2000, em processos seletivos específicos para cada turno.”¹⁴⁷

Pude verificar, através do Relatório SG de Ingresso da UFU gerado em 26 de setembro de 2017 que, em 1999, já havia matrículas para o novo turno, como podemos observar no *Gráfico 3*.

Gráfico 3 - Número de Matrículas Versão 4891 Bacharelado em História - Diurno



Fonte: Construído a partir dos Relatórios do Sistema de Gestão da UFU em 26 set. 2017

Este gráfico apresenta as matrículas na *Versão 4891* da Graduação em História – Bacharelado – Diurno no 1º e 2º semestres dos anos 1996 a 2002. Como podemos verificar, as matrículas no curso até 1997 são inexistentes. Em 1998 há uma matrícula no 2º semestre, mas se tratava de uma reopção de curso. Ou seja, o discente teria se matriculado em outro turno (provavelmente do turno noturno no 2º semestre de 1998) e em algum período de sua vida acadêmica fez opção pela *Versão 4891*. Logo, pode-se verificar que, em 1999, já havia vinte matrículas no turno diurno no 1º semestre e nenhuma no segundo; o que corrobora a tese de Garcia (2008) de que, em 1999, as entradas no curso de História passaram a ser anuais (no 1º semestre) e o bacharelado no diurno também já existia. Entretanto, a quantidade de vagas ofertadas continuou a mesma, “sendo oferecidas

¹⁴⁶ GARCIA, Michelle da Costa. *Licenciatura em História e a formação do professor na UFU*. 2008. 55 fl. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2008, p. 21.

¹⁴⁷ UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA. Instituto de História. *Projeto Pedagógico de Graduação em História da Universidade Federal de Uberlândia*. Uberlândia, 2005, p. 7.

40 vagas para o turno da manhã e 40 vagas para o turno da noite, totalizando as 80 vagas oferecidas anteriormente.”¹⁴⁸

De acordo com a grade horária que pode ser visualizada no *Quadro 14* (p. 75), apenas as disciplinas de Monografia I e II, eram consideradas componentes práticos, além de serem propostas 6 horas por semana, ou seja, 90 horas por semestre. Não existia pré-requisito entre as disciplinas, exceto para Monografia I (MTPH como pré-requisito), Monografia II (Monografia I como pré-requisito e Seminário de Pesquisa como co-requisito).

No *Quadro 15* (p. 76), referente ao currículo proposto para o Curso de Licenciatura Plena em História - Noturno (*Versão 4692*), além de Monografia I e II serem consideradas disciplinas 100% práticas, as disciplinas de Prática de Ensino de História I e II tinham dois componentes considerados teóricos e dois práticos. Ou seja, as duas disciplinas eram consideradas 50% práticas e 50% teóricas, além de Prática I ser pré-requisito para Prática II.

Gomes (2000) defende que o profissional idealizado por essa proposta curricular não foi alcançado: “na prática a mudança significou apenas uma grande ênfase na disciplina de conteúdo específico e teórico-metodológico, ficando as disciplinas pedagógicas isoladas nos semestres finais do curso.”¹⁴⁹ Nesse ponto, concordo com o autor pois, como podemos observar no *Quadro 15*, o discente só poderia cursar disciplinas pedagógicas a partir do 7º período, como é o caso de Psicologia da Educação, primeira disciplina do núcleo pedagógico.

Ainda, segundo o autor, o professor de História idealizado por este currículo tinha o mesmo perfil almejado pela ANPUH: um profissional que “possibilite aos seus alunos o acesso ao conhecimento histórico produzido e às suas controvérsias e que possam familiarizar-se com os métodos e procedimentos empregados pelo historiador [...] e que os leve a aprender História fazendo-os produzir História.”¹⁵⁰ Essa visão parecia não apenas ambiciosa, mas problemática se consideramos que pressupunha que a atuação do professor de História fomentasse a formação de mini historiadores na educação básica.

Gomes (2000) critica o Currículo de Bacharelado em História, implantado em 1991 com base em um relatório elaborado pela Coordenação do Curso em 1990, período em que aquele currículo ainda não havia sido implantado. Segundo o autor, o relatório teria sido

¹⁴⁸ GARCIA, 2008, p. 21.

¹⁴⁹ GOMES, 2000, p. 75.

¹⁵⁰ Ibidem, 2000, p. 76.

produzido pela Professora Maria de Fátima Ramos de Almeida e o mesmo se intitularia *Que é, afinal, o Curso de História da UFU?* Na mesma época, o Colegiado já estava trabalhando na reformulação curricular, cujos trabalhos tiveram início em 1987. Gomes diz que se tratava “de um trabalho da disciplina Historiografia Brasileira (currículo antigo) ou Historiografia II (currículo novo)”¹⁵¹, cujos “objetivos eram situar os alunos sobre os procedimentos da produção historiográfica e relacionar o curso ao eixo temático ‘Trabalho e Poder’.”¹⁵²

Não tive acesso ao referido relatório. Porém, pude observar que, de acordo com o Relatório do SG de currículos dos Cursos UFU (por Curso e Versão) do dia 15 de setembro de 2017, a disciplina Historiografia II não pertence a nenhum dos currículos implantados a partir de 1991. Vincula-se à *Versão 4648 do Curso de Licenciatura em História – Noturno*. Logo, o dito relatório se referia a este currículo. O Curso de Bacharelado em História – Noturno (*Versão 4691*) e o Curso de Licenciatura em História – Noturno (*Versão 4692*), que resultaram do processo de reformulação curricular ocorrido entre 1987 e 1990 e foram implantados a partir do 1º semestre de 1991 - criticados por Gomes (2000) -, tinham não um, mas três eixos temáticos:

Foram escolhidos três eixos temáticos - Movimentos Sociais, Cultura e Sociedade, Cidade e Poder – os quais correspondem em geral, às linhas de trabalho dos professores do Departamento de Ciências Sociais. Essa articulação entre curso e departamento, através dos eixos temáticos, teve como perspectiva o aproveitamento das aptidões científicas dos professores da área para a implementação do curso.¹⁵³

Gomes (2000) sustenta que os eixos temáticos eram modismos. Em seus termos, “os eixos temáticos propostos foram aceitos, no entanto, atuaram mais como um modismo estimulado por influências das reformulações curriculares realizadas pela CENP¹⁵⁴ na

¹⁵¹ GOMES, 2000, p. 76.

¹⁵² Ibidem, 2000, p. 80.

¹⁵³ UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA. Centro de Ciências Humanas e Artes. Colegiado do Curso de História. *Proposta de reformulação Curricular do Curso de Graduação em história, com Bacharelado e Licenciatura*. Uberlândia, 1990.

¹⁵⁴ Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas (CENP): órgão da Secretaria do Estado da Educação (SEE) de São Paulo responsável por definir parte das políticas públicas educacionais para esse Estado. “A reforma curricular dos anos 80 tornou-se conhecida e identificada como elaborada pela CENP. Cotidianamente, os professores chamavam-na de ‘proposta curricular da CENP’.” In: MARTINS, Maria do Carmo. A CENP e a criação do currículo de História: a descontinuidade de um projeto educacional. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 18, n. 6, 1998. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01881998000200003&lng=en&nrm=iso&tlng=pt>. Acesso em 30 nov. 2017.

década de 80.”¹⁵⁵ Pude verificar, ao ler as ementas das disciplinas do currículo implantado em 1991, que as disciplinas dialogavam, sim, com os eixos propostos. De qualquer modo, tendência ou não, os eixos temáticos eram indício de que o que orientava a formação inicial era a pesquisa. Não exatamente a pesquisa a ser feita pelo estudante, em seu tornar-se professor habilitado a constituir autonomamente seu pensamento, mas as pesquisas realizadas pelos professores do curso.

Apesar de não ter tido acesso à formação de todos os professores do curso de História da UFU no período de reformulação curricular, mediante consulta à plataforma Lattes posso dizer que o curso já contava com cinco professores com mestrado, três mestrandos e dois doutorandos.

Segundo Gomes (2001), na prática, foi dada grande ênfase às disciplinas de conteúdo específico com isolamento das disciplinas pedagógicas nos últimos semestres. É justamente o que pode ser visualizado no *Quadro 15* (p. 76), que mostra a *Versão 4692 do Curso de Licenciatura em História – Noturno*: disciplinas pedagógicas, como Psicologia da Educação, só são oferecidas a partir do 7º Período.

Segundo a autora, pretendia-se articular o curso com o ensino de 1º e 2º graus, o que, para ela, não aconteceu. Através da leitura dos relatórios de estágio dos colegas que cursaram a *Versão 4692 do Curso de Licenciatura em História – Noturno* a autora concluiu que o currículo trazia alguns problemas, como: desconexão entre as várias disciplinas ministradas; distância entre as disciplinas pedagógicas e as específicas e daquelas com a realidade; desvalorização da licenciatura em relação ao bacharelado; permanência da visão da educação básica como local de transmissão e não de produção de conhecimento; distância entre o currículo do curso e a realidade da sala de aula; crítica do livro didático sem apresentação de alternativas a esse recurso.¹⁵⁶

A Coordenadora do Curso de História, à época, Professora Heloisa Helena Pacheco Cardoso, também confirma o não entrosamento entre as disciplinas pedagógicas, relegadas a outros cursos, com a prática na sala de aula:

Outro problema, e esse é um problema de anos, é o fato da parte pedagógica estar associado a departamentos diferentes, a profissionais os mais diferentes. Então a psicologia da educação vem de uma área, a Estrutura e a Didática vêm de outra, enquanto a Prática de ensino é nossa. Não há um entrosamento entre essas diversas disciplinas cujo objetivo é conhecer a escola, fazer o aluno se ambientar com este ensino, ver que a realidade é essa. Falta [também] um maior

¹⁵⁵ GOMES, 2000, p. 79.

¹⁵⁶ GOMES, 2001, p. 24-25.

entrosamento entre as disciplinas [do próprio Instituto]. É um problema mais fácil de ser resolvido por que está só baseado na boa vontade dos professores em tentar discutir.¹⁵⁷

A boa vontade parece não ter sido suficiente para sanar esses problemas que também foram levantados por Lima (1998). Ela concluiu que havia um descompasso entre a *Versão 4692 do Curso de Licenciatura em História – Noturno* e a realidade da sala de aula, que fora comprovado pelas entrevistas que realizou com seus colegas que já lecionavam: “os professores recém-formados saem da universidade com uma expectativa sentimental, emocional, muito diferente de uma proposta cognitiva, com a qual buscariam unir a prática ou até reformular um processo de transformação para fazer uma educação melhor.”¹⁵⁸

A autora também fala de um problema sério: salas lotadas para prática de Ensino I e II o que impedia um melhor acompanhamento nas escolas por parte do professor responsável pelo estágio. Ademais, muitas vezes, o discente não era bem recebido pelo diretor e professor com os quais pretendia estagiar. Para ela, o estágio consistia em ficar “sentado em um banco de uma sala de aula, durante um ano, assistindo aquela coisa ‘pasmacenta’ de abrir o livro didático, fazer fichamento, entregar fichamento para o professor e depois fazer um trabalho de final de semestre.”¹⁵⁹

De acordo com Lima (1998) as propostas dessas disciplinas eram pouco atraentes. Muitos professores que as ministravam estavam só esperando para se aposentar e/ou tinham uma visão “arcaica” do ensino o que contribuía para muitos trancamentos. A defasagem salarial e a ameaça da quebra da estabilidade no trabalho fazia com que bons professores migrassem para faculdades particulares ou se aposentassem mais cedo.

O distanciamento entre o que era ensinado no curso e a prática da sala de aula era uma constante, como já o dissera Gomes (2001). Segundo o trabalho de Lima (1998) a Universidade não promovia eventos científicos e a carga de leitura era considerada exaustiva para o aluno trabalhador, em sua maioria. Outra dificuldade vivenciada pelos discentes dos currículos de 1991 era a falta de disponibilidade por parte dos professores para a orientação da monografia, com exceção dos alunos que já se encontravam em algum

¹⁵⁷ PACHECO, 2001. apud GOMES, Joice Gonçalves. *Curso de História/UFU: formação acadêmica e profissionalização*. 2001. 38 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2001, p. 33-34.

¹⁵⁸ LIMA, 1998, p. 18.

¹⁵⁹ Ibidem, 1998, p. 18.

projeto de pesquisa. Nesse ponto, a autora tornou evidente a dicotomia pesquisa-ensino em seu trabalho de conclusão de curso ao desabafar:

Estabeleceu-se no curso de História e não se sabe quem estabeleceu, que o importante é a pesquisa. O ensino é um apêndice, o que acontece é que os professores são menos professores e mais pesquisadores. Hoje, eles pensam mais em si próprios, nas suas pesquisas, nas publicações, nas participações em congressos, do que em seus alunos.¹⁶⁰

Garcia (2008) nos lembra, ainda que, nessa proposta curricular deveriam ser oferecidas matérias obrigatórias como “arqueologia, restauração de documentos e computação”. Porém não encontrei as mesmas no documento da Proposta de Reforma Curricular de 1990, nem mesmo no PPC que foi construído em 2001 para legitimá-la perante o Ministério da Educação (MEC).

Pude verificar que, conforme se evidencia nos trabalhos de Lima (1998), Gomes (2001), Garcia (2008) e Ribeiro (2005), a *Versão 4692 do Curso de Licenciatura em História – Noturno*, apesar de discutida com ampla participação de alunos e professores do Curso de História precisava ser repensada. Aproveitando-se as deficiências apontadas por alunos e professores e da conjuntura nacional, mais precisamente, das Diretrizes Curriculares impostas pelo MEC, que prescreviam um aumento significativo nas horas destinadas a atividades pedagógicas, a comunidade acadêmica começou a pensar nas propostas para um novo currículo.

Mas como romper com esta distância entre a formação pedagógica e a formação para a pesquisa? Qual a influência do currículo nesta aproximação ou neste distanciamento? Qual o papel da monografia nesta empreitada? Ela é um instrumento de reflexão sobre a prática do ser professor, ou um empecilho à formação de professores? Qual o seu lugar no desafio de ultrapassar a dicotomia teoria-prática, ensino-pesquisa?

2.5 Graduação em História: Bacharelado e Licenciatura integrados (2006)

Curso integrado – Bacharelado e Licenciatura: a integração de Bacharelado e Licenciatura em um único curso, sem opção para uma ou outra modalidade, justifica-se por que: embora a atual estrutura curricular permita ao aluno concluir apenas o Bacharelado, recebendo o diploma correspondente, são raros aqueles

¹⁶⁰ LIMA, 1998, p. 25.

que deixam de concluir também a Licenciatura, o que demonstra que esta modalidade continua com forte demanda.¹⁶¹

Projeto Pedagógico de Graduação em História da Universidade Federal de Uberlândia, 2005

O atual currículo, de 2006, pode ser encontrado no Projeto Pedagógico do Curso de História na página do Instituto de História.¹⁶² Dele só a monografia de Michelle Costa Garcia (2008) se ocupou, pois apenas seu TCC foi defendido após sua implantação. Mesmo assim ela tem pouco a acrescentar sobre os pontos positivos e os negativos desse currículo, já que não o havia experimentado, além de que não havia egressos do mesmo quando realizou sua pesquisa. Então falou pouco do mesmo comparando-o com o anterior: trata-se de um curso integrado com diploma simultâneo para Bacharelado e Licenciatura, que permitiria a articulação entre ensino e pesquisa. A duração média prevista é de quatro anos e meio, em vez dos cinco anos da *Versão 4692* do curso de Licenciatura em História – Noturno. Mantém a “obrigatoriedade da elaboração da monografia para a conclusão do curso, uma vez que esta representa uma experiência de pesquisa e redação que possibilita consolidar a formação teórico-prática do aluno.”¹⁶³

O currículo pode ser visualizado no *Quadro 16*. Trata-se de um fluxograma com as disciplinas do Curso de Graduação em História: Licenciatura e Bacharelado que foi retirado do site do INHIS.

¹⁶¹ UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA. Instituto de História. *Projeto Pedagógico de Graduação em História da Universidade Federal de Uberlândia*. Uberlândia, 2005, p. 9-10.

¹⁶²Cf.:

<http://www.inhis.ufu.br/sites/inhis.ufu.br/files/Anexos/Bookpage/PROJETO%20PEDAG%C3%93GICO%20DO%20CURSO%20DE%20HIST%C3%93RIA_ATUAL_0.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2017.

¹⁶³ GARCIA, op. cit., p. 25.

Quadro 16 - Grade Curricular Curso de Graduação em História: Licenciatura e Bacharelado – Diurno e Noturno

GRADE CURRICULAR DOS CURSOS DE HISTÓRIA – BACHARELADO E LICENCIATURA								
CURRÍCULO NOVO – 2006HBLD e 2006HBLN								
1º PERÍODO	2º PERÍODO	3º PERÍODO	4º PERÍODO	5º PERÍODO	6º PERÍODO	7º PERÍODO	8º PERÍODO	9º PERÍODO
HISTÓRIA ANTIGA DO MUNDO GREGO GHI001 60 - 60	ESTUDOS HISTÓRICOS I GHI004 60 - 60	ESTUDOS HISTÓRICOS II GHI008 60 - 60	HISTÓRIA DO BRASIL II GHI013 60 - 60	HISTÓRIA DO BRASIL III GHI018 60 - 60	HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA I GHI022 60 - 60	HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA II GHI027 60 - 60	HISTÓRIA, TECNOLOGIAS E EDUCAÇÃO GHI032 60 - 60	LIBRAS LIBRAS01 60 - 60
HISTÓRIA ANTIGA DO MUNDO ROMANO GHI002 60 - 60	HISTÓRIA MEDIEVAL GHI005 60 - 60	HISTÓRIA MODERNA I GHI009 60 - 60	HISTÓRIA DA AMÉRICA II GHI014 60 - 60	HISTÓRIA DA AMÉRICA III GHI019 60 - 60	HISTÓRIA DO BRASIL IV GHI023 60 - 60	HISTÓRIA DO BRASIL V GHI028 60 - 60	HISTÓRIA DA ÁFRICA GHI033 60 - 60	
PROJETO INTEGRADO DE PRÁTICAS EDUCATIVAS I GHI003 30 30 60	HISTÓRIA REGIONAL E LOCAL: MÉTODOS E ENSINO GHI006 60 - 60	HISTÓRIA DO BRASIL I GHI010 60 - 60	HISTÓRIA MODERNA II GHI015 60 - 60	HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA GHI020 60 - 60	MÉTODOS TÉCNICAS DE PESQUISA EM HISTÓRIA GHI024 60 30 90	MONOGRAFIA I GHI031 - 60 60	MONOGRAFIA II GHI035 - 60 60	MONOGRAFIA III GHI037 - 60 60
ANTROPOLOGIA CULTURAL GFP060 60 - 60	PROJETO INTEGRADO DE PRÁTICAS EDUCATIVAS II GHI007 30 30 60	HISTÓRIA DA AMÉRICA I GHI011 60 - 60	HISTORIOGRAFIA GHI016 60 - 60	ESTÁGIO SUPERVISIONADO I GHI021 60 30 90	ESTÁGIO SUPERVISIONADO II GHI026 40 50 90	ESTÁGIO SUPERVISIONADO III GHI030 - 60 60	ESTÁGIO SUPERVISIONADO IV GHI034 - 60 60	ESTÁGIO SUPERVISIONADO V GHI036 - 100 100
POLÍTICA E GESTÃO DA EDUCAÇÃO GFP041 60 - 60	INTRODUÇÃO À FILOSOFIA GF1171 60 - 60	PROJETO INTEGRADO DE PRÁTICAS EDUCATIVAS III GHI012 30 30 60	DIDÁTICA GERAL GFP031 60 - 60	PSICOLOGIA DA EDUCAÇÃO GFP050 60 - 60	METODOLOGIA DO ENSINO DE HISTÓRIA I GHI025 30 30 60	METODOLOGIA DO ENSINO DE HISTÓRIA II GHI029 30 30 60	<p>Pré-Requisito: Para cursar os Estágios Supervisionados é necessário ter cursado, com aproveitamento, o Seminário de Práticas Educativas.</p>	
<p>O(A) aluno(a) deverá cursar 300 horas de disciplinas optativas e 200 horas de Atividades Complementares.</p> <p>CARGA HORÁRIA TOTAL DO CURSO: 3190 HORAS</p>			SEMINÁRIO DE PRÁTICAS EDUCATIVAS GHI017 - 40 40	<p>Pré-Requisito: Ter cursado, com aproveitamento, os Projetos Integrados de Práticas Educativas I, II e III.</p>				

Fonte: Site do Instituto de História, 2018. Disponível em: http://www.inhis.ufu.br/sites/inhis.ufu.br/files/Anexos/Bookpage/GRADE%20CURRICULAR%20DOS%20CURSOS%20DE%20HIST%C3%93RIA%20-%20BACHARELADO%20E%20LICENCIATURA_0.pdf. Acesso em: 26 jun. 2018.

De acordo com o *Quadro 16*, acima, podemos verificar que o currículo que pretende resolver de uma vez por todas a questão dicotômica entre ensino e pesquisa propondo uma integração entre os mesmos distribui seus componentes curriculares em nove semestres. Com isto, o aluno pode concluir o curso num prazo mínimo de três anos e máximo de seis. O curso continua sendo ofertando em dois turnos – diurno e noturno, com processos seletivos independentes no primeiro semestre de cada ano.

Como ainda podemos verificar no *Quadro 16*, houve a criação da disciplina obrigatória *Introdução à História da África* que, além de seguir o preconizado pela legislação atual “responde a uma demanda da sociedade, do corpo discente e de professores, que compreendem a necessidade da discussão e produção de conhecimentos sobre as histórias, as culturas e as sociedades africanas e afro-brasileiras.”¹⁶⁴

O Projeto Pedagógico do Curso de 2005 também instituiu o Projeto Integrado de Práticas Educativas (PIPE) na primeira metade do curso. O mesmo pretende ir ao encontro da

necessidade de se iniciar a dimensão pedagógica das práticas educativas desde o primeiro período. Este projeto abre a possibilidade de integração entre os núcleos de conteúdo específico e de formação pedagógica, especialmente com o Estágio Supervisionado, que será desenvolvido na segunda metade do curso.¹⁶⁵

Esta disciplina, segundo Garcia (2008), ao ser ministrada nos três primeiros períodos do curso (PIPE I, II e III), permitiria ao discente o contato com diversas fontes, seu tratamento, o funcionamento de arquivos e museus; além de promover o primeiro contato com a pesquisa e, simultaneamente, com as escolas. Isso contribuiria para a articulação ensino-pesquisa preparando o graduando para o estágio supervisionado.

Este, por sua vez, seria desenvolvido a partir do 5º período em cinco módulos. Proporcionaria ao discente contato com a sala de aula por um tempo maior que o do currículo anterior, o que permitiria o exercício da prática na realidade, como lidar com ela e as possibilidades de melhorá-la.

Enquanto no currículo de Licenciatura de 1991 (*Versão 4692*) havia a distinção entre disciplinas específicas da Licenciatura e do Bacharelado, isso não ocorre no currículo de 2006. As disciplinas do primeiro grupo eram Psicologia da Educação, Estrutura e Funcionamento do Ensino 1º e 2º graus (Política e gestão da Educação, no atual currículo),

¹⁶⁴ UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA. Instituto de História. *Projeto Pedagógico de Graduação em História da Universidade Federal de Uberlândia*. Uberlândia, 2005, p. 12.

¹⁶⁵ *Ibidem*, 2005, p. 12.

Didática Geral, Prática de Ensino I e II, e Oficinas de Práticas Pedagógicas I e II. As disciplinas específicas do Bacharelado eram Estudos Alternativos em História Contemporânea e Estudos Alternativos em História do Brasil, que tinham ementas abertas possibilitando o aprofundamento de conteúdo em áreas específicas do conhecimento histórico.

No atual currículo as disciplinas de Estudos Alternativos foram extintas e as disciplinas de Prática de Ensino I e II, e Oficina de Prática Pedagógica I e II foram substituídas pelo Estágio Curricular Supervisionado I, II, III, IV e V. Estas apresentam ementas equivalentes buscando promover a relação entre prática e teoria.

As disciplinas de Tópicos Especiais, que eram de caráter obrigatório no Currículo de 1991, no atual são oferecidas apenas como optativas e buscam aprofundar temas relevantes em História. Seguindo as recomendações do Conselho Nacional de Educação (CNE), também se estabeleceu um Núcleo de Atividades Complementares que estimularia a participação, por parte do discente, em atividades extraclasse “de produção, divulgação e socialização de conhecimentos na área de História, além de atividades artísticas e culturais, o que enriquece sua formação intelectual.”¹⁶⁶

De acordo com o PPC de 2005, a estrutura curricular proposta é constituída por três núcleos de formação, com os correspondentes componentes curriculares: o Núcleo de Formação Específica é composto de vinte e três disciplinas obrigatórias, três disciplinas referentes à monografia (também obrigatórias) e cinco optativas, totalizando 1890 h. O Núcleo de Formação Pedagógica é formado por quatro disciplinas, sete disciplinas de práticas específicas e cinco disciplinas de estágio supervisionado, completando 1040 h. O Núcleo de Formação Acadêmico-Científico-Cultural é formado por 200 h de atividades complementares obrigatórias. A divisão das disciplinas, bem como sua carga horária, pode ser verificada no *Quadro 17* (p. 88) e no *Quadro 18* (p. 89), que apresentam os componentes curriculares. Os mesmos foram copiados do PPC de 2005.

¹⁶⁶ UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA. Instituto de História. *Projeto Pedagógico de Graduação em História da Universidade Federal de Uberlândia*. Uberlândia, 2005, p. 12.

Quadro 17 - Disciplinas Núcleo de Formação Específica Curso de Graduação em História: Licenciatura e Bacharelado

NÚCLEO DE FORMAÇÃO ESPECÍFICA	
COMPONENTES CURRICULARES OBRIGATORIOS	CARGA HORÁRIA
DISCIPLINAS	
Antropologia Cultural	60
Estudos Históricos I	60
Estudos Históricos II	60
História Antiga do Mundo Grego	60
História Antiga do Mundo Romano	60
História Contemporânea I	60
História Contemporânea II	60
História da América I	60
História da América II	60
História da América III	60
História do Brasil I	60
História do Brasil II	60
História do Brasil III	60
História do Brasil IV	60
História do Brasil V	60
História Medieval	60
História Moderna I	60
História Moderna II	60
Historiografia	60
Historiografia Brasileira	60
Introdução à Filosofia	60
Introdução à História da África	60
Métodos e Técnicas de Pesquisa em História	90
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO	
Monografia I	60
Monografia II	60
Monografia III	60
DISCIPLINAS OPTATIVAS *	
Optativa I	60
Optativa II	60
Optativa III	60
Optativa IV	60
Optativa V	60
TOTAL	1.890

Fonte: UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA. Instituto de História. *Projeto Pedagógico de Graduação em História da Universidade Federal de Uberlândia*. Uberlândia, 2005, p. 20-21.

**Quadro 18 - Disciplinas Núcleo de Formação Pedagógica e Atividades Complementares
Curso de Graduação em História: Licenciatura e Bacharelado**

NUCLEO DE FORMAÇÃO PEDAGÓGICA	
COMPONENTES CURRICULARES OBRIGATORIOS	CARGA HORÁRIA
DISCIPLINAS	
Didática	60
Política e Gestão da Educação	60
Psicologia da Educação	60
História, Tecnologias e Educação	60
PRÁTICAS ESPECÍFICAS	
História Regional e Local: Metodologias e Ensino	60
Metodologia do Ensino I	60
Metodologia do Ensino II	60
Projeto Integrado de Práticas Educativas I	60
Projeto Integrado de Práticas Educativas II	60
Projeto Integrado de Práticas Educativas III	60
Seminário de Práticas Educativas	40
ESTÁGIO SUPERVISIONADO	
Estágio I	90
Estágio II	90
Estágio III	60
Estágio IV	60
Estágio V	100
TOTAL	1.040
NUCLEO DE FORMAÇÃO ACADÊMICO-CIENTÍFICO-CULTURAL	
Componentes Curriculares Obrigatórios	CARGA HORÁRIA
Atividades Complementares	200
TOTAL	200

Fonte: UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA. Instituto de História. *Projeto Pedagógico de Graduação em História da Universidade Federal de Uberlândia*. Uberlândia, 2005, p. 21-22.

No ano de 2010, cinco anos após a implantação do atual currículo, uma Comissão de Avaliação do Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em História, composta por cinco docentes e um discente se reuniram com os alunos dos dois turnos e com os professores do INHIS para verificar como fora recebido e desenvolvido o currículo. Como ainda não há uma monografia que tenha se ocupado detidamente do mesmo, apresento algumas questões que foram levantadas pelo referido relatório, a seguir.

Os discentes levantaram as seguintes questões com relação ao Núcleo Pedagógico: com relação às atividades de estágio, as aulas teóricas e as atividades práticas estavam se tornando extremamente repetitivas. A divisão linear e progressiva que direciona Estágio I e II para o Ensino Fundamental, enquanto Estágio III e IV são considerados atividades apropriadas para o Ensino Médio e o Estágio V não tem uma personalidade claramente definida, despendia-se um número excessivo de horas sem contemplar, no entanto, “situações mais contemporâneas, como as políticas de inclusão social na escola, ou a atuação em escolas penitenciárias, a EJA, a Educação do Campo, a Educação Quilombola,

a Educação Indígena.”¹⁶⁷ O Seminário de Práticas Educativas, a cada semestre, era realizado de maneira diferente, já que não se tinha clareza sobre seus objetivos. Também havia “proximidade no modo de condução das disciplinas Projeto Integrado de Práticas Educativas I, II e III com as disciplinas de História Local e Regional, as Metodologias de Ensino I e II e os Estágios Supervisionados I, II, III, IV e V.”¹⁶⁸

Com relação ao Núcleo de Formação Específica, os discentes levantaram os seguintes questionamentos: não existiam disciplinas que contemplassem o Oriente Antigo, a História da China, o Oriente Médio e a História da África. Com relação à última disciplina, creio ter havido um equívoco, já que o currículo já oferecia a disciplina Introdução à História da África como obrigatória.

Criticaram, também, “o caráter verticalizado do currículo, assim como a não possibilidade de contato com determinadas discussões e bibliografias que fundamentem o trabalho em sala de aula para o futuro professor.”¹⁶⁹ As disciplinas optativas possuíam ementas restritas que não possibilitavam um maior leque de opções. Muitas disciplinas cursadas em outras unidades acadêmicas, e que despertavam maior interesse entre os discentes, não podiam ser elencadas como optativas dentro do currículo.

Entre o corpo docente, as principais reflexões concentraram-se na necessidade de encadear os programas das disciplinas “de modo que alguns conteúdos que foram retirados neste novo currículo possam retornar.”¹⁷⁰ Também defendiam a necessidade de valorizar os arquivos, os museus e o patrimônio histórico como lugares de memória. “Pensar uma formação mais abrangente com possibilidades de disciplinas que possam enriquecer o currículo como museologia, arquivologia, paleontologia, patrimônio histórico e cultural, entre outras.”¹⁷¹ Além de revisar as ementas do conjunto de disciplinas onde se verificava uma série de problemas, como por exemplo PIPE III. Esta propunha a confecção de material didático, assim como nos Estágios.

Outra questão levantada pelos professores era a carga horária destinada ao Núcleo de Formação Pedagógica, que deveria ser repensada já que se constatou que os alunos

¹⁶⁷ UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA. Instituto de História. *Relatório da Comissão de Avaliação do Projeto Pedagógico dos Cursos de História*. Uberlândia. 2011, p. 9.

¹⁶⁸ Ibidem, 2011, p. 9.

¹⁶⁹ Ibidem, 2011, p. 9.

¹⁷⁰ Ibidem, 2011, p. 10-11.

¹⁷¹ Ibidem, 2011, p. 10-11.

chegavam “ao final do curso com defasagens profundas de formação no que diz respeito às concepções teórico-metodológicas e conceituais da História.”¹⁷²

Também era necessário renovar o quadro de disciplinas optativas e incluir componentes curriculares que enriquecessem de forma efetiva a formação do graduando: História Política, História Econômica, História da Arte e Filosofia. Além de repensar o conteúdo de Introdução à História da África e incluir a História dos Povos Indígenas no currículo.

Foi levantada a questão da “defasagem com que os alunos chegam na disciplina de MTPH, o que pode estar refletindo os problemas do currículo quando os alunos apresentam claramente a ausência de leituras e discussão mais teórica.”¹⁷³ Logo, parecia à comissão ser necessário rever todo o currículo, assim como a forma de classificação e contabilização das atividades complementares.

Além do diagnóstico, o grupo de avaliadores se viu obrigado a oferecer sugestões para a melhoria curricular, baseando-se na “Resolução nº 55/2010 do Conselho de Graduação da Universidade Federal de Uberlândia que aprova a inclusão da disciplina Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) nos cursos de Licenciatura da Universidade Federal de Uberlândia.”¹⁷⁴ Foi a primeira alteração curricular por que passou essa conformação curricular. A disciplina LIBRAS se tornou obrigatória para os graduandos do Curso de História.

Infelizmente os avaliadores constataram que a integração Bacharelado/Licenciatura não ocorrera, ao concluírem que o currículo não foi suficiente para romper com a dicotomia ensino/pesquisa, uma vez que “há uma contínua e persistente recusa, por parte de alguns profissionais, em ministrar e atuar nas disciplinas de Núcleo Pedagógico, considerado de menor importância frente às disciplinas do Núcleo de Conhecimento Específico.”¹⁷⁵

¹⁷² UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA. Instituto de História. *Relatório da Comissão de Avaliação do Projeto Pedagógico dos Cursos de História*. Uberlândia, 2011, p. 10-11.

¹⁷³ *Ibidem*, 2011, p. 10-11.

¹⁷⁴ *Ibidem*, 2011, p. 11.

¹⁷⁵ *Ibidem*, 2011, p. 12.

3 O LUGAR DA MONOGRAFIA NOS CURSOS DE GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

“Existe um gênero mais propício do que outros para descompartimentar saberes?”
Néstor García Canclini, 2016¹⁷⁶

Após analisarmos as cinco conformações curriculares por que passou o Curso de História, chegou o momento de tratarmos da principal fonte e objeto de análise deste trabalho de conclusão de curso – as monografias.

Neste capítulo, pretendo discorrer sobre a questão da monografia nos cursos de graduação em geral. Em seguida apresento o corpus documental sobre o qual me debrucei durante a pesquisa e o desenvolvimento dos três projetos PROGRAD que coordenei entre os anos de 2013 e 2018. Então, exponho o estudo dos primeiros exercícios de pesquisa historiográfica que se encontram no CDHIS – as 38 monografias produzidas entre os anos 1987 e 1995, no âmbito do Curso de Licenciatura em História. Por último, analiso a utilização da monografia como coroamento de um processo formativo e como rito de passagem para a formação do pesquisador em História nos cursos de Bacharelado em História, e Bacharelado e Licenciatura em História, a partir de 1991.

3.1 A Monografia: um gênero acadêmico e uma estratégia de formação

Síntese de leituras, observações, reflexões e críticas, desenvolvida de forma metódica e sistemática por um pesquisador que relata a um ou mais destinatários um determinado escrito que seja o resultado de suas investigações, as quais, por sua vez, têm origem em suas inquietações acadêmicas.¹⁷⁷

Geraldo Inácio Filho, 2003

A monografia é um trabalho acadêmico empregado por diversos cursos de graduação do Brasil como forma de avaliar o aprendizado de seus discentes. Logo, é um instrumento de ensino/aprendizagem e uma forma de avaliação final do aprendizado, quando se espera que, ao concluir a graduação, o discente seja capaz de mobilizar os conhecimentos que adquiriu durante a jornada acadêmica, para formular e responder, de forma autônoma, utilizando os métodos de seu campo, recorrendo a elementos discursivos,

¹⁷⁶ CANCLINI, Néstor García. *O mundo inteiro como lugar estranho*. São Paulo: Edusp, 2016. p.18.

¹⁷⁷ INÁCIO FILHO, 2003, p. 87.

a fim de redigir e apresentar um texto que será apreciado por seu orientador e por uma banca de defesa.

Portanto, a monografia é um texto. E como tal, a argumentação “é o tipo dominante desse gênero discursivo”¹⁷⁸, que é o “mais constantemente solicitado nas universidades”.¹⁷⁹ Além de ser o ápice do processo de formação inicial, torna-se frequentemente o terror dos graduandos, por ser uma atividade solitária e o primeiro exercício de pesquisa sistematizada (para muitos discentes) com objetivos a serem alcançados e metodologia própria. Como Eco (2016) diz:

Pode aproveitar-se a ocasião da tese [monografia] (mesmo se o resto do curso universitário foi decepcionante ou frustrante) para recuperar o sentido positivo e progressivo do estudo, não entendido como recolha de noções, mas como elaboração crítica de uma experiência, como aquisição de uma competência (boa para a vida futura) para identificar os problemas, encará-los com método e expô-los segundo certas técnicas de comunicação.¹⁸⁰

A monografia é um texto que resulta de um processo de pesquisa que deve obedecer a uma estrutura contingenciada por uma normalização que se atualiza constantemente, além de ser inteligível para a comunidade acadêmica.

Nos cursos de graduação em História, em geral, a monografia apresenta um tema delimitado, um problema a ser investigado, em que o discente-pesquisador se vê diante de “novas fontes, ao reformular hipóteses, ao se confrontar com as inevitáveis dificuldades, ao produzir novos vislumbres de caminhos possíveis, ou ao amadurecer no decorrer do próprio processo de pesquisa.”¹⁸¹

Nesta monografia, tal gênero é considerado ainda como fonte a ser analisada à luz de suas especificidades – como exercício para a formação do futuro pesquisador-professor de História, além de atividade avaliativa para o recebimento do diploma de graduado, e documento importante para se entender como a pesquisa historiográfica vem sendo realizada ao longo dos anos. E como avaliação, trata-se de algo processual, que vai se desenvolvendo desde a escolha do tema e construção do projeto de pesquisa, ao longo das

¹⁷⁸ ELICHIRIGOITY, Maria Teresinha py. *Argumentação na monografia: uma questão de polifonia*. 2007. 270 f. Tese (Doutorado em Teorias do Texto e do Discurso) Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007, p. 16.

¹⁷⁹ Ibidem, 2007, p. 16.

¹⁸⁰ ECO, Umberto. *Como se faz uma tese*. São Paulo: Perspectiva, 2016, p. XXI.

¹⁸¹ BARROS, José D’Assunção. *O projeto de pesquisa em História: da escolha do tema ao quadro teórico*. Petrópolis: Vozes, 2005, p. 10.

orientações, encontros entre orientando e orientador, durante a pesquisa e a escrita dos seus resultados.

Ainda, de acordo com Eco (2016), a monografia é um objeto físico, cuja estrutura e formatação obedecem a uma normatização própria, prescrita pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), no caso brasileiro, com determinada quantidade de páginas digitadas, que “se supõe ter qualquer relação com a disciplina da licenciatura [curso] e que não mergulhe o orientador num estado de dolorosa estupefação.”¹⁸²

Considerando estas características gerais do gênero analisado, passemos à questão da monografia no Curso de Graduação em História da Universidade Federal de Uberlândia.

3.2 A Monografia no Curso de Graduação em História da UFU

O corpus documental de monografias considerado neste trabalho faz parte do acervo de Trabalhos Acadêmicos do CDHIS. É constituído por 846 trabalhos de conclusão de curso produzidos/defendidos¹⁸³ entre 1987 e 2017.

O *Gráfico 4* (p. 96) apresenta a relação entre o número de monografias produzidas/defendidas entre 1987 e 2017, que estão arquivadas no CDHIS, e o número de graduados em História pela UFU, no mesmo período. Para facilitar a confecção do gráfico e a catalogação das monografias¹⁸⁴ acatou-se como ano de defesa o ano presente na capa de cada monografia, sem se considerar o semestre letivo em que a mesma fora realizada. Estes trabalhos podem ser acessados, na íntegra, em sua versão PDF/A¹⁸⁵, no site do Repositório Institucional¹⁸⁶ da UFU, pela comunidade interna e externa à universidade.

Destes 846 trabalhos, 467 monografias (55% do total) só existiam no suporte de papel, tendo sido digitalizadas e tratadas com reconhecimento de caracteres, salvas em PDF/A para sua posterior submissão ao repositório, junto com as demais. O *Gráfico 4* também mostra que 1160 historiadores/professores de História se formaram pelo curso da

¹⁸² ECO, 2016, p. XXI.

¹⁸³ Digo “produzidos/defendidos” porque durante a vigência das Versões 4646 e 4648 do Currículo de Licenciatura em História - Noturno, as monografias não eram defendidas mediante uma banca, mas entregues ao professor orientador. Este ainda orientava uma média de 12 alunos por disciplina.

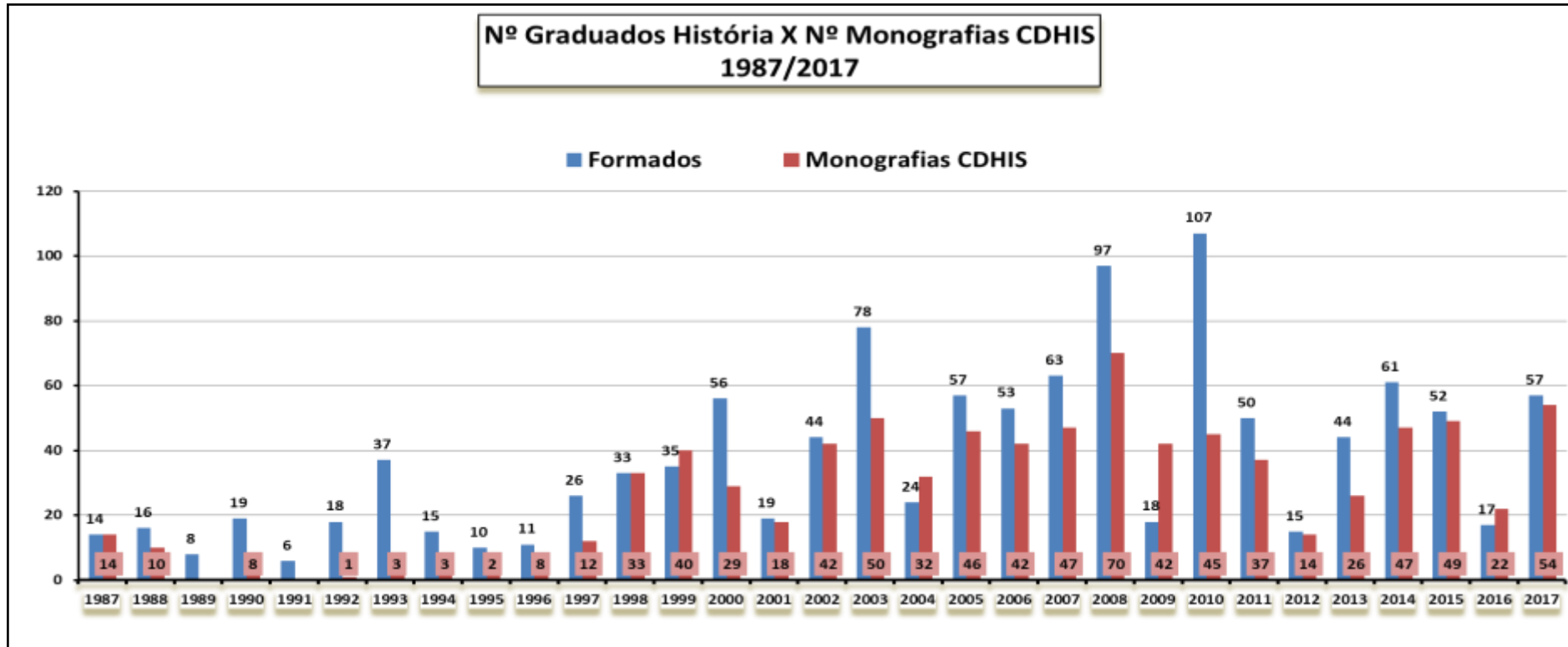
¹⁸⁴ A catalogação de monografias foi realizada pelos pesquisadores dos projetos supracitados.

¹⁸⁵ “O PDF/A é um derivado da especificação da indústria, o PDF, com restrições e algumas pequenas adições que tornam um PDF confiável e adequado para armazenamento e leitura por longos períodos de tempo.” In: SISBL. *Apresentação PDF/A*. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/static/sobre/tutoriais/sobre_pdfa.pdf>. Acesso em: 12 jun. 2018.

¹⁸⁶ Cf. o link da Coleção TCC – História: <<https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/17909>>. Acesso em 18 mai. 2018.

UFU, no período considerado. Logo, o corpus documental que escolhi para analisar representa 73% desse universo de aprendizes de historiador que passaram pelo curso. Ou seja, não pudemos acessar o que 314 discentes do curso de História pesquisaram nestes 30 anos, o que representa 27% do total.

Gráfico 4 - Número Monografias Produzidas/Defendidas (CDHIS) X Número de Graduados em História pela UFU (1987-2017)



Fonte: Adaptado de Catalogação realizada pelos projetos PROGRAD *Historiografia e pesquisa discente: as monografias dos graduandos em História da UFU. (2016/2017)* e *(Per)curso da graduação em História: entre a iniciação científica e a conclusão de curso. (2017/2018)*.

De acordo com os dados apresentados no *Gráfico 4, acima*, pode-se verificar que não há, no CDHIS, monografias referentes aos anos 1989 e 1991. Isso pode ser explicado porque, oficialmente, a monografia passa a ser um componente curricular nos cursos de graduação em História da UFU, a partir da implantação do Curso de Bacharelado, em 1991:

o trabalho final de conclusão dos cursos de Bacharelado e Licenciatura em História será realizado pelo aluno, sob forma de monografia, nas disciplinas Métodos e Técnicas de Pesquisa em História, Monografia I e Monografia II e Seminário de Pesquisa.¹⁸⁷

Os locais de guarda desses trabalhos, previstos pelas *Normas Gerais para a Elaboração de Monografia dos Cursos de Bacharelado e Licenciatura em História* (1991), ainda estavam em processo de organização. Embora o LEAH tivesse sido criado em 1982 e o CDHIS tivesse surgido como um núcleo de pesquisa do Departamento de Ciências Sociais, em 1985, muito do que se produziu no período anterior pode ter se perdido, pois ainda não havia uma política de arquivamento dos trabalhos, pelo menos até 1991.

Pelo gráfico acima também é possível verificar momentos em que o número de monografias arquivadas ultrapassa o número de formados, como nos anos 1999, 2004, 2009 e 2016. Isso se deve ao fato de que nem todos os discentes defendiam seus TCCs nos anos ou semestres em que se formavam. Muitas vezes, podiam apresentar o resultado de sua pesquisa e continuar cursando as demais disciplinas do currículo, subvertendo aquele sentido ideal de que a monografia fosse a etapa final de avaliação da trajetória da formação inicial.

Isto nos leva a outras questões relativas ao curso, como o tempo de permanência dos graduandos, as reprovações e a evasão, que podem guardar relação com a obrigatoriedade de se defender uma monografia para conclusão, mas envolvem outras tantas questões que ultrapassam o foco da atual pesquisa.

A *Figura 3* (p. 98), foi construída com fotos de algumas monografias que estão no CDHIS. Ela é representativa das características físicas das monografias arquivadas: a grande maioria foi impressa em papel A4 (210 x 297 mm) e algumas em Ofício (216 x 356 mm). A maior parte foi encadernada em espiral como a de Luciene Ivone de Lima (1998), cuja capa pode ser visualizada na figura. Algumas têm encadernação em brochura, como a

¹⁸⁷ UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA. Centro de Ciências Humanas e Artes. Coordenação do Curso de História. *Normas Gerais para a Elaboração de Monografia dos Cursos de Bacharelado e Licenciatura em História*. Uberlândia, 1991.

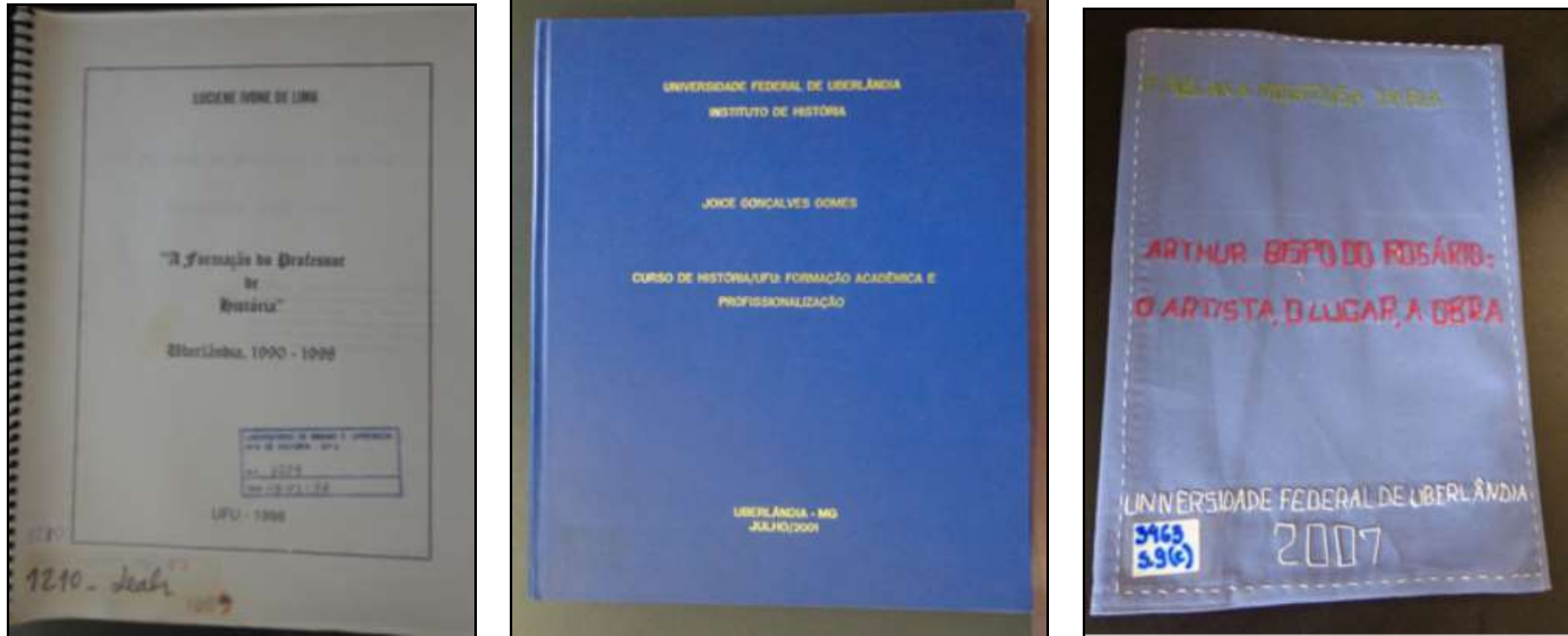
de Joice Gonçalves Gomes (2001). Outras capas são bem criativas, como a da monografia de Fabiana Mortosa Faria (2007), que foi confeccionada em tecido.

As quatorze monografias de 1987, foram encadernadas juntas em uma mesma brochura, em um mesmo processo de catalogação e arquivamento. O mesmo ocorrendo com dez TCCs do ano de 1988. Isso pode ser visualizado na *Figura 4* (p. 99).

Quanto à estrutura dos trabalhos, realizamos uma catalogação de acordo com o *Guia para normalização de publicações técnico-científicas*, de Fuchs, França e Pinheiro (2013). Durante o trabalho percebemos que, das 846 monografias, três delas, produzidas em 1987, foram escritas à mão como a de João Augusto de Freitas, cuja folha de rosto pode ser visualizada na *Figura 5* (p. 100). Junto com as monografias de 1988 há um projeto de pesquisa mimeografado de Wolney Honório Filho, cuja folha nº 1 pode ser verificada na mesma figura.

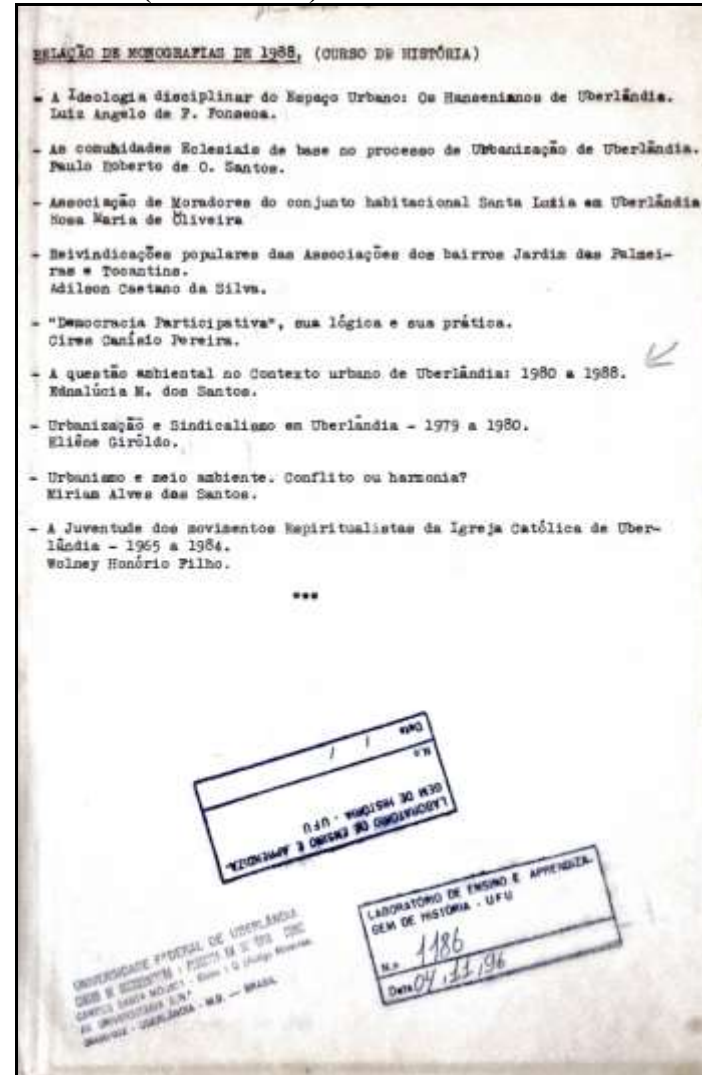
O acervo também contém trinta e dois TCCs datilografados entre os anos 1987 e 1994. Uma representante destes é a monografia de Cláudia Costa Guerra (1992), cuja dedicatória pode ser vista na *Figura 6* (p. 101). Os outros 810 trabalhos acadêmicos foram digitados e o primeiro desse grupo é o de Maues Santana Pinheiro (1993). A imagem da folha nº 6, de sua monografia, também pode ser vista na *Figura 6*.

Figura 3 - Fotos de algumas Monografias sob a guarda do CDHIS



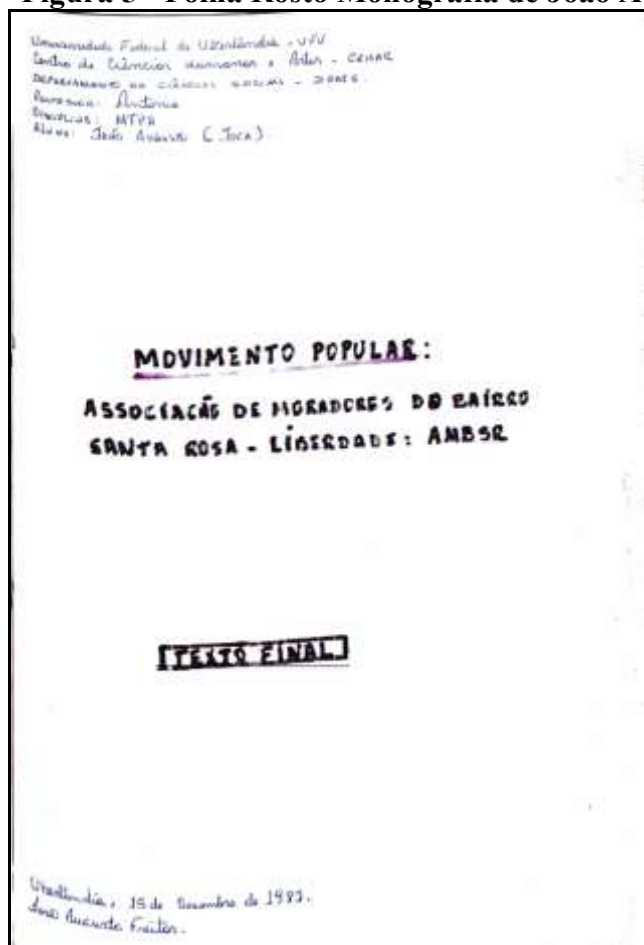
Fonte: CDHIS, 2013.

Figura 4 - Fotos das Listas de Monografias Encadernadas (1987 e 1988)



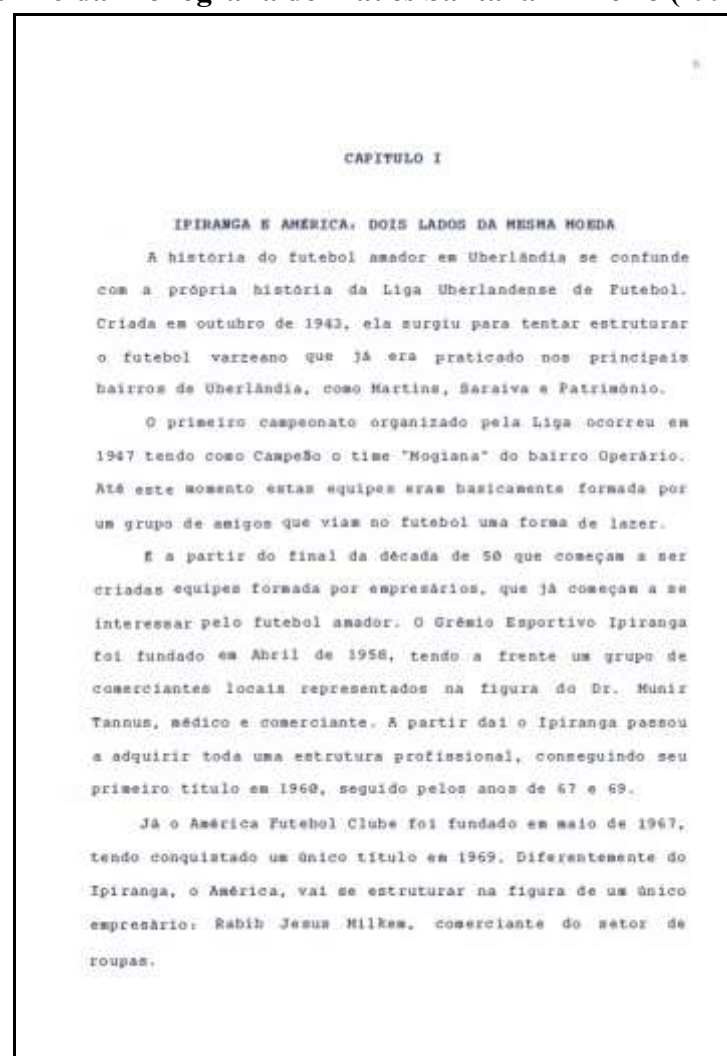
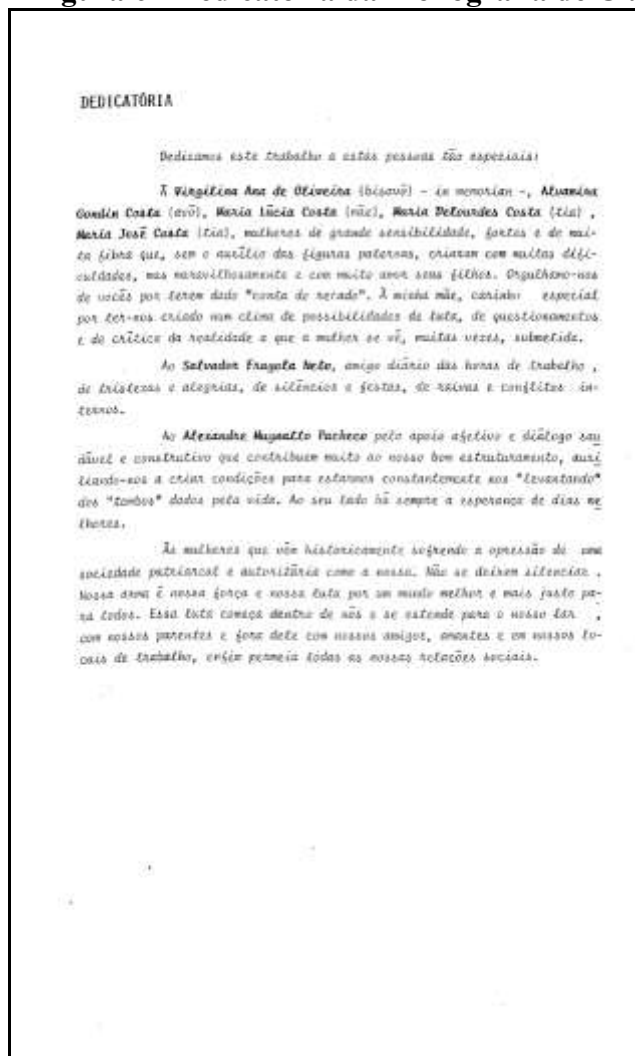
Fonte: CDHIS, 2018.

Figura 5 - Folha Rosto Monografia de João Augusto de Freitas (1987) e Folha nº 1 Projeto de Pesquisa de Wolney Honório Filho (1988)



Fonte: CDHIS, 2018.

Figura 6 - Dedicatória da Monografia de Cláudia Costa Guerra (1992) e Folha nº 6 da Monografia de Maues Santana Pinheiro (1993)



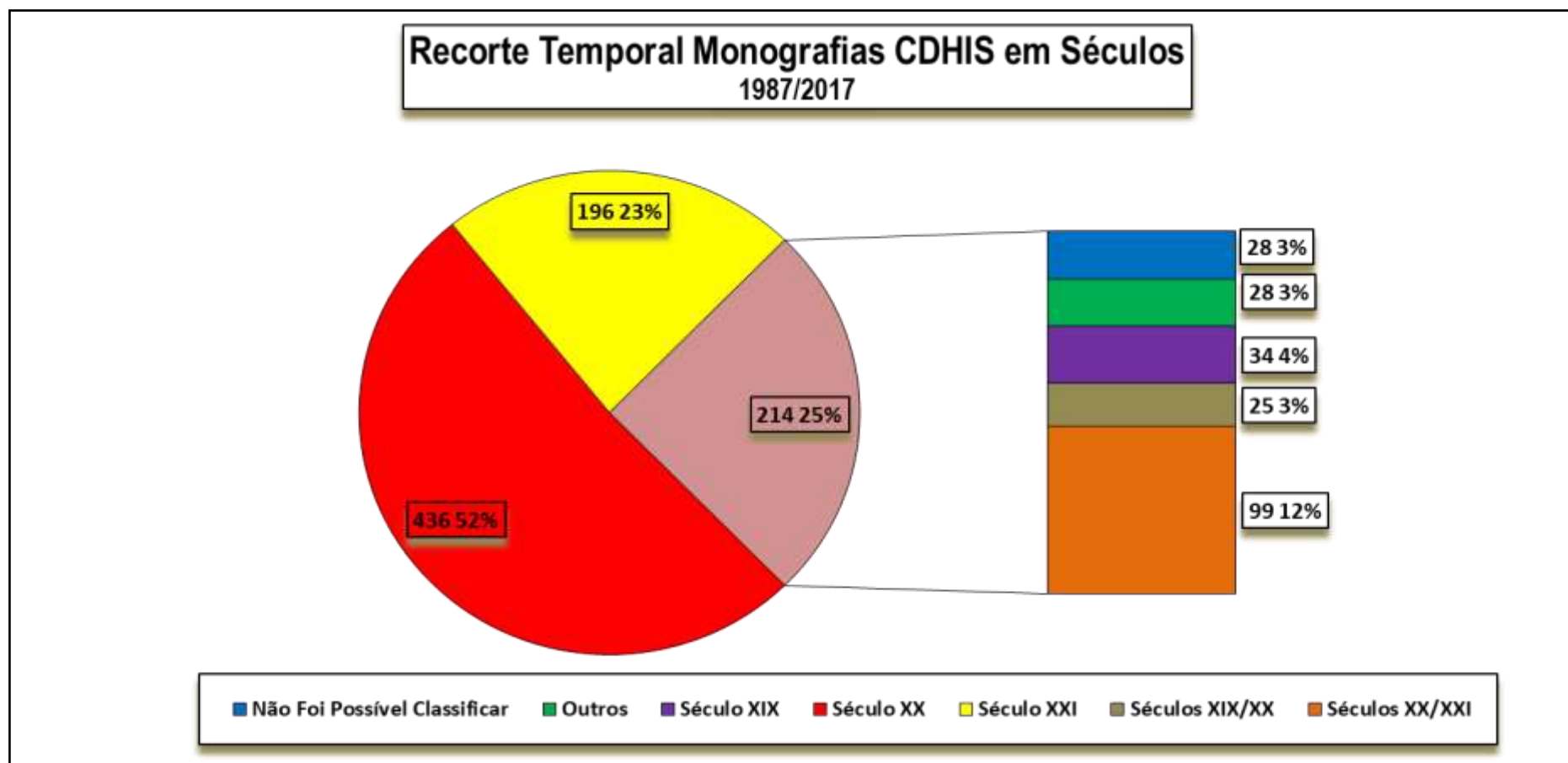
Fonte: CDHIS, 2018.

A atividade de catalogação que empreendemos na execução dos projetos de pesquisa consistia numa primeira leitura “panorâmica” de cada monografia atentando-se para a estrutura da mesma. Num segundo momento, era feita a leitura dos elementos pré e pós-textuais e da introdução do exemplar para o preenchimento de dois formulários eletrônicos com questões que nos permitiram traçar um “perfil” do conjunto dos trabalhos produzidos no curso.

O pesquisador também deveria checar se a monografia continha resumo e palavras-chave. Se não tivesse, deveria produzir um resumo e cinco palavras-chave tendo como referência a obra de Fuchs, França e Pinheiro (2013) sobre a confecção de resumos. Algumas monografias trazem as palavras-chave junto ao resumo, outras, na Ficha Catalográfica. Duas dessas palavras-chave deveriam fazer referência aos recortes espacial e temporal da monografia.

Mediante a coleta da palavra-chave relativa ao recorte temporal o TCC seria classificado entre as seguintes tipologias: História Antiga, História Medieval, História Moderna, História Contemporânea, Século XIX, Século XX, Século XXI e Não foi possível classificar. Ao compilar os dados, percebi que esta classificação se parecia muito com a das áreas do CNPq e não acrescentava muito à pesquisa. Então substituí as “histórias” pelos recortes temporais usuais a que se referiam. De acordo com o recorte temporal encontrado durante a análise de cada monografia, as mesmas foram separadas por séculos. Ou seja, se o recorte temporal de determinada monografia é a década de 1980, ela seria classificada como pertencente ao século XX. O resultado da catalogação, que gerou os recortes temporais pode ser visualizado no *Gráfico 5*, abaixo:

Gráfico 5 - Recorte Temporal



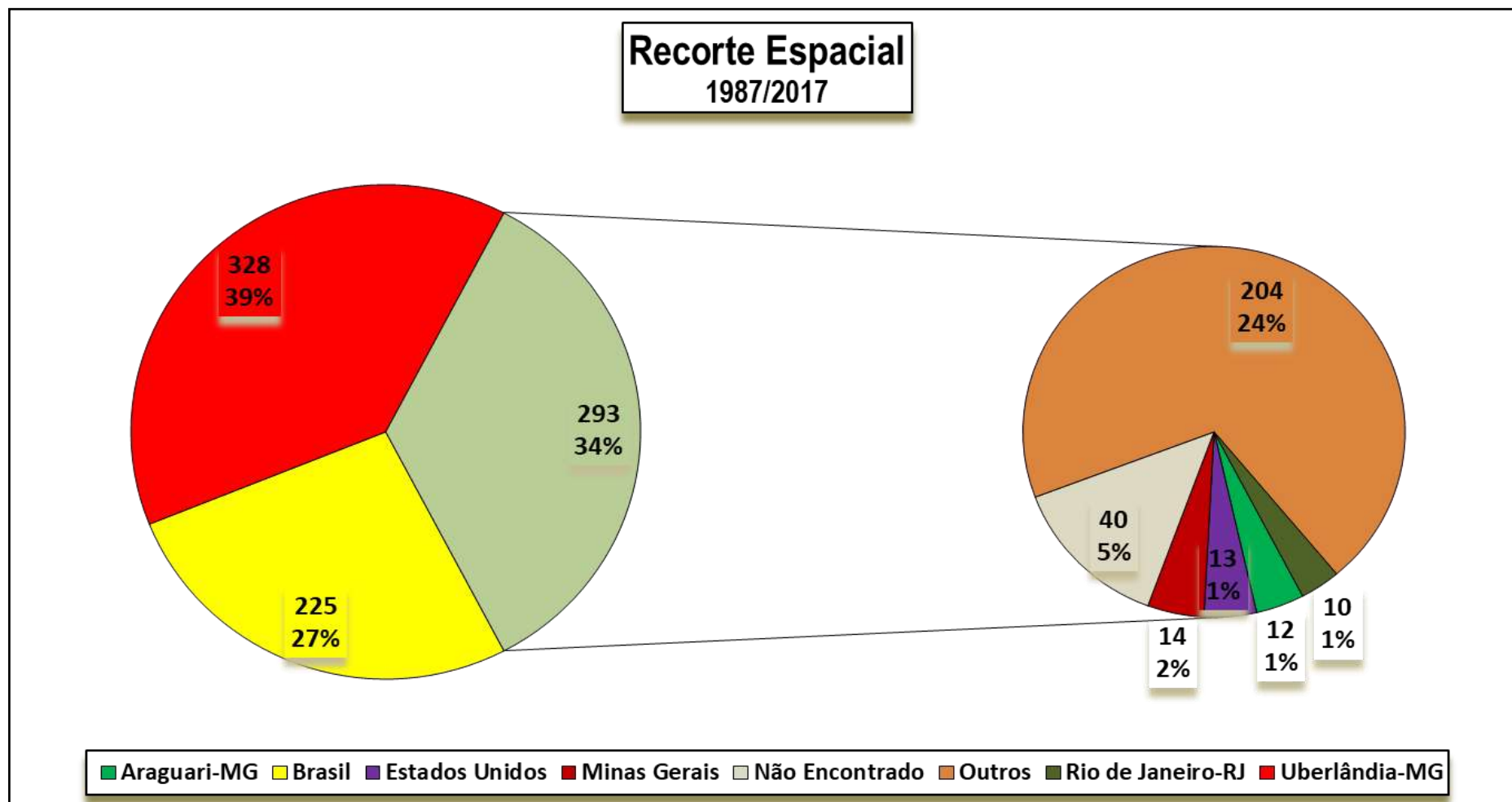
Fonte: Adaptado de Catalogação realizada pelos projetos PROGRAD *Historiografia e pesquisa discente: as monografias dos graduandos em História da UFU. (2016/2017)* e *(Per)curso da graduação em História: entre a iniciação científica e a conclusão de curso. (2017/2018)*.

Como podemos observar, pelo gráfico acima, 52% das pesquisas empreendidas no Curso de História da UFU se preocuparam com o século XX, 23% com o XXI e 12% possuem recortes em envolvem a passagem do século XX para o XXI. Não foi possível classificar vinte e oito monografias, seja porque o recorte temporal não estivesse bem definido ou porque as questões tratadas privilegiavam a longa duração. Alguns recortes foram tão pouco contemplados que foram agrupados em “Outros”. Trinta e quatro TCCs (4%) analisaram o século XIX e 3% das monografias referenciaram os séculos XIX e XX, simultaneamente. Isso demonstra uma preocupação maior com o passado próximo e mesmo o presente, fazendo-nos interpretar de forma literal a máxima de Benedetto Croce de que, no caso da produção monográfica do curso, toda a história é história contemporânea.¹⁸⁸ É acentuada a tendência dos graduandos de privilegiar temáticas contemporâneas em suas pesquisas.

Quanto ao recorte espacial, a tendência é privilegiar objetos mais próximos, como se pode observar no *Gráfico 6*:

¹⁸⁸ Fazemos referência à famosa frase de Croce: “a necessidade prática, que está no fundo de todo juízo histórico, dá a toda história o caráter de ‘história contemporânea’”. CROCE, Benedetto. *História, pensamento e ação*. Tradução de Darcy Damasceno. Rio de Janeiro: Zahar, 1962, p. 14.

Gráfico 6 - Recorte Espacial



Fonte: Adaptado de Catalogação realizada pelos projetos PROGRAD *Historiografia e pesquisa discente: as monografias dos graduandos em História da UFU. (2016/2017)* e *(Per) cursos da graduação em História: entre a iniciação científica e a conclusão de curso. (2017/2018)*.

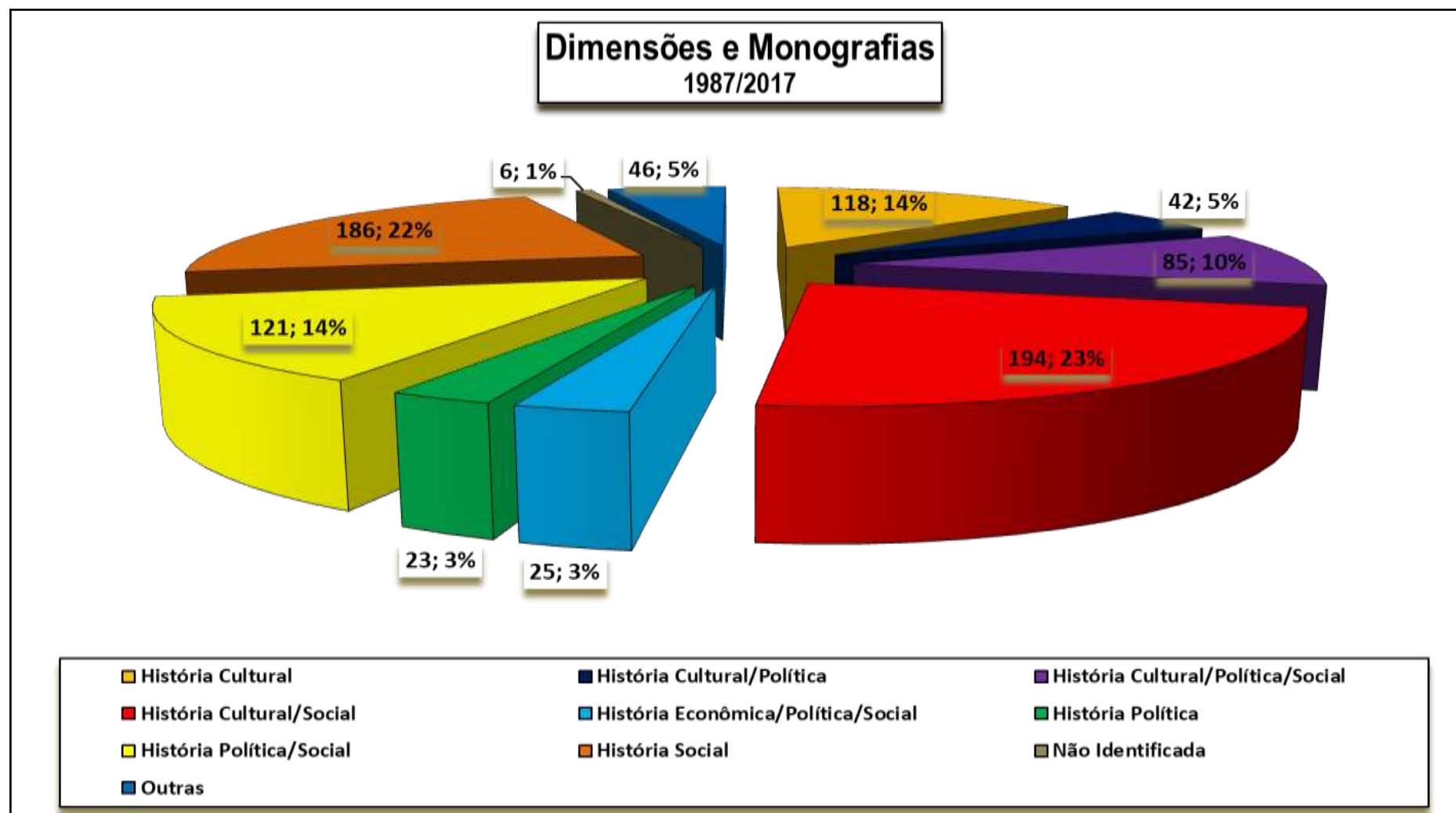
Observa-se pelos dados apresentados no *Gráfico 6* que, nos recortes espaciais escolhidos pelos autores das 846 monografias produzidas/defendidas entre os anos de 1987 e 2017, Uberlândia predomina como recorte espacial (39%), seguida por Brasil (27%). Não foi possível encontrar o recorte espacial de quarenta monografias. Os recortes espaciais agrupados em “Outros”, apesar de juntos representarem 24% das monografias, separadamente não chegam a 1%, cada um. Por isso foram agrupados. Ainda temos Minas Gerais com 2% das monografias e Estados Unidos, Araguari e Rio de Janeiro com 1%, cada um. Isso nos mostra que há um predomínio de pesquisas que tratam de História do Brasil, em especial de Uberlândia.

Também classificamos as monografias considerando as “dimensões” (enfoques) e os “domínios” (áreas de concentração em torno de certas temáticas e objetos possíveis)¹⁸⁹, de acordo com Barros (2004).

Com relação às dimensões, que podem ser visualizadas no *Gráfico 7*, abaixo, as pesquisas realizadas pelos discentes do Curso de História, no período de 1987 a 2017, estão relacionadas ou identificadas mais com a História Cultural e Social (23%). Em seguida temos 22% dos TCCs trabalhando na perspectiva da História Social. Aquelas que são resultado de pesquisas em História Política e Social, simultaneamente, são 14%, empatadas pelas que apresentam trabalhos dentro de História Cultural, apenas. Trabalhando na perspectiva da História Cultural, Política e Cultural, simultaneamente, temos 10% das monografias; 5% dos discentes dialogaram com o campo da História Cultural e Política; 3% com História Econômica, Política e Social; e mais 3% apenas com História Política. Não foi possível identificar as dimensões de seis monografias. Há monografias (25) que foram classificadas em dimensões pouco representativas numericamente, sendo reunidas sob a denominação de *Outras*.

¹⁸⁹ BARROS, José D’Assunção. *O campo da História*. Petrópolis: Vozes, 2004, p. 8.

Gráfico 7 - Dimensões X Monografias CDHIS

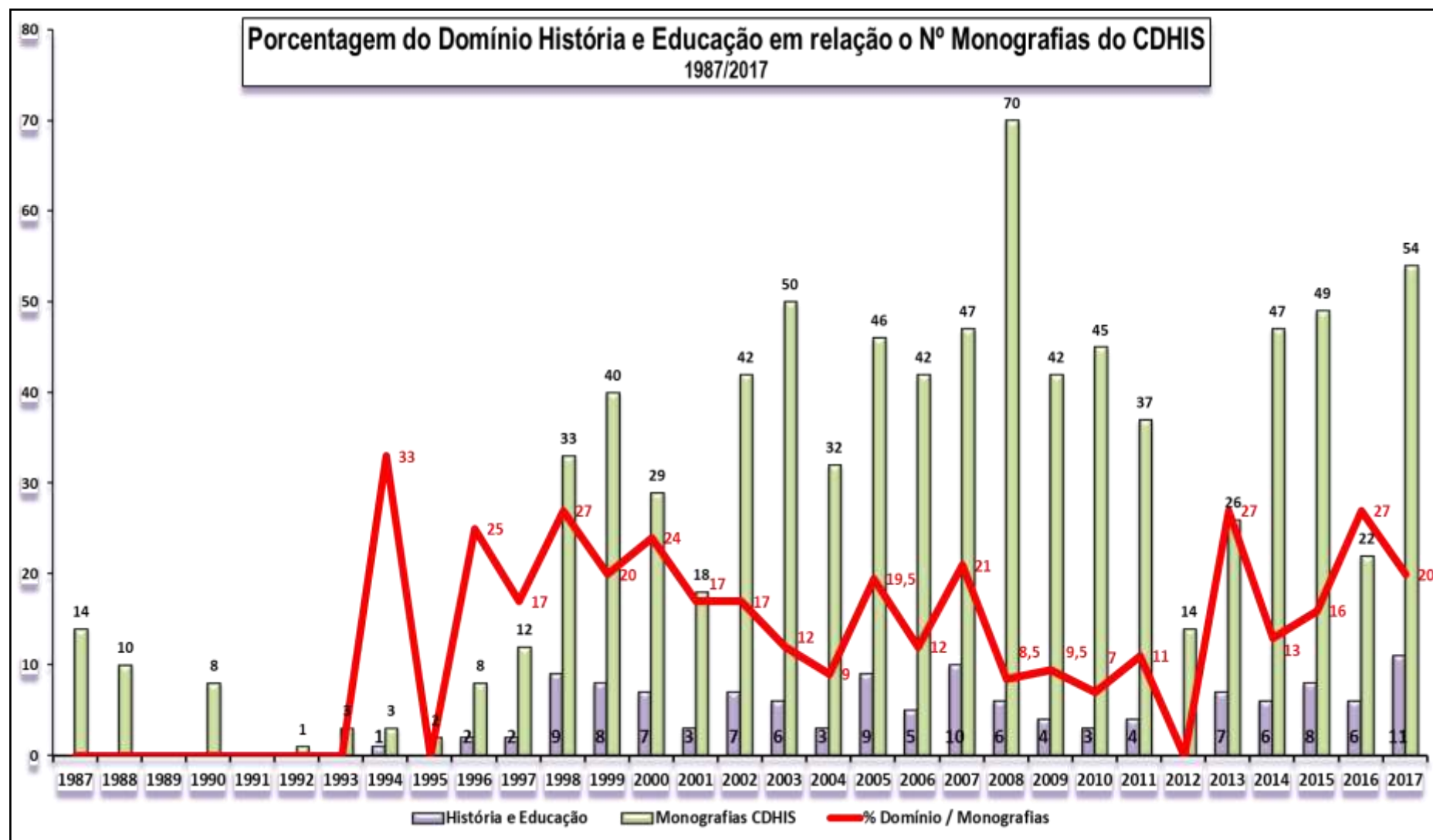


Fonte: Adaptado de Catalogação realizada pelos projetos PROGRAD *Historiografia e pesquisa discente: as monografias dos graduandos em História da UFU. (2016/2017)* e *(Per)curso da graduação em História: entre a iniciação científica e a conclusão de curso. (2017/2018)*.

Quanto à classificação por Domínios, por serem muito numerosos, não os apresentarei todos aqui, mas uma pequena análise do Domínio que chamamos de *História e Educação*. Este inclui pesquisas cuja temática é a educação no seu sentido mais amplo, incluindo a educação não formal, ensino, ensino de História e história das instituições educacionais.

O *Gráfico 8* nos apresenta o domínio *História e Educação* em relação ao número total de monografias do CDHIS, ao longo dos anos. As colunas verde-claro representam o número de monografias por ano. As colunas lilás apresentam o número de monografias cujo domínio é *História e Educação*. Estas correspondem a 15% do total de monografias do CDHIS. Ou seja, as temáticas educacionais em seu sentido mais amplo são caras para 127 discentes.

Gráfico 8 - Domínio História e Educação X Número Total de Monografias do CDHIS



Fonte: Adaptado de Catalogação realizada pelos projetos PROGRAD *Historiografia e pesquisa discente: as monografias dos graduandos em História da UFU. (2016/2017)* e *(Per)curso da graduação em História: entre a iniciação científica e a conclusão de curso. (2017/2018)*.

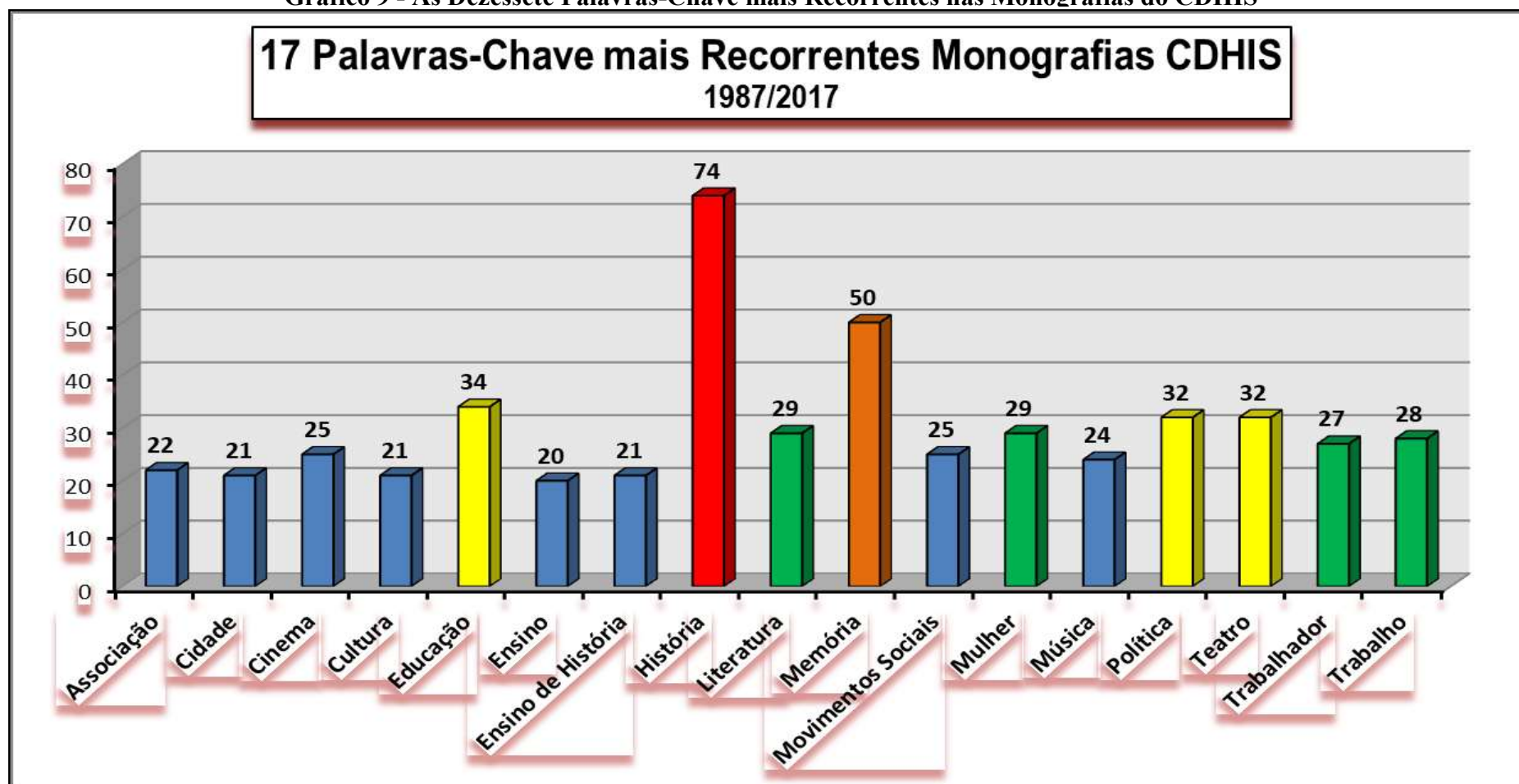
A linha vermelha é a representatividade desse domínio ao longo dos anos, o percentual de trabalhos que desenvolvem a temática em relação ao número total de trabalhos defendidos/arquivados. Como se poderá notar, até 1994 a temática não é desenvolvida nas pesquisas monográficas do curso. Este é o ano de sua aparição e de maior representatividade, pois de três monografias, uma (33%) se propôs a pesquisar sobre *História e Educação*. No ano seguinte, a temática desaparece. Em 1996, ano da aprovação da LDB, a temática ressurgiu com 25% de representatividade e se mantém igual ou superior a 17% até 2002. Em 2003/2004 o percentual cai para 9%. Em 2005, ano da reformulação curricular que originou o atual currículo de graduação em História, temos a monografia de Elisângela Martins Ribeiro, que tratou da memória de criação do Curso de História, juntamente com mais oito TCCs que trabalharam com temáticas ligadas à educação, representando 19,5% das monografias defendidas no ano. De 2008 a 2011, a porcentagem de *História e Educação* não ultrapassou 11%. Em 2012, ano em que o número de defesas totais caiu em razão de uma longa greve, foi inexistente. Em 2013, sobe para 27% (patamar mais alto nos últimos anos) e vem mantendo-se igual ou superior a 13% até 2017.

Retomando a catalogação das palavras-chave, estas foram retiradas das monografias que as traziam, ou foram criadas três palavras-chave que delimitassem o assunto de cada TCC. Das 846 monografias, foram retiradas 2538 ocorrências, que representam, aproximadamente, 1081 palavras-chave distintas. O *Gráfico 9* (p. 113) nos apresenta as dezessete palavras-chave mais recorrentes. Juntas, elas contêm 514 ocorrências.

Em ordem decrescente, como poderíamos esperar, *História* é a palavra-chave mais utilizada para identificar os trabalhos, presente em setenta e quatro monografias. Em seguida vem *Memória* (cinquenta aparições). A palavra *Educação*, no seu sentido lato, é a terceira mais evocada, referida em trinta e quatro monografias. *Política* e *Teatro* têm trinta e duas ocorrências, cada uma. No quinto lugar estão *Literatura* e *Mulher* (29). *Trabalho* (28) e *Trabalhador* (27), que poderiam até ser agrupadas em um mesmo assunto, juntas, contêm cinquenta e cinco ocorrências; mais do que *Memória*, sendo esta a segunda mais recorrente. Em seguida temos *Cinema* e *Movimentos Sociais*, com vinte e cinco monografias lhe fazendo referência, cada uma. Em nono lugar, temos *Música*, com vinte e quatro ocorrências. Em décimo, a palavra *Associação* (22). *Cidade*, *Cultura* e *Ensino de História*, são assuntos de vinte e uma monografias, cada uma. Por último, temos a palavra

Ensino, mais abrangente, com vinte ocorrências. As outras 1064 palavras-chave não chegaram a vinte ocorrências, cada uma. Por isso não estão presentes neste gráfico.

Gráfico 9 - As Dezesete Palavras-Chave mais Recorrentes nas Monografias do CDHIS

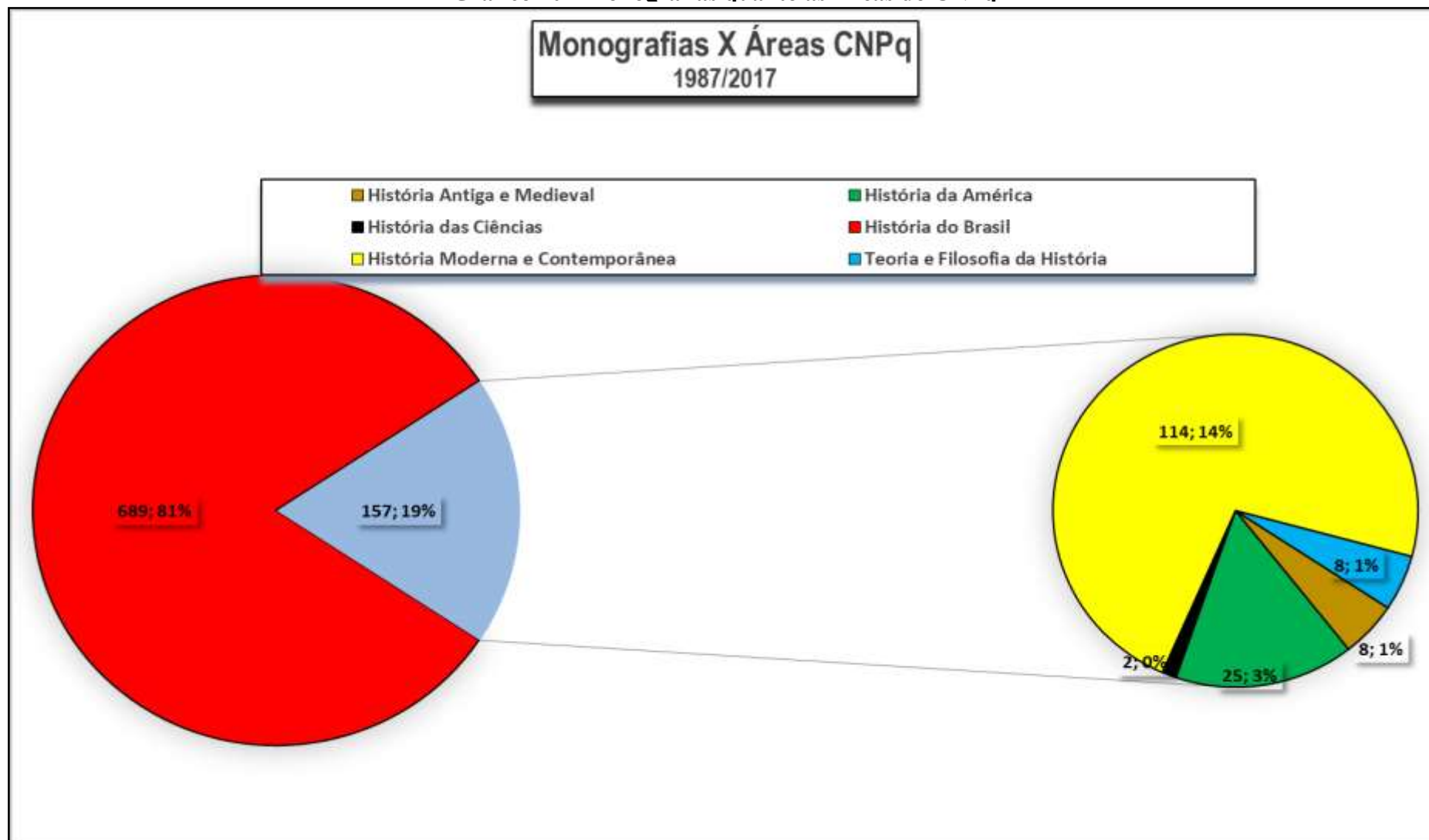


Fonte: Adaptado de Catalogação realizada pelos projetos PROGRAD *Historiografia e pesquisa discente: as monografias dos graduandos em História da UFU. (2016/2017)* e *(Per)curso da graduação em História: entre a iniciação científica e a conclusão de curso. (2017/2018)*.

Continuando nossa análise quantitativa das 846 monografias que estão no CDHIS, observamos que, para o desenvolvimento da pesquisa, foram utilizadas as fontes mais variadas. Porém há um predomínio de fontes impressas: periódicos (revistas/jornais) foram utilizados por 40% das monografias; 53% empregaram documentos oficiais; em 75% das monografias, seus autores manusearam outro tipo de fonte impressa, inclusive obras literárias. Nas pesquisas, 36,5% das monografias fizeram uso de fontes orais. Muitas pesquisas, 19%, tiveram acesso a fontes eletrônicas, sobretudo a partir do ano 2000. O cinema foi utilizado como fonte por 9% dos pesquisadores. Houve, também, monografias que analisaram fontes manuscritas e músicas (5%, cada uma).

Tomando como parâmetro às áreas do conhecimento adotadas pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), as monografias podem ser visualizadas no *Gráfico 10*, abaixo. Como podemos verificar, 689 monografias (81%) trataram de História do Brasil. As outras 19% se dividiram entre História Moderna e Contemporânea (14%); História da América (3%); História Antiga e Medieval (1%) e Teoria e Filosofia da História (1%). Apenas duas monografias se ocuparam de História das Ciências.

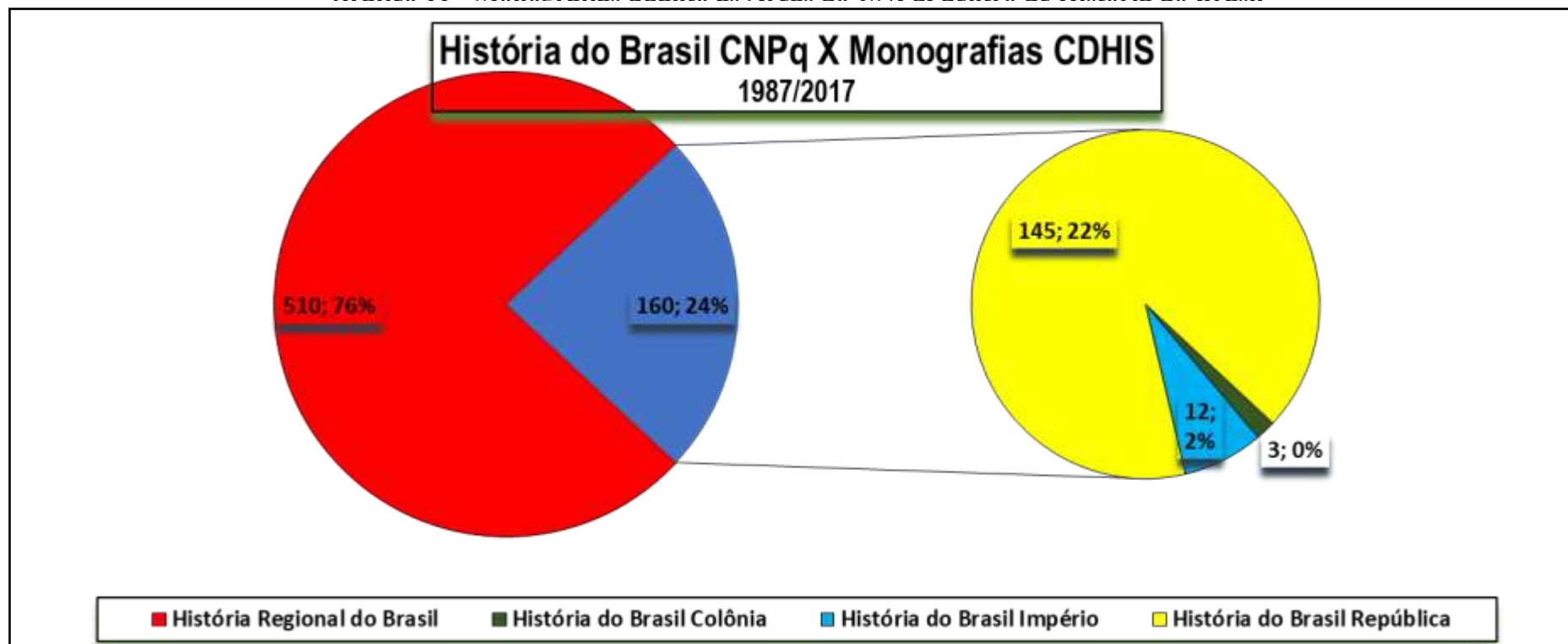
Gráfico 10 - Monografias quanto às Áreas do CNPq



Fonte: Adaptado de Catalogação realizada pelos projetos PROGRAD *Historiografia e pesquisa discente: as monografias dos graduandos em História da UFU. (2016/2017)* e *(Per)curso da graduação em História: entre a iniciação científica e a conclusão de curso. (2017/2018)*.

Continuando nossa análise com relação às áreas do CNPq, dentro de História do Brasil, o *Gráfico 11* nos mostra que, das 689 monografias cuja área era História do Brasil, a grande maioria (76%) trataram de História Regional do Brasil. Os outros 24% se dividiram entre História do Brasil República (22%); História do Brasil Império (2%) e História do Brasil Colônia, com apenas três monografias.

Gráfico 11 - Monografias quanto às Áreas do CNPq. dentro de História do Brasil



Fonte: Adaptado de Catalogação realizada pelos projetos PROGRAD *Historiografia e pesquisa discente: as monografias dos graduandos em História da UFU. (2016/2017)* e *(Per)curso da graduação em História: entre a iniciação científica e a conclusão de curso. (2017/2018)*.

Considerando os elementos que compõem a estrutura da monografia, de acordo com o *Guia para normalização e publicações técnico-científicas* de Fuchs, França e Pinheiro (2013), procuramos identificar se as monografias possuíam capa, folha de rosto, ficha catalográfica, errata, folha de aprovação, dedicatória, agradecimento, epígrafe, resumo em português, resumo em língua estrangeira, qualquer tipo de listas, índice/sumário, apresentação, introdução/considerações iniciais, capítulo 1, capítulo 2, capítulo 3, ou outra distribuição dos capítulos (quando apresenta mais que três capítulos ou apenas um), conclusão/considerações finais, referências/bibliografia, fontes, anexos/apêndices, correções/comentários do orientador, ou outro tipo de estrutura. Não necessariamente nessa ordem.

Após a compilação de parte dos dados pudemos chegar ao *Quadro 19*, abaixo:

Quadro 19 - Número Monografias por Ano X Estrutura Obrigatória da Monografia

Ano	Monografias CDHIS	ELEMENTOS PRÉ-TEXTUAIS						ELEMENTOS TEXTUAIS										ELEMENTOS PÓS-TEXTUAIS	
		Capa	Folha Rosto	Folha Aprovação	Resumo Português	Resumo Língua Estrangeira	Índice/ Sumário	Apresentação	Considerações Iniciais/ Introdução	Capítulo Único/ Desenvolvimento	2 Capítulos	3 Capítulos	4 Capítulos	5 Capítulos	6 Capítulos	7 Capítulos	Notas	Conclusão/ Considerações Finais	Referências/ Bibliografia
1987	14	9	9	-	-	-	7	-	14	9	-	5	-	-	-	1	12	10	2
1988	10	9	5	-	-	-	6	1	9	6	2	1	-	-	-	4	9	10	5
1989	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1990	8	7	6	-	-	-	5	1	7	-	3	4	-	-	1	1	7	8	4
1991	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1992	1	1	1	-	-	-	1	-	1	-	-	1	-	-	-	-	1	1	1
1993	3	-	3	-	-	-	2	-	2	-	-	3	-	-	-	2	1	3	-
1994	3	1	3	-	-	-	3	1	3	-	-	2	-	-	1	-	2	3	1
1995	2	1	2	-	-	-	2	1	1	-	1	1	-	-	-	-	2	2	1
1996	8	6	8	3	-	-	8	3	7	-	1	2	2	1	-	2	7	8	2
1997	12	12	11	5	-	-	12	7	8	-	3	9	-	-	-	-	12	9	6
1998	33	32	30	22	-	-	32	7	25	1	8	19	4	1	-	-	33	33	13
1999	40	36	32	30	-	-	37	4	39	-	13	20	2	3	2	-	40	40	18
2000	29	28	23	27	2	1	29	2	28	2	8	16	3	-	-	-	29	29	15
2001	18	15	17	17	-	-	18	2	17	-	9	8	1	-	-	-	18	18	7
2002	42	34	41	35	5	1	41	5	36	-	10	26	6	-	-	-	41	42	18
2003	50	50	49	47	38	1	50	8	43	-	14	31	5	-	-	-	50	50	23
2004	32	31	32	28	17	-	30	6	26	-	23	8	1	-	-	-	32	32	21
2005	46	46	43	43	38	-	46	2	46	-	11	34	1	-	-	-	46	46	28
2006	42	42	42	39	31	1	42	2	40	-	18	24	-	-	-	-	42	42	22
2007	47	47	47	47	42	-	47	2	45	-	28	17	1	-	1	-	47	47	31
2008	70	69	63	68	61	-	70	5	68	-	38	32	-	-	-	-	70	70	39
2009	42	42	42	40	38	5	42	2	40	-	27	14	1	-	-	-	42	42	29
2010	45	43	45	44	40	9	45	9	37	1	27	16	-	-	1	-	45	45	25
2011	37	35	36	32	36	8	37	3	36	-	11	26	-	-	-	-	37	37	15
2012	14	14	14	14	14	6	14	2	12	-	2	12	-	-	-	-	14	14	5
2013	26	25	26	23	25	7	26	-	26	-	14	11	1	-	-	-	26	26	11
2014	47	46	46	45	42	14	47	4	43	-	25	21	1	-	-	-	47	47	27
2015	49	47	47	45	39	12	49	12	37	-	27	22	-	-	-	-	47	49	23

2016	22	22	22	20	21	8	22	5	17	-	11	9	2	-	-	-	-	22	22	5
2017	54	51	53	49	46	19	54	5	49	-	23	24	5	-	2	-	-	53	54	27
Total	846	801	798	723	535	92	824	101	762	19	357	418	36	5	8	2	8	834	839	424

Fonte: Adaptado de Catalogação realizada pelos projetos PROGRAD *Historiografia e pesquisa discente: as monografias dos graduandos em História da UFU*. (2016/2017) e *(Per)cursos da graduação em História: entre a iniciação científica e a conclusão de curso*. (2017/2018).

De acordo com o guia de normalização, os elementos ditos obrigatórios de uma monografia são a capa, elementos pré-textuais (folha de rosto, folha de aprovação, resumo em língua vernácula, resumo em língua estrangeira e sumário), elementos textuais (introdução, desenvolvimento e conclusão) e os elementos pós-textuais (referências).

A capa é considerada a parte externa. “Deve conter o nome da instituição (opcional), autor, título, subtítulo (se houver) precedido de dois pontos (:) ou com destaque tipográfico, [...], cidade e ano de entrega.”¹⁹⁰ Pode ou não ter lombada. No caso das monografias encadernadas em espiral, que são a maioria do CDHIS, esse item é dispensado.

Como podemos verificar pelo *Quadro 19* (p. 119), poucos são os anos em que todas as monografias possuem capa (1992, 1997, 2003, 2005, 2006, 2007, 2009, 2012 e 2016), o que representa 33% do total dos TCCs analisados.

Para substituir a capa, muitos autores tem utilizado a folha de rosto, que é o primeiro elemento pré-textual obrigatório. Ela deve conter, de acordo com Fuchs, França e Pinheiro (2013), “o nome do autor, título, subtítulo (se houver) precedido de dois pontos (:) ou com destaque tipográfico.”¹⁹¹ Além da natureza do trabalho (trabalho de conclusão de curso), “objetivo (finalidade e grau pretendido), nome da instituição em que foi apresentado e área de concentração, nome do orientador e coorientador (se houver), cidade e ano de entrega.”¹⁹² A substituição da capa pela folha de rosto fica bem evidente no ano de 1993: todas as monografias apresentam essa troca.

Conforme o *Quadro 19*, podemos verificar que a folha de aprovação (outro elemento pré-textual obrigatório) só vai aparecer a partir de 1996. Nela deveriam constar “o nome do autor, título e subtítulo (se houver)”¹⁹³, tipo do trabalho, “objetivo, nome da instituição, área de concentração”¹⁹⁴, data da aprovação, “nome dos representantes da

¹⁹⁰ FUCHS, Angela Maria Silva; FRANÇA, Maira Nani; PINHEIRO, Maria Salete de Freitas. *Guia para normalização de publicações técnico-científicas*. Uberlândia: Edufu, 2013, p. 41.

¹⁹¹ Ibidem, 2013, p. 42.

¹⁹² Ibidem, 2013, p. 42.

¹⁹³ Ibidem, 2013, p. 44.

¹⁹⁴ Ibidem, 2013, p. 44.

banca examinadora”¹⁹⁵ com título, nome da instituição a que pertencem com respectiva assinatura. Creio que não existia o cuidado de apresentar folha de aprovação até 1996 porque, antes desse ano, quase não havia banca avaliadora, nem defesa pública. Apenas duas monografias de 1994 e uma de 1995 pertenciam à *Versão 4691*, que prescrevia a obrigatoriedade de defesa frente a uma banca de avaliadores. Até então, as monografias eram entregues ao professor orientador que também ministrava a disciplina de MTPH (*Versão 4646*) ou História do Brasil VII (*Versão 4648*). Em duas monografias que foram defendidas em 1994 e pertencentes à *Versão 4691*, alguém escreveu à mão, na capa e folha de rosto dados que seriam da folha de aprovação, o que já seria um indício de que as exigências quanto à forma estavam se modificando no curso. É o que verificamos na *Figura 7* (p. 121).

¹⁹⁵ FUCHS; FRANÇA; PINHEIRO, 2013, p. 44.

Figura 7 - Folha Rosto Monografia de Alessandra Garcia Marques e Capa Monografia de Luiz Humberto Martins Arantes, de 1994

892

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E ARTES
CURSO DE HISTÓRIA

LABORATÓRIO DE ENSINO E APRENDIZAGEM DE HISTÓRIA - UFU
N.º 1.142 - Disciplina: *Monografia*
Data: *13/03/95*

Alessandra Garcia Marques

"A Memória Histórica do Abolicionismo vista através do filme SINHÁ MOÇA"

Monografia defendida em 15/12/94.
A Banca Examinadora composta pelos Professores (os) Alcides Freire Ramos, (Christador), Rosângela Patrício e Kátia de Souza Rodrigues atribuiu nota máxima, 100,0 (Com pontos), tendo em vista tanto a qualidade do texto quanto o desempenho de Alessandra Garcia Marques.

Trabalho final de curso para a disciplina Monografia II/ Seminário de Pesquisa, sob a orientação do Professor Alcides Freire Ramos.

00892-A MEMORIA HISTORICA DO ABOLICIONI
Autor: MARQUES, ALESSANDRA GARCIA
Trad.: \\\\\\\\
Edit.: UFU
UBERLÂNDIA

de 1994.

MG 5.8 (7)

LUIS HUMBERTO MARTINS ARANTES

1.481 5.9 (C)

"A MORATÓRIA":
A OBRA DE ARTE NO CENTRO DO DEBATE HISTORIOGRÁFICO

Monografia defendida em 15/12/94.
A Banca Examinadora composta pelos Professores (as) Rosângela Patrício (Christador), Alcides Freire Ramos e Kátia de Souza Rodrigues atribuiu nota máxima, 100,0 (Com pontos), tendo em vista o desempenho do aluno no momento da defesa, bem como a qualidade do texto da Monografia.

UBERLÂNDIA/MG
1994

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
Centro de Ciências Humanas e Artes
Alcides Freire Ramos
Prof. Alcides Freire Ramos
do Curso de História

1481 5.9 (C)

Fonte: CDHIS, 2018.

Continuando nossa incursão pela estrutura das monografias, o resumo em língua portuguesa, também obrigatório, só iria aparecer a partir das monografias de 2000 (apenas em duas de vinte e nove defendidas naquele ano). Ao todo, apenas 535 monografias (63%) possuem seus respectivos resumos em língua vernácula, em todos os tamanhos, ora acompanhados pelas palavras-chave, ora não.

Segundo a norma ABNT NBR 6028 de 2003, o resumo “deve conter de forma sintética os objetivos do trabalho, a metodologia empregada e as conclusões alcançadas (mas sem adiantar os resultados); deve permitir uma visão geral da monografia sem necessidade da leitura total.”¹⁹⁶ Deve conter de 150 a 500 palavras em TCCs.

As palavras-chave (descritores) são “termos que representam o conteúdo do documento, visando facilitar a sua localização em catálogos eletrônicos e fontes de informações científicas.”¹⁹⁷ Já falamos delas e as contabilizamos e classificamos acima. Nas monografias, esses termos “devem ser apresentados logo após o resumo, antecedidos pela expressão ‘Palavras-chave:’, separados entre si por ponto e também finalizados por ponto.”¹⁹⁸

Na *Figura 8* (p. 123), temos duas monografias de 2002 onde podemos visualizar as palavras-chave. Na monografia de Álvaro Domingos Copetti, à esquerda, as palavras-chave são *Evasão Escolar, Educação, Políticas Educacionais, Repetência, Propostas e Qualidade*. Pela figura, percebemos que as mesmas estão na Ficha Catalográfica, pois o autor não escreveu um resumo, junto do qual deveriam ser colocados esses descritores.

Já na monografia de Rubens Humberto Costa Teixeira, à direita, o autor aparentemente comete um equívoco ao chamar o resumo de “sumário”. Numa análise mais atenta, consultando o Dicionário Priberam, no entanto, observamos no quinto item da lista de significações do termo, fornecido pelo dicionário que sumário é: “texto ou relato com os aspectos principais”¹⁹⁹. Logo, temos um “resumo sumário”, a indicar que dali para frente, os autores iriam se preocupar mais com estes indicadores. As palavras-chave do seu trabalho são *Ajuste estrutural e Sistema financeiro*.

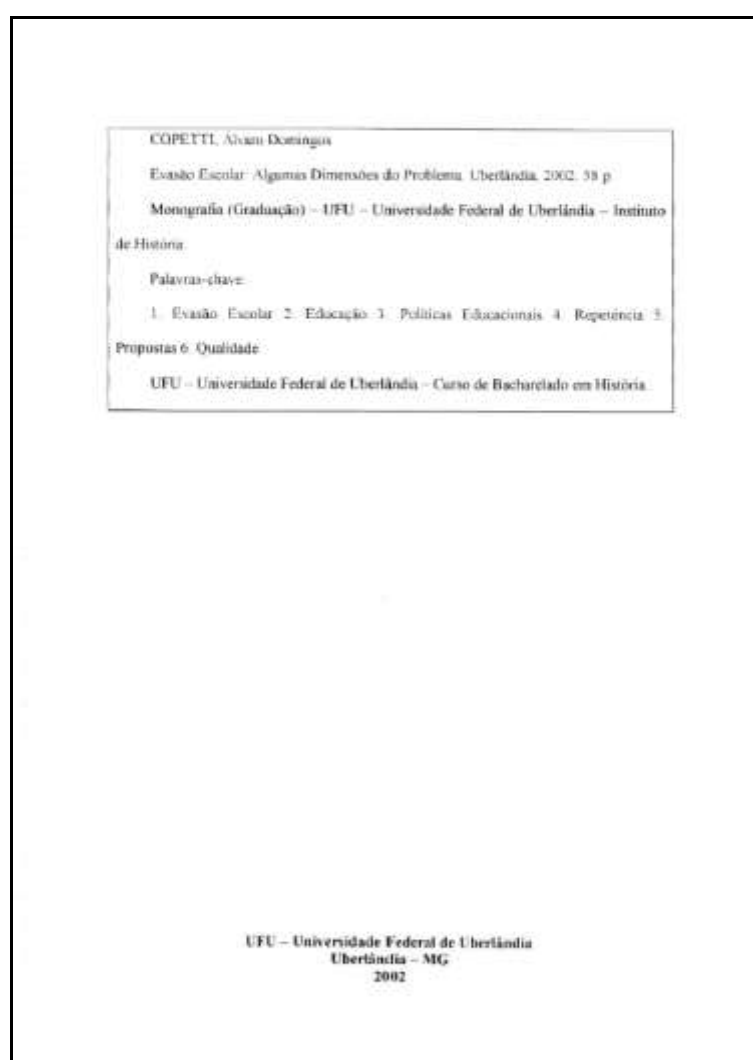
¹⁹⁶ INÁCIO FILHO, 2003, p. 112.

¹⁹⁷ FUCHS; FRANÇA; PINHEIRO, 2013, p. 140.

¹⁹⁸ *Ibidem*, 2013, p. 140.

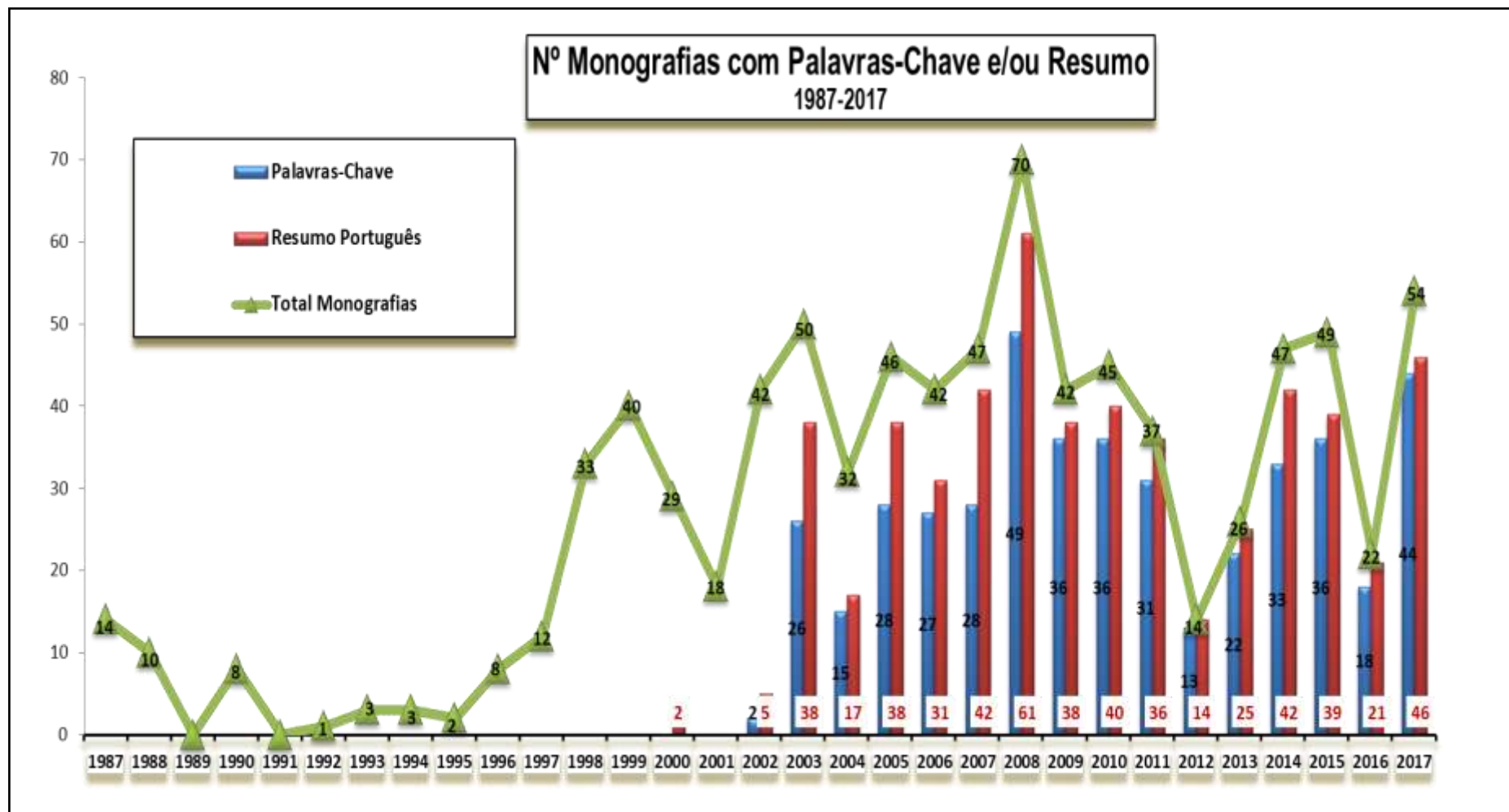
¹⁹⁹ SUMÁRIO. In: Dicionário Priberam. Disponível em: <<https://www.priberam.pt/dlpo/sum%C3%A1rio>>. Acesso em: 31 mai. 2018.

Figura 8 - Ficha Catalográfica Monografia de Álvaro Domingos Copetti e Sumário/Resumo Monografia de Rubens Humberto Costa Teixeira, ambas de 2002



Continuando nossa análise das monografias com relação ao resumo e as palavras-chave, o *Gráfico 12* nos apresenta o número de monografias do CDHIS ao longo dos anos e sua relação com as monografias que possuem palavras-chave e/ou resumo. Para confeccioná-lo utilizamos a Lista de Trabalhos Acadêmicos do CDHIS e a catalogação feita a partir da leitura das monografias.

Gráfico 12 - Número Monografias do CDHIS com Palavras-Chave e/ou Resumo (1987-2017)



Fonte: Adaptado de Catalogação realizada pelos projetos PROGRAD *Historiografia e pesquisa discente: as monografias dos graduandos em História da UFU. (2016/2017)* e *(Per)curso da graduação em História: entre a iniciação científica e a conclusão de curso. (2017/2018)*.

Como podemos ver no gráfico acima, a linha verde representa a variação do número de monografias ao longo dos anos. Como já sabemos, nos anos de 1989 e 1991 não há monografia no CDHIS, como demonstrado acima. O ano em que mais se tem TCCs no CDHIS é 2008 (70). As colunas em vermelho representam as monografias que possuem resumo. Como podemos observar, até 2000, quando observamos duas ocorrências, não há resumo. Em 2001, também não. A partir de 2002, em todos os anos, temos este elemento pré-textual. Algo parecido acontece com as palavras-chave, representadas pelas colunas azuis. Só a partir de 2002 começamos a vê-las nas monografias. O período coincide com a publicação da norma ABNT NBR 6028 de 2003. Será que só a partir de sua publicação os discentes foram orientados a colocar resumo e palavras-chave em seus trabalhos monográficos? Esta modificação na estruturação dos trabalhos teria alguma relação com o investimento na pesquisa no programa de pós-graduação e com o investimento dos professores na formação em cursos de mestrado e doutorado? O fato é que as exigências parecem aumentar, em relação às normas.

Retomando nossa análise do *Quadro 19* (p. 119), temos o resumo em língua estrangeira como item obrigatório. “Trata-se da versão para a língua estrangeira do resumo em língua vernácula.”²⁰⁰ A primeira monografia a conter um é do ano 2000. Apesar de obrigatório podemos observar que apenas noventa e duas monografias (11%) o trazem no intervalo de 1987 a 2017, indicando pouca preocupação com os possíveis leitores estrangeiros.

O último elemento pré-textual obrigatório é o sumário. “É a enumeração das principais divisões, seções e outras partes do trabalho acadêmico, na ordem em que nele se sucedem.”²⁰¹ No *Quadro 19* (p. 119), no cabeçalho onde deveríamos ler apenas “Sumário” optamos por colocar “Índice/Sumário”. Isso se deve ao fato de que muitos autores dessas monografias, ao longo dos anos, escolheram colocar “índice”, que deveria se referir a “uma lista de palavras ou frases representativas de um texto, seguidas do indicativo das respectivas localizações”²⁰², como sinônimo de “sumário”. Outra diferença é que, se fosse realmente índice, deveria vir no ao final do TCC. E nenhuma monografia o traz ao final.

Tentando entender porque alguns autores assim procediam, analisei os sumários da revista *Cadernos de História*²⁰³, periódico do Curso de História com publicações de 1990 a

²⁰⁰ INÁCIO FILHO, 2003, p. 114.

²⁰¹ FUCHS; FRANÇA; PINHEIRO, 2013, p. 48.

²⁰² *Ibidem*, 2013, p. 147.

²⁰³ Cf. seu conteúdo em: <<https://revistacadernosdehistoria.wordpress.com/>>. Acesso em: 01 jun. 2018.

2007, e percebi que o termo índice (tratado como sinônimo de sumário) muda para sumário no nº 8, referente aos anos 1999/2000. Logo, não se tratava de algum erro do estudante que escrevera a monografia, mas uma provável orientação que sofreu mudança de paradigma para se adequar a uma norma. Ainda pelo *Quando 19*, podemos verificar que nem todos os TCCs contêm índices/sumários: vinte e duas monografias não apresentam nem uma nem a outra denominação.

Agora chegamos aos elementos textuais. O primeiro deles é a introdução, também chamada de considerações iniciais. “É uma apresentação do trabalho ao leitor, escrita pelo próprio autor da monografia.”²⁰⁴ Também não são todas as monografias do recorte analisado que possuem introdução, mas 762 monografias (90%) a possuem.

Porém, durante a catalogação, encontramos o termo “apresentação”. Não consegui encontrar nada que fale sobre a presença desse elemento em trabalhos acadêmicos. Mas o encontrei em 101 monografias (12%), inclusive nas defendidas em 2017. Em muitos TCCs a apresentação desempenha o papel da introdução, substituindo-a. Em algumas substitui o resumo, como na de Aguinaldo Rodrigues Gomes (1997). Em outras, como na de Sergio Bernardes Rezende (2000), é um elemento suplementar do TCC. Divide, com a introdução, o trabalho de apresentar a pesquisa. E diferentemente dos livros, onde quase sempre são escritas por alguém renomado a fazer a “apresentação do autor e da obra”, na monografia a apresentação é escrita pelo próprio autor.

Com relação ao desenvolvimento, que “é onde se analisa e discute o problema principal e os secundários, decorrentes de sua explicitação”²⁰⁵, verifiquei um grande leque de subdivisões ou capítulos: desde monografias com três capítulos (49% de todo o universo), corrente à qual esta monografia se filia, com dois capítulos (42%), até monografias com apenas um capítulo (ou sem a divisão em capítulos, quando alguns autores o nomearam simplesmente como desenvolvimento), que somam dezenove TCCs. Encontrei até trabalhos com sete capítulos (duas ao todo).

Com relação às “notas” do *Quadro 19* (p. 119), estas são espaços, no final de algumas monografias, destinados à colocação das notas explicativas ou de referência, que o autor optou por não colocar no rodapé da folha. Ao todo são, apenas, oito monografias que as contêm.

²⁰⁴ INÁCIO FILHO, 2003, p. 122.

²⁰⁵ Ibidem, 2003, p. 122.

A conclusão, ou considerações finais, é último elemento textual obrigatório. É na conclusão que “aparece a solução encontrada para o problema proposto, referente à hipótese e aos objetivos. Ela contém ainda a síntese da discussão, avaliação do trabalho e propostas de novos problemas, novas questões que possam surgir no desenrolar da pesquisa.”²⁰⁶ Apesar de sua importância, doze monografias não possuem conclusão ou considerações finais.

Agora chegamos ao elemento pós-textual obrigatório, referências, entendido como o “conjunto padronizado de elementos descritivos que permitem a identificação dos documentos consultados para a elaboração do trabalho.”²⁰⁷

Barros (2005), em sua obra *O projeto de pesquisa em História: da escolha do tema ao quadro teórico*, ao falar da questão da revisão bibliográfica, diz que “algumas obras podem apenas ser referenciadas no compartimento final do Projeto, a ‘Bibliografia’ ou ‘Referências Bibliográficas’”²⁰⁸. Ele ainda faz uma ressalva cara ao métier do historiador, ao separar fonte de bibliografia. A fonte “é aquilo que coloca o historiador diretamente em contato com o seu problema. Ela é precisamente o material através do qual o historiador examina ou analisa uma sociedade humana no tempo.”²⁰⁹ Distintamente da fonte/documento, a bibliografia é um “conjunto daquelas outras obras com as quais dialogamos, seja para nelas nos apoiarmos ou para nelas buscarmos contrastes.”²¹⁰

Nesse sentido, o autor defende que, na escrita do projeto de pesquisa em História, ao listar as referências do trabalho, deve-se separar as “fontes históricas” da “bibliografia geral”. Aquelas deveriam preceder esta última.

Com efeito, 426 autores de monografia seguiram o recomendado por Barros. Ao elencarem suas referências, destacaram as fontes com que trabalharam da bibliografia com a qual dialogaram.

Ao chegar ao fim da análise da estrutura dos trabalhos, apresentados como objetos culturais construídos artesanalmente, selecionamos trinta e oito destes 846 trabalhos, com características físicas e formais distintas, ora apresentadas, que nos apoiarão na discussão da questão do trabalho de conclusão de curso como elemento formador do professor de História.

²⁰⁶ INÁCIO FILHO, 2003, p. 123.

²⁰⁷ FUCHS; FRANÇA; PINHEIRO, 2013, p. 49.

²⁰⁸ BARROS, 2005, p. 18.

²⁰⁹ Ibidem, 2005, p. 63.

²¹⁰ Ibidem, 2005, p. 64.

3.3 A Monografia na formação do Professor de História

A catalogação realizada e a análise curricular empreendida no segundo capítulo desta monografia permitiram verificar que o trabalho de conclusão de curso, na forma de monografia, foi desenvolvido nas seguintes disciplinas e currículos do Curso de História da UFU: Métodos e Técnicas de Pesquisa II (MTP II), no Curso Licenciatura Curta em Estudos Sociais²¹¹; Métodos e Técnicas de Pesquisa em História (MTPH), na *Versão 4646* do Curso de Licenciatura em História – Noturno, como complementação aos Estudos Sociais; História do Brasil VI e História do Brasil VII, na *Versão 4648* do Curso de Licenciatura Plena em História – Noturno; MTPH, Monografia I, Seminário de Pesquisa e Monografia II (disciplina de defesa) no Curso de Bacharelado em História (diurno e noturno) implantado a partir de 1991; e MTPH, Monografia I, Monografia II e Monografia III (disciplina de defesa), no Curso de Graduação em História – Bacharelado e Licenciatura (diurno e noturno) que vigora no momento.

Ao longo da pesquisa, pudemos verificar que os discentes das *Versões 4646 e 4648* do Curso de Licenciatura em História já realizavam pesquisa, respectivamente, nas disciplinas de MTPH, História do Brasil VI e História do Brasil VII. São essas monografias produzidas entre os anos de 1987 e 1995 (trinta e oito monografias orientadas por seis diferentes professores), que nos permitem perceber o anseio pela pesquisa e o esforço para seu desenvolvimento, tanto de docentes, como de discentes. A monografia, neste momento, fazia parte de um projeto de formação de professores de História. A pesquisa acadêmica seria uma forma de valorizar o Professor de História e combater a precarização de seu ofício, instaurada com a obrigatoriedade das Licenciaturas Curtas em Estudos Sociais, vivenciadas em todo o Brasil, naquele período. Na UFU, dentro e fora da academia, lutava-se insistentemente contra a formação superficial do professor polivalente, visto como mero reproduzidor do livro didático.

Então, podemos concluir que, na *Versão Curricular 4646* do Curso de Licenciatura em História, a escrita de um projeto, o desenvolvimento da pesquisa e a redação do relatório monográfico apresentando os resultados, deveria ocorrer em uma mesma disciplina, MTPH. Na *Versão 4648*, o projeto de pesquisa deveria ser escrito em História do Brasil VI e a pesquisa empreendida poderia ser concluída em História do Brasil VII. É o

²¹¹ Não tive acesso a nenhum trabalho acadêmico relacionado a essa disciplina e ao Curso de Estudos Sociais, mas, ao explorar seu currículo no segundo capítulo deste texto, me ative à análise de Planos de Curso que, pelo menos, preconizavam o exercício da pesquisa acadêmica.

que pude constatar através da análise da “monografia” de Wolney Honório Filho. Apesar da dificuldade de leitura e análise devido à má conservação e ao tipo de suporte (o texto foi mimeografado em fins da década de 1980), verifiquei que o texto é um projeto de pesquisa que foi entregue em História do Brasil VI, em junho de 1988. Pelo relatório SG da UFU é possível confirmar que ele cursou História do Brasil VII no 2º semestre de 1988, juntamente com os demais autores das monografias de 1988 que estão no CDHIS. É mais um indício de que o projeto de pesquisa era construído e entregue em História Brasil VI e o resultado da pesquisa finalizado em História do Brasil VII.

Durante a pesquisa, também foi possível averiguar que, apesar de a monografia de Ronan Hungria estar encadernada no volume de monografias produzidas no ano de 1987, a mesma foi escrita em 1988: como não havia capa, só o nome do autor, quem encadernou os trabalhos pode ter cometido um equívoco, já que o autor, que era aluno da *Versão 4648* do Curso de Licenciatura em História, tinha cursado a disciplina História do Brasil VII no 2º semestre de 1988, não em 1987.

Como pudemos verificar no Plano de Curso de MTPH, aprovado em 1984, um mesmo professor poderia orientar, aproximadamente, doze discentes de uma só vez. É o que sugerem as treze monografias orientadas pelo Professor Antônio de Almeida no âmbito dessa disciplina, em 1987, e encadernadas numa mesma brochura.

Agora me proponho a realizar uma análise quali-quantitativa das quarenta e uma monografias produzidas no âmbito das *Versões 4646 e 4648* dos cursos de Licenciatura em História e da *Versão 4691* do curso de Bacharelado em História. Entre 1987 e 1995, graduaram-se 143 discentes em História. Destes, apenas quarenta e um (29%) doaram/depositaram suas monografias ao LEAH. Estas foram, posteriormente, encaminhadas ao CDHIS e estão elencadas no *Quadro 20*, abaixo:

Quadro 20 - Lista Monografias Escritas por Discentes Curso de História (1987-1995)

Ano	Autor	Título	Nº Folhas	Orientador(a)
1987	ALMEIDA, Maria Helena Gondim	Atuação política da Comissão Pastoral da Terra: a Igreja e os movimentos sociais.	16	Antônio de Almeida
1987	ALVES, Angela Maria	Movimentos sociais: CPT, entre Igreja conservadora e progressista.	17	Antônio de Almeida
1987	ARANTES, Gisvane Guedes	O movimento da Pastoral da Terra na região de Uberlândia.	17	Antônio de Almeida
1987	COSTA, Maria Joana	A Comissão Pastoral da Terra.	18	Antônio de Almeida
1987	FREITAS, João Augusto de	Movimento popular: Associação de Moradores do Bairro Santa Rosa-Liberdade (AMBSR).	15	Antônio de Almeida
1987	HUNGRIA, Ronan	Espaço urbano: industrialização e movimentos sociais em Uberlândia – 1959/85.	11	Antônio de Almeida
1987	OLIVEIRA, Raul Marcos Pereira de	Movimentos populares: fundação da UTE.	16	Antônio de Almeida
1987	RIBEIRO, Christiane dos Reis	Movimentos sociais urbanos em Uberlândia: Associação de Moradores e Amigos do Bairro Tibery - AMBT.	15	Antônio de Almeida
1987	SANTOS, Regma Maria dos	Manifestações culturais populares e ação do poder público em Uberlândia.	23	Antônio de Almeida
1987	SANTOS, Zilda Ferreira dos	Movimentos sociais populares: Associação do Bairro Jardim Umuarama.	13	Antônio de Almeida
1987	SILVA, Maria de Lourdes	As associações de moradores de bairro e o poder público em Uberlândia.	17	Antônio de Almeida
1987	SILVA, Marta Helena Rosa da	Movimentos de clubes de mães em Uberlândia.	5	Antônio de Almeida
1987	TANNÚS, Márcia Cristina	Associação de Moradores do Bairro Higino Guerra.	11	Antônio de Almeida
1987	ZACHARIAS, Luiz Humberto	A Festa de Nossa Senhora do Rosário.	10	Antônio de Almeida
1988	FONSECA, Luiz Angelo de Faria	A ideologia disciplinar do espaço urbano: os hansenianos de Uberlândia.	22	Antônio de Almeida
1988	GIRÔLDO, Eliêne	Urbanização e sindicalismo em Uberlândia - 1979 a 1980.	22	Antônio de Almeida
1988	HONÓRIO FILHO, Wolney	A juventude dos Movimentos Espiritualistas da Igreja Católica em Uberlândia. 1965-1984.	9	Antônio de Almeida
1988	LIMA, Sandra Cristina Fagundes de	Urbanização e Associação de Moradores do Bairro Dona Zulmira em Uberlândia – no período de 1979 à 1988.	41	Antônio de Almeida
1988	OLIVEIRA, Rosa Maria de	Associação de Moradores do Conjunto Habitacional Santa Luzia em Uberlândia.	22	Antônio de Almeida
1988	PEREIRA, Cires Canísio	“Democracia Participativa”, sua lógica e sua prática.	24	Antônio de Almeida
1988	SANTOS, Ednalúcia Maria dos	A questão ambiental no contexto urbano de Uberlândia: 1980 a 1988.	12	Antônio de Almeida
1988	SANTOS, Miriam Alves dos	Urbanismo e meio ambiente: conflito ou harmonia?	15	Antônio de Almeida
1988	SANTOS, Paulo Roberto de Oliveira	As Comunidades Eclesiais de Base no processo de urbanização de Uberlândia.	19	Antônio de Almeida
1988	SILVA, Adilson Caetano da	Movimentos sociais urbanos: reivindicações populares das associações dos bairros Jardim	29	Antônio de Almeida

		das Palmeiras e Tocantins.		
1990	COELHO, Genira Eudoxia	Pesquisa sobre favelamento e desfavelamento.	20	Antônio de Almeida
1990	CUNHA, Sandra Carla Simamoto da	Dominação e resistência operária em Uberlândia - 1940-1954.	37	Carmem Lúcia Figueira Balbino
1990	FRANCO, Alécia Pádua	A sobrevivência da memória popular.	98	Coraly Gará Caetano
1990	FREITAS, Eliane Martins de	O Triângulo em marcha: construção do imaginário sobre a Revolução de 1930.	32	Heloisa Helena Pacheco Cardoso
1990	LIMA, Ilvaro Evangelista	Os cegos em Uberlândia.	44	Carmem Lúcia Figueira Balbino
1990	MOREIRA, Carlos Cezar	A discriminação racial do negro em Uberlândia.	85	Antônio de Almeida
1990	PEREZ, Rosemeire Margaret da Costa	O sem-terra urbano em Uberlândia - o caso Lagoinha.	43	Carmem Lúcia Figueira Balbino
1990	SILVA, Maria Isabel Pereira	Aspectos condicionantes da ideologia racista em Uberlândia.	56	Carmem Lúcia Figueira Balbino
1992	GUERRA, Cláudia Costa	O avesso e o direito de uma luta por emancipação - movimentos femininos em Uberlândia: 1970-1990.	116	Antônio de Almeida
1993	OLIVEIRA, Francisco de Assis	Pastoral Operária de Uberlândia: uma luta histórica no seio de uma instituição conservadora.	33	Rosângela Patriota Ramos
1993	PINHEIRO, Maues Santana	Os empresários entram em campo.	19	Christina da Silva Roquette Lopreato
1993	SILVA, Marta Ribeiro da	D. Olívia: mulher, idosa e feliz.	17	Rosângela Patriota Ramos
1994	ARANTES, Luiz Humberto Martins	"A moratória": a obra de arte no centro do debate historiográfico.	34	Rosângela Patriota Ramos
1994	MARQUES, Alessandra Garcia	A memória histórica do abolicionismo vista através do filme Sinhá Moça.	31	Alcides Freire Ramos
1994	SILVA, Idari Alves da	Breve reflexão sobre a Associação dos Paraplégicos de Uberlândia. APARU 1979-1989. A construção da história.	28	Christina da Silva Roquette Lopreato
1995	ALMEIDA, Leila	Trabalho no CDP: relato de experiências e perspectivas de reflexões.	65	Paulo Roberto de Almeida
1995	FERNANDES, Vanusa Alves Viana	O feminismo anarquista de Maria Lacerda de Moura.	15	Christina da Silva Roquette Lopreato

Fonte: Adaptado de Lista de Trabalhos Científicos do CDHIS, 2018.

O quadro acima elenca todas as monografias defendidas/produzidas entre os anos 1987 e 1995 que estão no CDHIS com seus respectivos autores, títulos, número de folhas e orientadores. Destas quarenta e uma monografias, trinta e oito pertencem às *Versões 4646 e 4648* do Curso de Licenciatura em História. Ou seja, vinculam-se a currículos que visavam à formação do Professor de História.

Durante a pesquisa no SEARQ encontrei o Plano de Curso do Professor Antônio de Almeida referente à disciplina MTPH, de 1987 (*Figura 9*):

Figura 9 - Plano de Curso de Métodos e Técnicas de Pesquisa em História aprovado em 21/09/1987

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

PLANO DE CURSO

Centro Ciências Humanas e Artes..... Departamento Ciências Sociais.....

Disciplina Métodos e Técn. de Pesq. em História Código ESS09..... Curso (s) História.....

Período 10º..... Turma (s) S..... Nº alunos 18..... Turno (s) noturno.....

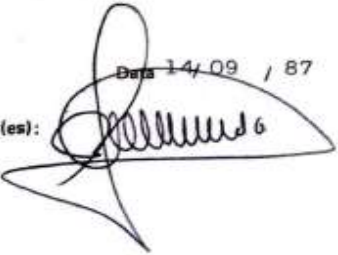
Carga horária: semanal (T) 5..... (P).....; semestral (T) 75..... (P).....

Objetivo Geral da Disciplina Desenvolver trabalho de pesquisa compreendendo a elaboração e execução de um projeto vinculado ao tema "Movimentos Sociais Urbanos em Uberlândia", mediante levantamento, sistematização e leitura crítica de dados históricos levantados junto às fontes locais.

Nome(s) do(s) Professor(es) Antônio de Almeida.....

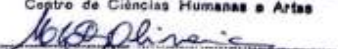
.....

Data 14/09/87


a) Professor(es): 

Aprovado em: 14/09/87

a) - Chefe de Departamento:

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
Centro de Ciências Humanas e Artes

Prof.ª Marilene de Lourdes Pasuma Oliveira
Chefe do Departamento de Ciências Sociais

Aprovado em: 21/09/87

a) Coordenador de Curso: 

PROAC 838

Como pode ser verificado acima, o Plano de Curso previa “o desenvolvimento de trabalho de pesquisa [...] sobre os Movimentos Sociais Urbanos em Uberlândia”²¹², desde a “elaboração” à “execução do projeto”, que pressupunha o trabalho com “fontes locais”, a ser entregue no fim do semestre. Como podemos ver, retomando o *Quadro 20* (p. 132), as treze monografias²¹³ desenvolvidas nessa disciplina convergem para essa temática: Comissão Pastoral da Terra, associações de moradores de bairro, sindicatos, clubes de mães, festas religiosas e a relação das manifestações culturais com o poder público de Uberlândia foram os temas pesquisados, de acordo com os títulos das monografias.

Agora, passemos à análise das monografias desenvolvidas no ano de 1988. Não encontrei o Plano de Curso da disciplina de História do Brasil VII, de 1988. Só uma Ficha de Disciplina de História do Brasil VII, sem data, cuja assinatura é, também, do Professor Antônio de Almeida, e que podemos ver na *Figura 10* (p. 135). Sua ementa prevê a “realização da pesquisa historiográfica proposta em História do Brasil VI”²¹⁴.

²¹² UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA. Centro de Ciências Humanas e Artes. Departamento de História. *Plano de Curso: MTPH*. Uberlândia, 21/09/1987.

²¹³ Digo treze monografias porque a de Ronan Hungria, como foi discutido acima, é considerada pertencente ao ano de 1988.

²¹⁴ UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA. Centro de Ciências Humanas e Artes. Departamento de História. *Ficha de Disciplina: História do Brasil VII*. Uberlândia, s/d.

Figura 10 - Ficha de Disciplina – História do Brasil VII s/d

FORMULÁRIO 1

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E ARTES
FICHA DE DISCIPLINA

01 Disciplina: História do Brasil VII
Período/Ano: 3º
Curso: História
Departamento: Ciências Sociais
Código: CSP 22
Carga Horária Semestral/Anual: 60 / 120
De Curricula Mínimo Obrigatória
Compulsória Optativa

02 Pré-requisito: História do Brasil VI
Co-requisito:

03 OBJETIVO DA DISCIPLINA
Desenvolver trabalhos de pesquisa em História Social (tanto o caso de observação a cidade de Uberlândia), compreendendo levantamento, sistematização e leitura crítica de dados históricos levantados junto às fontes e redação final de monografia.

04 EMENTA DO PROGRAMA
Realização de pesquisas historiográficas propostas em História do Brasil VI.

05 BIBLIOGRAFIA BÁSICA
CARDOZO, Ciro Flamarion S. Uma Introdução à História. 6ª ed., São Paulo, Brasiliense, 1988.
ECO, Humberto. Como se faz um texto. São Paulo, Perspectiva, 1983.
CHEISEAUX, Jean. Pequena Sociologia do Saber Histórico. In: Cheiseaux, Jean. Da palavra falamos tudo o que sabemos. Paris, Maspero, 1976.
FONTANA, Josep. História: Análises Del Pasado Y Proyecto Social. Editorial Critica, Barcelona, 1982.
FRENCH, Dês Ribeiro. Trabalho e História Social: História de Classe na História do Povo? Povo, 1988.
FILHO, Michel Zaidara. A Crise da Nação Histórica. Campinas, Papirus, 1989.
THOMPSON, E. A Miséria da Teoria. Rio de Janeiro, Zahar, 1981.
VIEIRA, T. P. Araújo e outros. A Pesquisa em História. São Paulo, Ática, 1989.

12548 1/20


06 PROGRAMA DA DISCIPLINA:

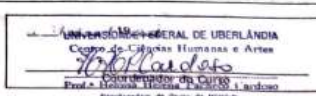
Unidade I:
História social e pesquisa empírica.

Unidade II:
A História Social no contexto urbanizado de Uberlândia: cultura, memória popular, periferização e organização política.

Unidade III:
Realização da pesquisa empírica.

Unidade IV:
Redação de monografia.

Prof. Responsável: 

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
Centro de Ciências Humanas e Artes
Prof. Responsável da Disciplina: 
Profa. Neusa Helena P. de Sá
Coordenadora do Curso de História

Fonte: SEARQ, 2016.

De acordo com os objetivos contidos nessa ficha (também encontrada no SEARQ), os discentes de História do Brasil VII (Disciplina da *Versão 4648* do Currículo de Licenciatura em História) deveriam “desenvolver trabalho de pesquisa em História Social (tendo como campo de observação a cidade de Uberlândia), compreendendo levantamento, sistematização e leitura crítica de dados históricos levantados junto às fontes”²¹⁵ culminando na “redação final de monografia.”²¹⁶ Logo, pela análise da Ficha de Disciplina, pode-se observar que o responsável pela disciplina – o orientador – não tinha a liberdade de direcionar a temática das pesquisas a serem empreendidas pelos discentes. De acordo com o Programa da Disciplina, podemos verificar que a mesma propunha pesquisas na área da História Social, cuja temática abordaria o “o contexto urbanizado de Uberlândia: cultura, memória popular, periferização e organização política”²¹⁷. A proposta consistia, não apenas, num trabalho de compilação – revisão de literatura – mas de investigação. Considerando-se que a temática a ser abordada era contemporânea e o recorte espacial específico, demandava-se, em princípio, coleta de dados, produção e sistematização de fontes de primeira mão.

Ao analisar as nove monografias e o projeto de Wolney Honório Filho, produzidos no ano de 1988, e a de Ronan Hungria, que fora encadernada juntamente com as de 1987, verifica-se que os onze trabalhos são da área de História do Brasil e, mais especificamente, desenvolvem temas de História Regional do Brasil referentes a Uberlândia. São textos curtos, com média de 20 folhas. Nenhuma delas apresenta resumo ou palavras chaves. O recorte temporal de todas é a segunda metade do século XX. Ou seja, pode-se dizer que os autores realizaram pesquisa, também, sobre questões contemporâneas, correspondendo às expectativas da ficha de disciplina.

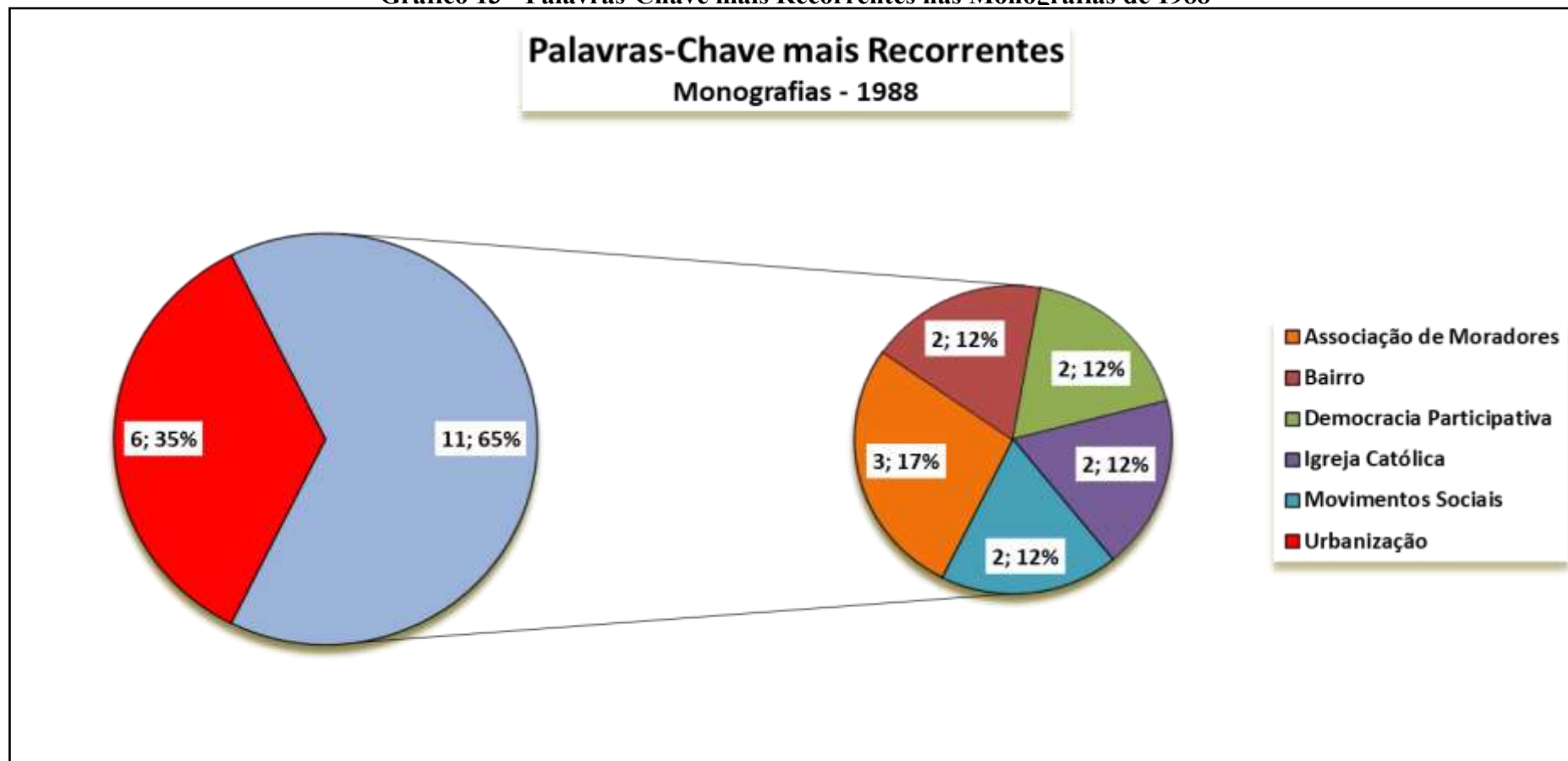
Durante a catalogação realizada, foram criadas palavras-chave para as monografias que não as possuíam, baseando-se na leitura do título e introdução de cada TCC. As palavras-chave mais recorrentes para as monografias de 1988, em particular, podem ser visualizadas no *Gráfico 13*:

²¹⁵ UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA. Centro de Ciências Humanas e Artes. Departamento de História. *Ficha de Disciplina: História do Brasil VII*. Uberlândia, s/d.

²¹⁶ *Ibidem*, s/d.

²¹⁷ *Ibidem*, s/d.

Gráfico 13 - Palavras-Chave mais Recorrentes nas Monografias de 1988



Fonte: Adaptado de Catalogação realizada pelos projetos PROGRAD *Historiografia e pesquisa discente: as monografias dos graduandos em História da UFU. (2016/2017)* e *(Per)curso da graduação em História: entre a iniciação científica e a conclusão de curso. (2017/2018)*.

Como podemos ver, no *Gráfico 13*, nas monografias produzidas em 1988, incluindo-se o projeto de Wolney Honório Filho a palavra-chave mais recorrente é *Urbanização*, com seis ocorrências. Ou seja, representa 35% das palavras-chaves mais encontradas durante a análise desses trabalhos acadêmicos. Seguida por *Associação de Moradores*, com três ocorrências. No terceiro lugar, com duas ocorrências, cada uma, estão *Bairro*, *Democracia Participativa*, *Igreja Católica* e *Movimentos Sociais*. A temática levantada por essas palavras-chave é a mesma que pode ser visualizada pelo título das monografias do *Quadro 20*, na folha 132.

Podemos constatar que estes títulos dialogam entre si, com as palavras-chave do *Gráfico 13* e, ainda, atendem ao preconizado pelos objetivos da Ficha de Disciplina visualizada na *Figura 10*: “pesquisa em História Social (tendo como campo de observação a cidade de Uberlândia)”²¹⁸

Como dito antes, as temáticas presentes nos títulos dos treze trabalhos produzidos em 1987, com exceção do de Ronan Hungria, dialogam com o Plano de Curso de MTPH de 1987 e foram produzidas no âmbito dessa disciplina e da *Versão 4646* do Curso de Licenciatura em História; as nove monografias de 1988 e a de Ronan Hungria dialogam com a Ficha de Disciplina de História do Brasil VII s/d e foram desenvolvidas e entregues no âmbito dessa disciplina, que pertence à *Versão 4648* do Curso de Licenciatura em História.

O Projeto de Pesquisa de Wolney Honório Filho foi desenvolvido em História do Brasil VI em 1988, cujo objetivo era “capacitar os alunos para a elaboração de um projeto de pesquisa em história.”²¹⁹

Continuando nossa análise do *Quadro 20* (p. 132), de 1990 a 1993, temos doze monografias produzidas no âmbito da disciplina História do Brasil VII da *Versão 4648* do Curso de Licenciatura em História.

No ano de 1990, temos oito monografias orientadas por quatro professores distintos. Apesar de os títulos das mesmas parecerem tratar de temáticas diferentes (favelas, operariado, memória popular, Revolução de 1930, associação de cegos, discriminação racial, sem teto), o recorte espacial nos remete a Uberlândia, e o temporal se restringe ao século XX.

²¹⁸ UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA. Centro de Ciências Humanas e Artes. Departamento de História. *Ficha de Disciplina: História do Brasil VII*. Uberlândia, s/d.

²¹⁹ UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA. Centro de Ciências Humanas e Artes. Departamento de História. *Ficha de Disciplina: História do Brasil VI*. Uberlândia, 13/09/1990.

Em 1992, só temos a monografia de Cláudia Costa Guerra que inaugura a série de pesquisas sobre as mulheres, ao tratar dos movimentos femininos em Uberlândia, entre 1970 e 1990. Já como discente, fazia parte do Núcleo de Estudos de Gênero (NEGUEM), na época, ainda nomeado “Núcleo de Estudos de Gênero e Pesquisa sobre a Mulher”; o primeiro núcleo de pesquisa do curso de História.

Em 1993, temos apenas três monografias, que seguem o mesmo padrão de 1990.

De 1994 a 1995 temos cinco monografias. A de Idari Alves da Silva (1994) foi desenvolvida no âmbito da disciplina História do Brasil VII, da *Versão 4648* do Curso de Licenciatura em História. Como tal, ao trabalhar a questão da Associação dos Paraplégicos de Uberlândia (APARU), mantém seu recorte espacial em Uberlândia e o temporal no século XX, como as demais de seu currículo. Com relação às monografias de Luiz Humberto Martins Arantes e de Alessandra Garcia Marques, (ambas de 1994) já é possível observar uma variação. Foram defendidas no âmbito da disciplina Monografia II, da *Versão 4691* do Curso de Bacharelado em História - Noturno. Refletem mudanças significativas no recorte temático que, de acordo com Barros (2005) deve se impor

ao tema de uma pesquisa, tornando-o delimitado, preciso e viável para o início do estudo a ser desenvolvido. Em História, o "recorte temático" de uma pesquisa pressupõe necessariamente uma explicitação do período de tempo abarcado (recorte temporal) e do âmbito espacial em referência (recorte espacial).²²⁰

A monografia de Alessandra Garcia Marques, defendida em 15 de dezembro de 1994, cujo título é *A memória histórica do abolicionismo vista através do filme Sinhá Moça*, tinha como objetivo oferecer uma contribuição ao debate relativo às iniciativas de inovação na educação e inclusão do professor na elaboração do material didático através da pesquisa acerca do tema da memória histórica do abolicionismo, vista a partir do filme *Sinhá Moça* (1953). Parece-nos que, da série de monografias sob a guarda do CDHIS, é a primeira a se ocupar da questão do ensino de História.

Diferentemente da proposta para História do Brasil VII, o objetivo do componente curricular Monografia II, que pode se visualizado na Ficha de Disciplina encontrada na página do INHIS, é a “redação final e trabalho monográfico a partir da pesquisa historiográfica feita em Monografia I”²²¹. Não delimitava qual o recorte espacial nem

²²⁰ BARROS, 2005, p. 220.

²²¹ UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA. Centro de Ciências Humanas e Artes. *Ficha de Disciplina: Monografia II*. Uberlândia, 06/04/2011.

temporal, muito menos a temática a ser abordada, como acontecia na ficha de disciplina de História do Brasil VII, do currículo anterior.

Ademais, de acordo com as *Normas Gerais para a Elaboração da Monografia dos Cursos de Bacharelado e Licenciatura em História* (1991), implantadas juntamente com a *Versão 4691* do Curso de Bacharelado em História, e que estipulavam que todos os professores do curso poderiam orientar até três discentes, é possível depreender que, em Monografia I e II, diferentemente do que ocorria no currículo anterior, discentes e professores ficariam “livres” para decidir sobre o que pesquisar e orientar:

O trabalho de orientação, nas disciplinas Monografia I e II, é de responsabilidade de todos os professores do Curso de História. Cada professor orientador poderá ter, no máximo, três orientandos por semestre, com uma atribuição de carga horária de duas horas semanais por orientando.²²²

Retomando a questão central a que me propus responder nesta monografia – formulada sem a interferência direta de nosso currículo atual – se os currículos de História podem interferir nas escolhas temáticas das pesquisas dos discentes a eles submetidas, podemos afirmar que, no que diz respeito às monografias produzidas sob a vigência das *Versões 4646 e 4648* do Curso de Licenciatura em História, isso se aplica de forma evidente. As pesquisas que foram desenvolvidas no âmbito das disciplinas MTPH, História do Brasil VI e VII, como já evidenciamos, foram “determinadas”, via de regra, por suas ementas, objetivos e programas. Enfim, o currículo contingenciou e/ou propôs atividades que interferiram diretamente nas motivações e posturas teórico-metodológicas dos discentes no processo de produção monográfica.

A exceção parece ser o trabalho de Vanusa Alves Viana Fernandes, cujo título é *O feminismo anarquista de Maria Lacerda de Moura*, de 1995, orientada pela Professora Christina da Silva Roquette Lopreato, na disciplina História do Brasil VII. A monografia aborda a trajetória intelectual e práticas militantes de Maria Lacerda de Moura através da leitura de alguns dos seus textos. É a única das trinta e oito monografias cujo recorte espacial não se restringe a Uberlândia. Embora Maria Lacerda de Moura fosse mineira, mudara-se para São Paulo na sua fase mais profícua. Porém, o tema dialoga com, e se atém ao universo temático da Ficha de Disciplina de História do Brasil VI, datada de 13 de setembro de 1990 e assinada pelo Professor Antônio de Almeida, cuja ementa preconizava

²²² UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA. Centro de Ciências Humanas e Artes. Coordenação do Curso de História. *Normas Gerais para a Elaboração de Monografia dos Cursos de Bacharelado e Licenciatura em História*. Uberlândia, 1991.

a “elaboração de projetos de pesquisa em história regional e/ou nacional”²²³. O recorte temporal da monografia é a primeira metade do século XX. Que não se distancia muito dos recortes temporais dos outros trinta e sete TCCs.

Apesar da constatação de que nenhuma das trinta e oito monografias do Curso de Licenciatura em História tenha se ocupado de temáticas relacionadas à educação ou ao ensino de História (como já disse antes, a primeira pesquisa que se ocupou do ensino de História foi desenvolvida no currículo que visava à formação do Bacharel em História), há exemplos de preocupação dos estudantes do currículo de licenciatura com as discussões sobre ensino de História, ainda que o gênero preferido para tais discussões fosse o relato de experiência e não o texto monográfico. Este foi o caso de Aléxia de Pádua Franco que frequentou o curso, de 1985 a 1990. Mesmo desenvolvendo pesquisa sobre a memória popular publicou, na mesma época, seu relatório de estágio como artigo na revista *Cadernos de História*²²⁴, do ano de 1990. O título do trabalho fazia uma pergunta desconcertante: *É Possível Ensinar História na Escola que Temos?* Parafraseando-a, reponho o desconforto: teria sido possível pesquisar sobre a escola frente às exigências curriculares do curso de História que se tinha? Como pudemos verificar acima, as próprias disciplinas em que se desenvolvia a pesquisa no curso de Licenciatura em História contingenciavam as temáticas a serem pesquisadas. E parece que educação não era tema legitim(ad)o a ser pesquisado em uma monografia. Este papel parecia ficar a cargo dos relatórios de estágio, fruto do trabalho desenvolvido nas disciplinas de Prática de Ensino I e II²²⁵, o que nos sugere uma separação tácita entre ensino e pesquisa.

Com relação às *Versões Curriculares 4646 e 4648*, nossa análise sugere que havia uma divisão no âmago do curso de Licenciatura em História entre ensino e pesquisa: ao mesmo tempo em que os futuros professores de História eram estimulados a realizar pesquisa, as disciplinas destinadas a este fim não abriam espaço para temas sobre escola, educação e ensino. Estes temas tinham suas disciplinas apropriadas e, apenas indiretamente, para voltar ao título este item, podemos supor que as monografias contribuíam para a formação do professor de História.

²²³ UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA. Centro de Ciências Humanas e Artes. *Ficha de Disciplina: História do Brasil VI*, Uberlândia, 13/09/1990.

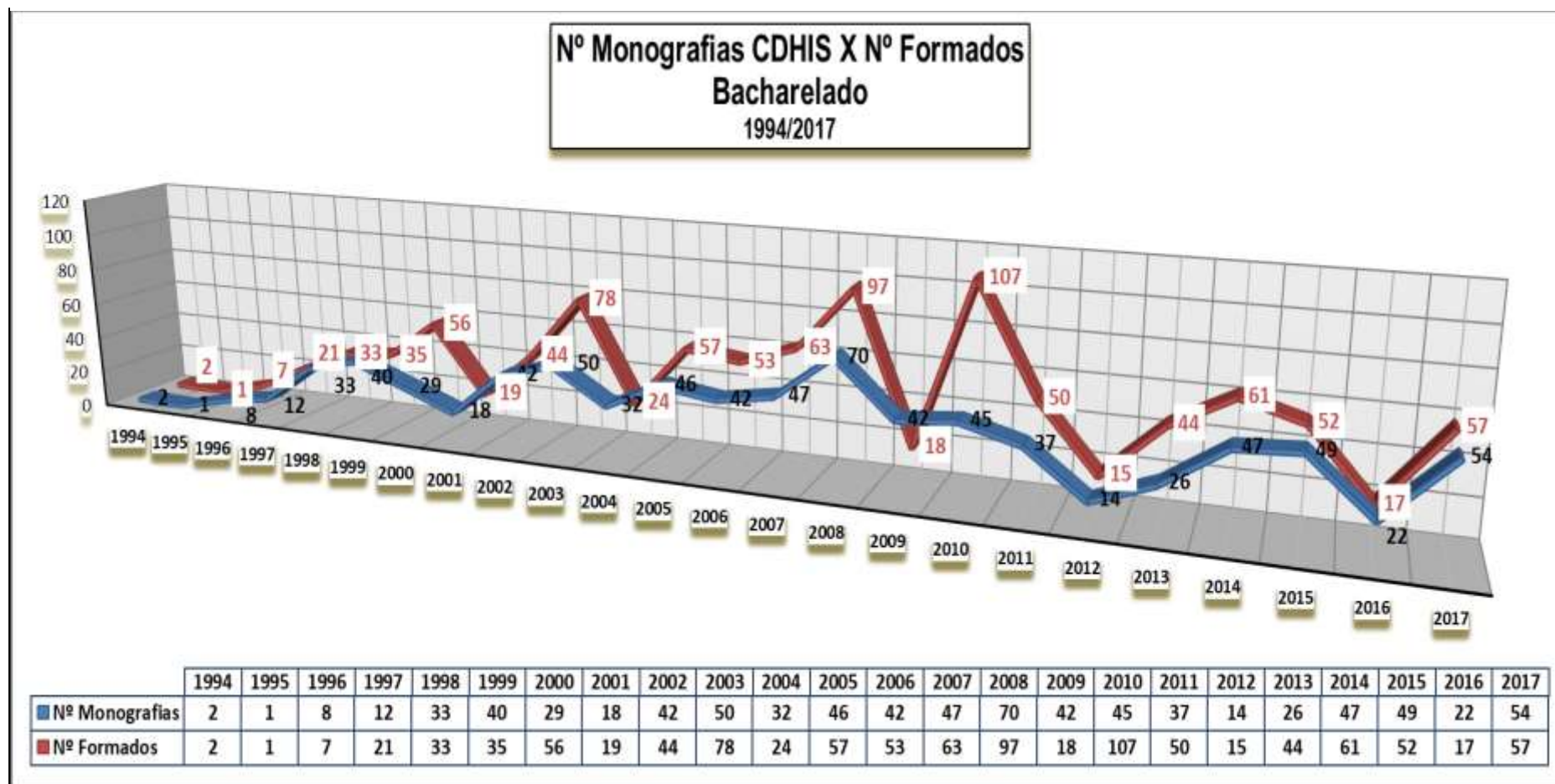
²²⁴ Cf.: Revista *Cadernos de História*. Disponível em: <<https://revistacadernosdehistoria.wordpress.com/>>. Acesso em: 27 mai. 2018.

²²⁵ No CDHIS há muitos desses relatórios arquivados na coleção *Trabalhos Acadêmicos*. Mesma sessão em que estão as monografias, objeto deste estudo.

3.4 A Monografia como condição para a formação do Historiador

Neste item pretendo falar das monografias defendidas no Curso de Bacharelado em História com complementação para Licenciatura (diurno e noturno), implantado a partir de 1991, e no Curso de Graduação em História – Bacharelado e Licenciatura (diurno e noturno), em vigência desde 2006. Sua dinâmica, ao longo dos anos, pode ser visualizada no *Gráfico 14*:

Gráfico 14 - Número Monografias do CDHIS X Número de Bacharéis em História (1994-2017)



Fonte: Adaptado de Catalogação realizada pelos projetos PROGRAD *Historiografia e pesquisa discente: as monografias dos graduandos em História da UFU. (2016/2017)* e *(Per)curso da graduação em História: entre a iniciação científica e a conclusão de curso. (2017/2018)*.

Neste gráfico, a linha vermelha representa o número de bacharéis e bacharéis/licenciados em História ao longo dos anos e a linha azul mostra a quantidade de monografias que foram encaminhadas ao CDHIS no mesmo recorte temporal. Como podemos ver, entre 1994 e 2017, 1011 discentes se graduaram em História. Destes, 808 (80%) entregaram suas monografias para serem arquivadas no CDHIS.

A partir de 1991, a monografia passou a ser componente curricular obrigatório para a formação do bacharel em História. Logo, se tornou uma espécie de rito de passagem. A pesquisa passou a ser desenvolvida a partir das disciplinas MTPH, Monografia I, Seminário de Pesquisa e Monografia II. Nesta última, era prevista a defesa da monografia mediante uma banca de três professores: o orientador, e dois professores do Curso de História.

Este mesmo documento previa, pela primeira vez no curso, uma política de arquivamento dos trabalhos: após passar pela defesa, duas cópias da monografia deveriam ser encaminhadas pela Coordenação, ao “Laboratório de Ensino e Aprendizagem em História e Núcleo de Pesquisa e Documentação em História e Ciências Sociais”²²⁶, atual CDHIS. Apesar desta normatização, 20% dos trabalhos defendidos desde então, não chegaram ao CDHIS.

Podemos, ainda, dizer que, apesar de as ementas e os objetivos de todas as disciplinas da *Versão 4691* do Curso de Bacharelado em História (MTPH, Monografia I e II e Seminário de Pesquisa)²²⁷, não direcionarem sobre o que o discente deveria pesquisar, seu tema de monografia deveria se adequar à área de pesquisa de um dos possíveis orientadores.

Em pesquisa no SEARQ, também encontrei um impresso que se assemelha muito ao arquivo Área de Pesquisa_Docentes do INHIS,²²⁸ disponível no site atual do INHIS. Este último é uma lista com o nome dos docentes do Instituto de História, com suas respectivas áreas de pesquisa. O outro pode ser visualizado na *Figura 11*, abaixo:

²²⁶ UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA. Centro de Ciências Humanas e Artes. Coordenação do Curso de História. *Normas Gerais para a Elaboração de Monografia dos Cursos de Bacharelado e Licenciatura em História*. Uberlândia, 1991.

²²⁷ Cf. as ementas no link: <<http://www.inhis.ufu.br/node/665>>. Acesso em: 03 jun. 2018.

²²⁸ Cf. o documento no link: <http://www.inhis.ufu.br/sites/inhis.ufu.br/files/Anexos/Bookpage/REA%20DE%20PESQUISA_ORIENTA%C3%87%C3%83O%20MONOGRAFIA_2%C2%BA%20SEMESTRE%202017_0.pdf>. Acesso em: 03 jun. 2018.

Figura 11 - Lista com Possíveis Orientadores de Monografia I para 2º semestre de 1994

DISCIPLINA: MONOGRAFIA I		
2º SEMESTRE/1994		
NOME DO PROFESSOR	ÁREA DE PESQUISA	Nº DE VAGAS
ALCIDES FREIRE RAMOS.....	Cultura Brasileira dos Anos 50 aos anos 90.....	02
CARMEM LÚCIA FIGUEIRA BALBINO.....	Estudo de Gênero - Movimentos Sociais Contemporâneos.....	03
CHRISTINA DA SILVA ROQUETTE LOPREATO...	Movimentos Sociais(Urbanos e Rurais)-Hist. do Brasil-1ª República	03
CORALY GARÀ CAETANO.....	Cultura e Política no Brasil Pós-30	02
GIZELDA COSTA DA SILVA SIMONINI.....		00
IRACI GALVÃO SALLES.....	História Política-Social 2ª Metade Séc. XIX/Início Séc. XX..	02
JACY ALVES DE SEIXAS.....		00
KÁTIA SOUZA RODRIGUES.....	"Movimentos Sociais dos anos 60 a 80".....	03
LEANDRO JOSÉ NUNES.....	História da América/História Regional.....	01
MARIA DE FÁTIMA R. DE ALMEIDA.....	História da Educação.....	03
NEWTON DÂNGELO.....	Cultura e Trabalho/Cultura e Meios de Comunicação/Educação-Esino História	02
PAULO DE BARROS MACHADO.....	As Elites e a Composição do Poder.....	01
PAULO ROBERTO DE ALMEIDA.....		00
ROSANGELA PATRIOTA.....	Cultura Brasileira(anos 50-anos 90) Teoria e Metodologia-Contemporânea....	02
WENCESLAU GONÇALVES NETO.....	História Econômica, Política Agrícola, História do Brasil Contemporâneo	02

Fonte: SEARQ, 2016.

Como podemos ver, é uma lista com o nome dos professores do Curso de História, com suas respectivas áreas de pesquisa e número de vagas, que deduzo como vagas disponíveis para orientação em Monografia I, no segundo semestre de 1994. Observa-se que as vagas oferecidas não ultrapassam o limite de três, conforme prescreviam as normas para a escrita da monografia.

Retomando o TCC de Alessandra Garcia Marques (1994), o mesmo foi orientado pelo Professor Alcides Freire Ramos, cuja área de pesquisa, pela *Figura 11* (p. 145), era “cultura brasileira dos anos 50 aos anos 90”²²⁹. Isso não impediu a autora, no entanto, de tratar da educação como parte dessa cultura. Poderia ser um caso de negociação entre orientador e orientando? O fato é que, diferentemente dos trabalhos anteriores, a definição dos temas de pesquisa parecem, desde então, estar não mais entre a prescrição do currículo e a motivação pessoal do autor, mas numa outra relação: entre a motivação do estudante e a motivação do professor orientador.

Este é o caso, por exemplo, de Luiz Humberto Martins Arantes, que defendeu sua monografia em 15 de dezembro de 1994 sob o título “*A moratória*”: *a obra de arte no centro do debate historiográfico*, pela qual procurou explorar a peça teatral *A moratória* (1955), de Jorge de Andrade, como documento para analisar a Revolução de 1930, propondo um diálogo entre História e Teatro. Foi orientado pela Professora Rosangela Patriota Ramos que, como indica a *Figura 11*, tinha “Cultura Brasileira (anos 50-anos 90), Teoria e Metodologia – Contemporânea”²³⁰ como área de pesquisa.

Finalmente, evoquemos a experiência de Leila Almeida, que defendeu a monografia sobre o *Trabalho no CDP: relato de experiências e perspectivas de reflexões*, em dezembro de 1995, na disciplina Monografia II. O objetivo da monografia era recuperar a trajetória do Centro de Documentação Popular (CDP) e as problemáticas que eram, em certa medida, comuns a um centro de documentação. Seu orientador foi o Professor Paulo Roberto de Almeida. Na *Figura 11*, sua área de pesquisa está em branco, o que poderia sugerir abertura a todos os temas de pesquisa ou, simplesmente, que o professor não tivesse fornecido sua área de pesquisa. Na tabela atual, ele também não fornece esta informação. Assim, recorreremos ao seu Currículo Lattes, segundo o qual, o orientador atua nos seguintes temas: “memórias, movimentos sociais, memória de

²²⁹ UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA. Centro de Ciências Humanas e Artes. Departamento de História. *Disciplina Monografia I. 2º semestre 1994*. Uberlândia, s/d.

²³⁰ *Ibidem*, s/d.

trabalhadores, cultura e trabalho, cultura e história.”²³¹ Logo, podemos dizer que o tema da pesquisa dialogava com as propostas de pesquisa do orientador.

Assim, desde o currículo de 1991, além de escolher o orientador mediante uma listagem de professores disponíveis para orientação dentro do antigo Departamento de História, como podemos verificar, na *Figura 11* (p. 145), que o discente não precisava mais ficar restrito à história regional de Uberlândia, como era prescrito em História do Brasil VII. Mas parece que o espaço para a escolha temática estava circunscrito às áreas de pesquisa dos professores do departamento. Quando um tema não encontrava um orientador com experiência e área de interesse compatível, visando a garantir o direito à orientação, o Colegiado decidia se o discente poderia ser orientado por professores “de áreas afins.”²³² Uma exceção, a evidenciar a regra.

Com relação às monografias defendidas no âmbito do atual Curso de Bacharelado e Licenciatura em História parece não ser muito diferente, haja vista a lista presente no site do Instituto e as Fichas das Disciplinas MTPH, Monografia I, II e III, que também podem ser acessadas no mesmo site²³³. Nenhuma disciplina determina uma temática e/ou recorte espacial/temporal a ser pesquisado, deixando o discente livre para escolher o que pesquisar. Mas a lista de áreas de pesquisa dos possíveis orientadores continua sendo utilizada e atualizada, a direcionar a busca por orientadores e/ou a pesquisa do orientando.

Para confirmar quão estreita é essa relação entre o que os professores se propõem a orientar e o que os discentes desenvolvem como temática de pesquisa, seria necessário analisar mais detidamente a relação destas 808 monografias com a área de pesquisa de cada um de seus setenta e quatro orientadores. Algo que não pode ser realizado neste trabalho.

Com relação à tensão entre ensino e pesquisa, foi possível perceber que, mais do que nos currículos de Licenciatura que analisei anteriormente, no currículo de 1991 e no atual, o gênero consagrado à pesquisa sobre o ensino de História, ainda é o Relatório de Estágio, que muitas vezes é desdobrado em artigos de periódicos ou em capítulos de livro.

²³¹ CURRÍCULO LATTES. Paulo Roberto de Almeida. Disponível em: <<http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4794564U2#ProjetosPesquisa>>. Acesso em: 27 mai. 2018.

²³² UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA. Centro de Ciências Humanas e Artes. Coordenação do Curso de História. *Normas Gerais para a Elaboração de Monografia dos Cursos de Bacharelado e Licenciatura em História*. Uberlândia, 1991.

²³³ Cf. Fichas das Disciplinas MTPH, Monografia I, II e III: <<http://www.inhis.ufu.br/node/669>>. Acesso em: 03 jun. 2018.

Mas também foi depreendido que é no seio das disciplinas de estágio - Prática de Ensino I e II, Oficina de Prática Pedagógica I e II para o Currículo de Bacharelado em História com complementação para Licenciatura, e em Estágio Supervisionado I, II, III, IV e V, para o atual currículo integrado de Bacharelado e Licenciatura em História -, que têm surgido as motivações para as pesquisas monográficas realizadas sobre História e Educação. Como é o caso, por exemplo, das monografias das três discentes que me ajudaram a entender os currículos do curso²³⁴.

²³⁴ LIMA, Luciene Ivone de. *A formação do professor de História. Uberlândia, 1990-1998*. 1998. 52 fl. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 1998; GOMES, Joice Gonçalves. *Curso de História/UFU: formação acadêmica e profissionalização*. 2001. 38 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2001; e GARCIA, Michelle da Costa. *Licenciatura em História e a formação do professor na UFU*. 2008. 55 fl. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2008.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

“Quanto interessa a biografia e quanto interessa a bibliografia?”²³⁵
Néstor García Canclini, 2016.

Ao retomarmos o questionamento formulado na introdução deste trabalho: se os currículos interferem nas motivações ou escolhas teórico-metodológicas dos discentes do Curso de História da UFU quando estes empreendem suas pesquisas monográficas de conclusão de curso, podemos concluir que sim. Pelo menos, em relação ao currículo sob o qual se produziram monografias entre 1987 e 1995, que visava à formação, apenas, do professor de História. Este currículo (*Versões 4646 e 4648*) condicionava a escolha temática dos discentes do curso de História, na medida em que as ementas, objetivos e programas das disciplinas (MTPH, História do Brasil VI e VII) que orientavam as monografias direcionavam ao que deveria ser pesquisado.

Com relação aos currículos do Curso de Bacharelado em História e sua complementação para Licenciatura – implantados a partir de 1991 -, e o atual Curso de História que integra Bacharelado e Licenciatura, sob os quais foram produzidas as monografias defendidas entre 1994 e a atualidade, constatamos que estes abriram espaço para que seus discentes pudessem negociar as temáticas de pesquisa com seus orientadores. Portanto, as escolhas temáticas que poderiam surgir de questões pessoais ou de outras motivações deixaram de ter influência decisiva do currículo e passaram/passam a ser influenciados por outras variáveis deste lugar social de produção do conhecimento histórico, em especial, aquelas relacionadas ao perfil e interesses de pesquisa do orientador. Tal constatação reforça nossa concordância com a máxima de Michel de Certeau em *A escrita da História* (2008): “toda pesquisa historiográfica [...] está, pois, submetida a imposições, ligada a privilégios, enraizada em uma particularidade.”²³⁶

Deste modo, pudemos constatar que o currículo pode direcionar e interferir nas escolhas e nos modos como se empreendem pesquisas, mas outras variáveis, como a ascendência dos professores do próprio curso, com suas áreas de pesquisa, bem como mudanças/renovações historiográficas, o contexto socioeconômico e cultural, bem como a própria dinâmica social e as concepções e política educacionais, têm muito peso nas escolhas dos discentes quando estes empreendem suas pesquisas.

²³⁵ CANCLINI, 2016, p.80.

²³⁶ CERTEAU, 2008, p. 66-67.

Porém, para analisar o grau de influência destes elementos, ou mesmo de apenas um deles, nas pesquisas historiográficas empreendidas no âmbito do Curso de História da UFU, seria necessário reduzir o recorte temporal, ou mesmo comparar décadas. Além de realizar um trabalho mais denso com relação à contextualização social e historiográfica do recorte escolhido. Algo que não foi possível empreender neste trabalho monográfico.

Graças aos currículos que o direcionaram, aos professores que nele leciona(ra)m, a seus discentes/pesquisadores, o curso de História da UFU foi capaz de produzir uma série de pesquisas relevantes sobre a História Regional do Brasil, mais especificamente sobre a história de Uberlândia, preocupadas com as questões do presente, mais especificamente aquelas referentes ao século XX, cujas fontes mais utilizadas ainda são as impressas, de várias naturezas, e a entrevista oral. O corpus documental analisado indica que seus pesquisadores se preocupam com o viés sociocultural e os muitos trabalhos se empenharam em tratar as questões da memória e do trabalho/trabalhador como assuntos importantes para a historiografia.

Ademais, este conjunto de trabalhos acadêmicos, agora digitalizado e acessível na rede mundial de computadores, através do Repositório Institucional da UFU, amplia seu potencial de inspirar outros estudos que pretendam pensar este curso e seus currículos e interpretar a produção historiográfica brasileira dos últimos 30 anos no Brasil, tomando as monografias como fonte.

Desde a redemocratização, muitas foram as leis e diretrizes que propuseram mudanças na educação, bem como no perfil do historiador e do professor de História brasileiros. Não poderia deixar de considerar que estas alterações, assim como mudanças conjunturais, influenciaram nas reformas curriculares e neste espaço social de produção das monografias. Ao final deste percurso, entretanto, ainda nos parece necessário questionar: nestes trinta anos de produção monográfica, a monografia tem servido mais como elo entre bacharelado e licenciatura ou como instrumento para aprofundar a dicotomia ensino-pesquisa?

Tal dicotomia ainda permeia a formação em história, neste e em outros cursos do país. A atual conformação curricular do curso, oferecendo uma formação integrada entre bacharelado e licenciatura pretendeu sanar esse “problema”, mas o dilema parece persistir. Com as recentes imposições do MEC para uma nova reformulação curricular, com a separação entre o percurso das duas formações, novas experiências de pesquisa se anunciam, a repor a questão da relação entre currículo e pesquisa. Em especial, porque a

nova proposta curricular prevê a flexibilização do formato do Trabalho de Conclusão de Curso – não o restringindo ao gênero monografia. Mas estas são questões para trabalhos futuros.

REFERÊNCIAS

Fontes

ALMEIDA FILHO, Niemeyer (Coord.). *Evasão nos cursos de graduação da UFU: Relatório de Pesquisa nº 1*. Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia, 1996. 35 p. (Relatórios de Pesquisa e Grupos de Trabalho).

BRANDÃO, Carlos Antônio (relator). *Processo nº 63/90. Proposta de Reformulação Curricular do curso de Graduação em História*. Uberlândia, Universidade Federal de Uberlândia, Centro de Ciências Humanas e Artes, 1990.

BRASIL. Decreto-Lei nº 55.848, de 19 de Março de 1965. Retifica o Decreto nº 54.093, de 4 de agosto de 1964. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 29 dez. 1965. Seção 1, p. 13539.

BRASIL. Decreto-Lei nº 869, de 12 de Setembro de 1969. Dispõe sobre a inclusão da Educação Moral e Cívica como disciplina obrigatória, nas escolas de todos os graus e modalidades, dos sistemas de ensino no País, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 15 set. 1969. Seção 1, p. 7769.

BRASIL. Lei nº 4.024, de 20 de Dezembro de 1961. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 27 dez. 1961. Seção 1, p. 11429.

CHAGAS, Valnir. Parecer 377/62 do Conselho Federal de Educação. In: MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. Conselho Federal de Educação. *Documenta 10*. Dez. 1962, p. 95-101.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Câmara Superior de Educação. *Parecer Nº CNE/CES 492/2001*. 03 abr. 2001. Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de Filosofia, História, Geografia, Serviço Social, Comunicação Social, Ciências Sociais, Letras, Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia. Brasília, DF. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES0492.pdf>>. Acesso em: 21 set. 2016.

COUTO, Deolindo. Parecer 377/62 do Conselho Federal de Educação. In: MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. Conselho Federal de Educação. *Documenta 11*. Jan./Fev. 1963, p. 46-49.

DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA FAFIU. *Histórico do Livro de Atas do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Uberlândia*. s/d. Uberlândia, 1968, p. 2.

FACULDADE DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS DA UNIVERIDADE DE UBERLÂNDIA. *Revista Comemorativa do Primeiro Decênio (1960-1970)*. Uberlândia, 1970.

FACULDADE DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS DE UBERLÂNDIA. *Regimento da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Uberlândia. Elaborado pelo Conselho Departamental. Aprovado pela Congregação e pela Mantenedora em reunião extraordinária de 13/10/1965. Enviado à apreciação do Conselho Federal de Educação em 10/11/1965.*

SUCUPIRA, Newton. Sobre o exame de suficiência e formação do professor polivalente para o ciclo ginasial. *Documenta*, n. 31, p. 107-111, 1964.

UNIVERSIDADE DE UBERLÂNDIA. *Estatuto da Universidade de Uberlândia. Aprovado pela Fundação Universidade de Uberlândia e pelo Conselho Federal de Educação (Parecer nº 212/70 de 25/06/1970). Uberlândia, set. 1970. (Fonte: SEARQ/UFU).*

UNIVERSIDADE DE UBERLÂNDIA. Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de Uberlândia. Processo de Reconhecimento do Curso de Estudos Sociais – 1º Grau. Uberlândia: FFCLUU, 1973.

UNIVERSIDADE DE UBERLÂNDIA. Instituto de Geografia. *História*. Disponível em: <<http://www.ig.ufu.br/historia>>. Acesso em: 14 nov. 2016.

UNIVERSIDADE DE UBERLÂNDIA. Serviço de Estatística e Informações Escolares da Universidade de Uberlândia. *Vestibular Unificado 1973*. Uberlândia: Gráfica da Faculdade Federal de Engenharia da Universidade de Uberlândia, 1972.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA. Centro de Ciências Humanas e Artes. Colegiado do Curso de História. *Proposta de reformulação Curricular do Curso de Graduação em história, com Bacharelado e Licenciatura*. Uberlândia, 1990.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA. Centro de Ciências Humanas e Artes. Coordenação do Curso de História. *Normas Gerais para a Elaboração de Monografia dos Cursos de Bacharelado e Licenciatura em História*. Uberlândia, 1991.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA. Centro de Ciências Humanas e Artes. Departamento de Pedagogia. *Plano de Curso de Métodos e Técnicas de Pesquisa I*. Uberlândia, 06 nov. 1984.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA. Centro de Ciências Humanas e Artes. Departamento de Pedagogia. *Plano de Curso de Métodos e Técnicas de Pesquisa II*. Uberlândia, 10 ago. 1984.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA. Centro de Ciências Humanas e Artes. Departamento de Estudos Sociais. *Plano de Curso de Métodos e Técnicas de Pesquisa em História*. Uberlândia, 20 ago. 1984.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA. Centro de Ciências Humanas e Artes. Departamento de História. *Ficha de Disciplina: História do Brasil VII*. Uberlândia, s/d.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA. Centro de Ciências Humanas e Artes. *Ficha de Disciplina: Monografia II*. Uberlândia, 06 abr. 2011. Disponível em <<http://www.inhis.ufu.br/sites/inhis.ufu.br/files/Anexos/Bookpage/Monografia%20II.pdf>>. Acesso em: 27 mai. 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA. Centro de Ciências Humanas e Artes. Departamento de História. *Plano de Curso: Métodos e Técnicas de Pesquisa em História*. Uberlândia, 21 set. 1987.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA. Colegiado do Curso de História. Campus Santa Mônica. *Ata da reunião realizada no dia 06 nov. 1984*. Livro 1, p. 3-verso.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA. Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão. *Resolução nº 04/93, do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão*. Fixa critérios para inclusão de conteúdos relacionados com a disciplina EPB - Estudos de Problemas Brasileiros às disciplinas da área de Ciências Humanas e Sociais e dá outras providências. Uberlândia, 02 nov. 1993. Disponível em: <<http://www.reitoria.ufu.br/Resolucoes/resolucaoCONSEP-1993-4.pdf>>. Acesso em: 14 nov. 2016.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA. Conselho do Departamento de Estudos Sociais . Campus Santa Mônica. *Ata da reunião realizada no dia 19 mai. 1983*, p. 9-verso-p. 10.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA. DIVOP. *Roteiro dos cursos oferecidos pela Universidade Federal de Uberlândia*. Uberlândia, 1979. (Fonte: CDHIS/UFU).

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA. Instituto de Geografia. *Projeto Pedagógico Curso de Graduação em Geografia - Bacharelado e Licenciatura*. Uberlândia, 2005.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA. Instituto de História. *Projeto Pedagógico de Graduação em História da Universidade Federal de Uberlândia*. Uberlândia, 2005.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA. Instituto de História. *Relatório da Comissão de Avaliação do Projeto Pedagógico dos Cursos de História*. Uberlândia, 2011.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA. *Monografias do Curso de História (1987-2017)*. Centro de Documentação e Pesquisa em História. Coleção Trabalhos Científicos.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA. *Normas para Elaboração de Monografia de Conclusão do Curso de Graduação em História – Bacharelado/Licenciatura*. In: Guia Acadêmico – História - 1º Semestre 2014. Uberlândia, MG: Universidade Federal de Uberlândia, 2014.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA. Termo de Encerramento. *Livro Atas do Conselho do Departamento de Estudos Sociais – Ago. 1984/Nov. 1984*. Campus Santa Mônica. Termo de Encerramento 20 nov. 1984. Livro Ago. 1984/Nov. 1984, p. 50, verso.

Bibliografia

50 ANOS DO CURSO DE HISTÓRIA DA UFU. Direção: Sheila Nogueira. Brasil: TV Universitária (UFU), 2014. 1 DVD (33 min), son., color.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. Discursos e Pronunciamentos: a dimensão retórica da historiografia. In: PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tania Regina de (org.). *O historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2011.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. *O tecelão dos tempos: o historiador como artesão das temporalidades*. Revista Eletrônica Boletim do Tempo. Rio de Janeiro, ano 4, n. 19, 2009. Disponível em: <http://www.tempopresente.org/index.php?option=com_content&view=article&id=4973:o-tecelao-dos-tempos-o-historiador-como-artesao-das-temporalidades&catid=36&Itemid=127>. Acesso em: 21 out. 2013.

ALMEIDA, Fábio Chang de. O historiador e as fontes digitais: uma visão acerca da internet como fonte primária para pesquisas históricas. *Aedos: revista do corpo discente do PPG-História da UFRGS, Porto Alegre*, v. 3, n. 8, p.9-30, jan./jun. 2011. Disponível em: <<http://www.seer.ufrgs.br/aedos/article/view/16776>>. Acesso em: 10 jun. 2018.

ANTUNES, Celso. Manual de técnicas de dinâmica de grupo de sensibilização de ludopedagogia. Petrópolis: Vozes, 1992.

BARROS, José D'Assunção. *O campo da História*. Petrópolis: Vozes, 2004.

BARROS, José D'Assunção. *O projeto de pesquisa em História: da escolha do tema ao quadro teórico*. Petrópolis: Vozes, 2005.

BENTIVOGLIO, Julio; SANTOS, Marise Pereira dos. *Caminhos da pesquisa na graduação em História no Brasil: um estudo sobre a produção monográfica e científica dos graduandos em História na UFG – Campus Catalão (2003-2007)*. Revista Ágora, Vitória, n. 10, p. 1-21, 2009. Disponível em: <<http://periodicos.ufes.br/agora/article/viewFile/1946/1458>>. Acesso em: 18 jan. 2015.

BORGES, Luciana Tavares. *Universidade Federal de Uberlândia: interesses e conflitos na sua formação (Uberlândia 1957-1978)*. 2007. 83 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2007.

CAETANO, Coraly Gará; DIB, Miriam Michel Cury (Eds.). *A UFU no imaginário social*. Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia, 1988.

CAIO Prado Júnior. s/d. Disponível em: <<http://www.interpretesdobrasil.org/sitePage/62.av>>. Acesso em: 11 maio 2016.

CANCLINI, Néstor García. *O mundo inteiro como lugar estranho*. São Paulo: Edusp, 2016.

CARDOSO, C. F.; VAINFAS, Ronaldo. *Domínios da história*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

CARVALHO, Cleide Fátima. *Ilar Garotti: vida, formação e religiosidade*. 2007. 170 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2007.

CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

COSTA, Aryana Lima. *A formação de profissionais de História: o caso da UFRN (2004-2008)*. 2010. 191 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2010. Disponível em: <http://www.cchla.ufpb.br/ppgh/2010_mest_aryana_costa.pdf>. Acesso em: 21 set. 2016.

CROCE, Benedetto. *História, pensamento e ação*. Tradução de Darcy Damasceno. Rio de Janeiro: Zahar, 1962.

ECO, Umberto. *Como se faz uma tese*. São Paulo: Perspectiva, 2016.

ELICHIRIGOITY, Maria Teresinha py. *Argumentação na monografia: uma questão de polifonia*. 2007. 270 f. Tese (Doutorado em Teorias do Texto e do Discurso) Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/12511>>. Acesso em 18 mai. 2018.

FEBVRE, Lucien. *Contra o vento: manifesto dos novos Annales*. In: NOVAIS, Fernando A.; SILVA, Rogério F. da. *Nova História em perspectiva*. São Paulo: Cosac Naify, 2011. Vol. 1.

FONSECA, Selva Guimarães. *Didática e Prática de Ensino de História*. 2. ed. Campinas: Papirus, 2003.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 29. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

FREITAS, Marcos Cezar (Org.). *Historiografia brasileira em perspectiva*. São Paulo: Contexto, 1997.

FUCHS, Angela Maria Silva; FRANÇA, Maira Nani; PINHEIRO, Maria Salete de Freitas. *Guia para normalização de publicações técnico-científicas*. Uberlândia: Edufu, 2013.

GARCIA, Michelle da Costa. *Licenciatura em História e a formação do professor na UFU*. 2008. 55 fl. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2008.

GENARI, Alan; RAMOS, Aline Gonçalves Pinto; ALVES, Raul Cezar Maximiano F. *Projeto: Sistema de Gestão – S.G.* 2012. Disponível em: <<http://www.cgti.ufu.br/sites/cgti.ufu.br/files/Projeto-Sistema-Gestao-SG-UFU-Dez2012.pdf>>. Acesso em: 10 jun. 2018.

GOMES, Aguinaldo Rodrigues. *História, Memória e Educação: uma análise das contribuições do Curso de História da UFU para a formação do professor/pesquisador*. 2000. 109 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2000.

GOMES, Joice Gonçalves. *Curso de História/UFU: formação acadêmica e profissionalização*. 2001. 38 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2001.

GOODSON, Ivor F. *Currículo: teoria e história*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

INÁCIO FILHO, Geraldo. *A monografia nos cursos de graduação*. 3. Ed. Uberlândia: EDUFU, 2003.

INÁCIO FILHO, Geraldo; RAMOS, Lucélia Carlos. A atuação da Igreja Católica na educação uberlandense: o Colégio Nossa Senhora das Lágrimas. *Cadernos de História da Educação*, Uberlândia, v. 1, n. 1, p.67-72, jan./dez. 2002. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/che/article/viewFile/309/292>>. Acesso em: 09 maio 2016.

INÁCIO FILHO, Geraldo; RAMOS, Lucélia Carlos. *História da educação: o cotidiano e representação no Colégio Nossa Senhora Das Lágrimas (Uberlândia, 1932-1947)*. s/d. Disponível em: <[http://www.fae.ufmg.br/portalmineiro/conteudo/externos/3cpehemg/congresso/História da educação - o cotidiano e representação no Colégio Nossa.pdf](http://www.fae.ufmg.br/portalmineiro/conteudo/externos/3cpehemg/congresso/História%20da%20educa%C3%A7%C3%A3o%20-%20o%20cotidiano%20e%20representa%C3%A7%C3%A3o%20no%20Col%C3%A9gio%20Nossa.pdf)>. Acesso em: 09 maio 2016.

INSTITUTO DE ARTES (Uberlândia). Universidade Federal de Uberlândia. *História*. s/d. Disponível em: <<http://www.iarte.ufu.br/Instituto-de-Artes/historia>>. Acesso em: 09 maio 2016.

JENKINS, Keith. *A História repensada*. São Paulo: Contexto, 2001.

LIMA, Luciene Ivone de. *A formação do professor de História. Uberlândia, 1990-1998*. 1998. 52 fl. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 1998.

LIMA, Sandra Cristina Fagundes de. *A História que se conhece, a História que se ensina*. 1997. 266 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 1997.

MACHADO, Maria Clara Tomaz; PUGA, Vera Lúcia. Apresentação. *Cadernos de Pesquisa do CDHIS*, Uberlândia, v. 28, n. 1, p.163-164, 2015. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/cdhis/article/view/32627/17575>>. Acesso em: 10 nov. 2016.

MARTINS, Maria do Carmo. A CENP e a criação do currículo de História: a descontinuidade de um projeto educacional. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 18, n. 6, 1998. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01881998000200003&lng=en&nrm=iso&tlng=pt>. Acesso em 30 nov. 2017.

MARTINS, Maria do Carmo. *A história prescrita e disciplinada nos currículos escolares: quem legitima esses saberes?* 2000. 263 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2000.

MIMESSE, Eliane. A implantação dos Estudos Sociais nas grades curriculares das escolas estaduais nos anos de 1970 e a formação acadêmica do professor. *Educere Et Educare*, Cascavel - PR, v. 2, n. 4, p.193-204, Jul./Dez. 2007. Disponível em: <<http://e-revista.unioeste.br/index.php/educereeteducare/article/view/1664/1351>>. Acesso em: 15 nov. 2016.

NASCIMENTO, Thiago Rodrigues. A criação das licenciaturas curtas no Brasil. *Revista HISTEDBR On-line*, Campinas, n. 45, p.340-346, mar. 2012. Disponível em: <http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/edicoes/45/doc01_45.pdf>. Acesso em: 14 nov. 2016.

NORONHA, Gilberto Cezar de; RIBEIRO, Rosemary; SILVA, Jaqueline Peixoto Vieira. As carências da educação em revista nos Cadernos de História. *Fato & Versões*, v. 9, p. 30-54, 2016. Disponível em: <<http://seer.ufms.br/index.php/fatver/article/view/2764>>. Acesso em 28 out. 2017.

NORONHA, Gilberto Cezar de; ZAHR, Milena. Entre a iniciação científica e a conclusão de curso: a monografia como fonte para o estudo da formação de professores de história. In: Congresso de Pesquisa em Ensino de História da Educação em Minas Gerais, 9., 2017, Uberlândia. Anais... Uberlândia: Edufu, 2017. v. 1. p. 1-12.

NOVA, Carla Carolina. O currículo e a relação entre ensino e pesquisa na formação inicial de professores: tensões para a docência universitária. *Espaço do Currículo*, João Pessoa - PB, v. 8, n. 3, p.345-355, set./dez. 2015. Disponível em: <periodicos.ufpb.br/index.php/rec/article/download/rec.2015.v8n3.345355/14757>. Acesso em: 15 set. 2017.

PERFIL. In: DICIONÁRIO Priberam. Disponível em: <<http://www.priberam.pt/dlpo/perfil>>. Acesso em: 14 fev. 2015.

PRIETO, Élisson Cesar. Os 50 anos da Faculdade de Direito no espaço e no tempo da Universidade Federal de Uberlândia. *Revista da Faculdade de Direito de Uberlândia*, Uberlândia, v. 38, n. 2, p.383-406, 2010. Disponível em:

<www.seer.ufu.br/index.php/revistafadir/article/download/18519/9923>. Acesso em: 09 maio 2016.

RIBEIRO, Elisângela Martins. A experiência profissional. In: ANPUH – XXIII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 2005, Londrina, p. 1-8. Disponível em: <<http://anais.anpuh.org/wp-content/uploads/mp/pdf/ANPUH.S23.0318.pdf>>. Acesso em: 08 nov. 2016.

RIBEIRO, Elisângela Martins. *Histórias da História: narrativas de historiadoras sobre o processo de organização do Curso de História - UFU*. 2005. 64 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2005.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. *História da Educação no Brasil*. 14. ed. Petrópolis - RJ: Vozes, 1991. 267 p.

ROSINI, Simone. *Colégio Ressurreição Nossa Senhora comemora 80 anos*. 2012. Disponível em: <<http://www.correioeuberlandia.com.br/cidade-e-regiao/colégio-ressurreicao-nossa-senhora-comemora-80-anos/>>. Acesso em: 09 maio 2016.

ROTHEN, José Carlos. O Conselho Federal de Educação nos bastidores da Reforma Universitária de 1968. In: III Congresso Brasileiro de História da Educação: A Educação Escolar em Perspectiva. Sociedade Brasileira de História da Educação. Pontifícia Universidade Católica do Paraná, 2004, Curitiba, PR. Anais (on line). Curitiba-PR: SBHE – PUCPR, 2004. Disponível em: <<http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe3/Documentos/Individ/Eixo3/236.pdf>>. Acesso em: 21 dez. 2017.

SOARES, Maria Susana Arrosa (org.) *A Educação Superior no Brasil*. Porto Alegre: Instituto Internacional para a Educação Superior na América Latina e no Caribe – IESALC – UNESCO – Caracas, 2002.

SOLIZ, Victor Hugo. *O voo da borboleta – um registro da memória estudantil dentro da reforma curricular frente à institucionalidade*. 2016. 122 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2016.

SUMÁRIO. In: DICIONÁRIO Priberam. Disponível em: <<https://www.priberam.pt/dlpo/sum%C3%A1rio>>. Acesso em: 31 mai. 2018.

Historia do Brasil II	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
Historia do Brasil III	1	1	1	1	1	1	1	1	1	-	1	-	1
Historia do Brasil IV	-	-	-	-	1	1	1	-	-	-	-	-	-
História do Oriente	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	1	1
História Econômica Geral e do Brasil	-	-	1	1	-	-	-	-	1	-	-	-	-
História Medieval I	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
História Medieval II	-	1	-	-	1	1	1	1	1	1	1	1	1
História Moderna I	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
História Moderna II	-	-	-	-	-	1	1	-	-	1	-	-	-
Introdução aos Estudos Históricos	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
Introdução Geral à Filosofia	1	1	-	-	1	1	-	-	-	1	1	1	1
Introdução Geral à Filosofia II	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-
Língua Portuguesa	-	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	-	-
Literatura Brasileira	-	1	1	1	-	-	1	1	1	1	-	1	1
Métodos e Técnicas de Pesquisa	-	-	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Prática de Ensino sob a forma de Estágio Supervisionado	1	1	1	1	1	1	1	1	-	1	1	1	1
Psicologia	-	-	-	-	1	1	1	1	1	1	-	-	-
Psicologia da Educação: Adolescência, Aprendizagem	1	1	1	1	-	-	-	-	-	-	1	-	1
Psicologia Religiosa	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Sociologia Geral	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
Sociologia Geral II	-	-	-	-	-	1	1	-	1	-	-	-	-
Sociologia Política	-	-	1	1	-	-	-	-	-	1	1	1	1

Fonte: Adaptado de Livro de Atas das Notas Anuais, Livro de Matrículas e Regimentos (1965, 1967) da FAFIU e Regimentos (1971 e 1974) da FFCLUU. SEARQ/UFU, 2016.

APÊNDICE B - Currículo de Licenciatura em História de Maria Helena Gondim Almeida (1983-1988)

Currículo Licenciatura História - Maria Helena Gondim Almeida				
Ano	Semestre	Disciplina	Carga Horária	Disciplina cursada em Licenciatura em Estudos Sociais
1983	2º	Estudo de Problemas Brasileiros 1	30	sim
1983	2º	Filosofia 1	45	sim
1983	2º	História Antiga 1	60	sim
1983	2º	Métodos e Técnicas de Pesquisa 1	45	sim
1983	2º	Português 1	30	sim
1983	2º	Psicologia do Desenvolvimento	45	sim
1984	1º	Estudo de Problemas Brasileiros 2	30	sim
1984	1º	Filosofia 2	45	sim
1984	1º	História Medieval 1	60	sim
1984	1º	Métodos e Técnicas de Pesquisa 2	45	sim
1984	1º	Português 2	30	sim
1984	1º	Psicologia da Aprendizagem	45	sim
1984	1º	Sociologia 1 = Fundamentos de Ciências Sociais	45	sim
1984	2º	Didática 1	60	sim
1984	2º	Estrutura e Funcionamento Ensino de 1º e 2º Graus 1	45	sim
1984	2º	Geo-história = Geografia Física 1	90	sim
1984	2º	História Moderna 1	60	sim
1984	2º	Organização Social e Política do Brasil	45	sim
1985	1º	Didática 2	60	sim
1985	1º	Estrutura e Funcionamento Ensino de 1º e 2º Graus 2	45	sim
1985	1º	História do Brasil 1	90	sim
1985	2º	História Contemporânea 1	60	sim
1985	2º	História do Brasil 2	60	sim
1986	1º	Antropologia Cultural 1	60	não
1986	1º	História do Brasil 3	90	não
1986	1º	Introdução à Economia	60	não
1986	1º	Introdução aos Estudos Históricos	90	não
1986	2º	Filosofia da História 1	45	não
1986	2º	História Antiga 2	45	não
1986	2º	História da América 1	45	não
1986	2º	História das Ideias Políticas e Sociais	75	não
1986	2º	História Moderna 2	60	não
1987	1º	Filosofia da História 2	45	não
1987	1º	História da América 2	45	não
1987	1º	História do Brasil 5	90	não
1987	1º	História Medieval 2	45	não
1987	1º	Sociologia 2	60	não
1987	2º	História Contemporânea 2	45	não
1987	2º	História da América 3	45	não
1987	2º	Métodos e Técnicas de Pesquisa em História	75	não
1988	1º	Antropologia Cultural 2	60	não
1988	1º	História Contemporânea 3	75	não
1988	1º	História do Brasil 4	90	não
1988	2º	Estágio Supervisionado em História	120	não

Fonte: Adaptado do Histórico de Licenciatura em História - UFU de Maria Helena Gondim Almeida. 2016.

ANEXO 1: Carta de renúncia do vice-prefeito de Tupaciguara, Ademar Batista da Costa, encaminhada à Câmara Municipal, em 20/01/1976

Tupaciguara, 20 de janeiro de 1.976.

À
Câmara Municipal de Tupaciguara
Tupaciguara -MG-

Senhor Presidente,

Tem a presente a finalidade comunicar a esta egrégia câmara de vereadores, a minha renúncia ao honroso cargo de Vice-Prefeito de nossa comunidade de Tupaciguara.

A medida tem caráter irrevogável, e foi motivada pelos últimos acontecimentos, relativo ao episódio que envolveu a transferência da Faculdade de Medicina Veterinária de nossa cidade para Uberlândia.

Não concordamos em hipótese alguma com esta medida; nossa renúncia representa um ato de protesto à injustiça, ao ato impensado, afeito e expoliador em nossos direitos adquiridos, exercidos pela cidade de Uberlândia, acobertada com a capa da Reitoria e Conselho Universitário de Uberlândia.

Roubaram nossa Faculdade de Medicina Veterinária em que pese as afirmativas do ex-governadores Israel Pinheiro, Rondon Pacheco de que ela seria irreversível e também do Deputado Homero Santos que rasgaria seu diploma de Deputado Federal, se a Faculdade não permanecesse em Tupaciguara.

Não sou homem acostumado a deixar de cumprir minhas palavras, e tão pouco de tapar a quem quer que seja, portanto, renúncio ao meu mandato, como prova de lealdade ao povo de Tupaciguara e também para que nossos filhos no futuro saibam que não deixamos de honrar a confiança e os poderes a nós delegados.

Cumpre ainda advertir aos responsáveis, pela sagrada manutenção aos princípios da Revolução, que nosso partido Aliança Renovadora Nacional, responsável pela execução dos mesmos princípios, tem tido sérias dificuldades exatamente pela prática de atos como este.

O Conselho Universitário de Uberlândia, atendendo solicitação de meia dúzia de alunos e meia dúzia de professores, em defesa de seus interesses pessoais, resolveu no mesmo dia, transferir a Faculdade para Uberlândia, deixando de considerar, ou melhor, desmoralizando as palavras de autênticos líderes, como Rondon Pacheco, Israel Pinheiro, Homero Santos, João de Araújo Ferraz e muitos outros.

Esta nossa decisão foi tomada após infrutíferas tentativas junto a Reitoria, Conselho Universitário, Governador Ayriliano Chaves, Rondon Pacheco, Homero Santos e inclusive com sua excelência. Nei Braga -Ministro da Educação, no sentido que fosse reconhecido o ato.

Recebemos por parte de todos eles, apenas promessas.

Na certeza que esta Egrégia Câmara de Vereadores e o povo de Tupaciguara saberão entender esta nossa atitude,

Subscrevo-me nos

Ademar Batista da Costa
-Vice-Prefeito-

Recebido em 20.01.1976
Recebido em 20.01.1976
Alfonques

Fonte: Adaptado de BORGES, Luciana Tavares. Universidade Federal de Uberlândia: interesses e conflitos na sua formação (Uberlândia 1957-1978). 2007. 83 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2007, p. 70-71.